



Todavia

Revista semestral do Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais da UFRGS, destinada a incentivar a produção científica de graduandos em Ciências Sociais.
Ano 2, nº 2, jul. 2011, Porto Alegre. PET - Ciências Sociais UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Temístocles Américo Correa Cezar
Vice-Diretor: Silvia Altmann
Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais
Tutor: Caleb Faria Alves

Comitê Editorial

Alfredo Alejandro Gugliano
Aliziane Bandeira Kersting
Caleb Faria Alves
Gláucia Maricato Moreto
Mauro Roesse

Comissão Editorial

Ana Julia Guilherme
Antonio de Souza van Helden
Bianca Faller Correa
Carolina Dorneles dos Passos
Carolina Santos
Eduardo Hernandez Dutra
Felipe Kautz da Silva
Gabriel Cassali dos Santos
Guilherme de Queiroz Stein
Mariana Lied
Paulo Crochemore da Silva
Rodrigo Campelo
Rodrigo Schames Isoppo

Endereço: Av. Bento Gonçalves 9500, Campus do Vale, Agronomia - CEP 91509-900
Porto Alegre/RS
Prédio C2, sala 205 / Fone 51 3308 6630

Correio eletrônico: revistatodaviaufrgs@gmail.com
Eletronicamente disponível em <http://www.ufrgs.br/revistatodavia>
ISSN 2179-1368

Site desenvolvido por: Mariana Lied

Capa: Vila Chocolate, Porto Alegre, RS. Fotografia de Marcos Freire de Andrade Neves.

Sumário

APRESENTAÇÃO

Caleb Faria Alves 5

A EMERGÊNCIA DE DISPOSITIVOS COLETIVOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PELOTAS-RS: O CASO DA ARPA-SUL

Abel Cassol e Guilherme Silva de Farias 7

A MODERNIDADE ANTINÔMICA DE ALAIN TOURAINE

Benno Victor Warken Alves 25

REVISANDO O CONCEITO DE CARISMA: LÍDERES PENTECOSTAIS, ENTRE O VIRTUOSISMO E O CAPITAL RELIGIOSO, DA DOMINAÇÃO À PERFORMANCE

Cleonardo Mauricio Junior 42

O GOSTO POPULAR E A ESTÉTICA DO ACASO

Marcos Freire de Andrade Neves 56

PARA ALÉM DO VALOR DE USO: OS VALORES E SIGNIFICADOS DO CONSUMO DE PRODUTOS DE LUXO

Stefan Hubert 71

ENTREVISTAS

*** Beatriz Gonçalves Pereira** 86

*** Helena Bins Ely** 103

Apresentação

Muitos já compararam livros a bons amigos. Essa aproximação vale, na verdade, para qualquer texto que nos interessa, que nos toca, que nos aproxima de questões novas ou que nos reapresenta de forma renovada as inquietações antigas que trazemos dentro de nós. Mas trata-se, na verdade, de um tipo muito específico de amizade. Proust assim a descreve: "a leitura não pode ser assimilada a uma conversação, mesmo com o mais sábio dos homens; que a diferença essencial entre um livro e um amigo, não é a sua maior ou menor sabedoria, mas a maneira pela qual a gente se comunica com eles, a leitura, ao contrário da conversação, consistindo para cada um de nós em receber a comunicação de um outro pensamento, mas permanecendo sozinho, isto é, continuando a desfrutar do poder intelectual que se tem na solidão e que a conversação dissipa imediatamente, continuando a poder ser inspirado, a permanecer em pleno trabalho fecundo do espírito sobre si mesmo."

Quando escreveu essas linhas, Proust pensava em grandes obras primas, principalmente, mas não exclusivamente, literárias. Ao invés disso, apresentamos aqui uma coletânea de artigos acadêmicos de graduandos em ciências sociais. Os leitores, por sua vez, são muito incertos, sobretudo por ser uma revista virtual. Isto torna o retorno para os autores, também impreciso. Para completar, vários dos artigos publicados em revistas como estas são escritos por pessoas com quem convivemos, ou seja, que vimos sendo gerados deste as escolhas de leituras, das dificuldades de escrita e dos dilemas dos trabalhos de campo. Pessoas com quem experimentamos constantemente a palavra falada, da qual, inclusive, é difícil nos despirmos totalmente quando lemos.

Que tipo de conversação tudo isso caracteriza e qual, então, sua relevância? Volto a Proust. Para ele um belo texto é aquele que nos faz compreender o seu papel limitado e essencial, sobretudo, quando, aquilo que o autor chama de conclusões, são, para nós, incitações. "Sentimos muito bem que nossa sabedoria começa onde a do autor termina, e gostaríamos que ele nos desse respostas quando tudo o que ele pode fazer é dar-nos desejos".

A importância dessa publicação é, nesse sentido, servir para estimularmos e desenvolvermos esses aspectos profundos da circulação de textos bem no nascedouro das carreiras profissionais. Nada mais verde do que o material que pode aqui ser encontrado, de autores que nem terminaram sua graduação. Por isso mesmo, a sua habilidade de despertar

desejos é nascente. O perigo que ronda esses autores, no entanto, é grande: é turvar essa fonte com um produtivismo vazio que não visa outra coisa senão o mérito da própria publicação. É esquecer que as limitações de um bom texto são a condição de sua essência e que a sua principal função não é fornecer a palavra final, mas estimular a palavra seguinte.

O necessário para tudo isso acontecer, é claro, é um ruidoso processo. Tivemos muitas dificuldades com conseguir pareceristas, com superar ausência de recursos financeiros, com nossa inexperiência e com a falta de tempo e clareza quanto às atividades nas quais depositar nosso empenho. Com todos esses percalços, registro aqui o imenso prazer que tenho no convívio com o grupo que colaborou com essa edição. De modo mais próximo, com a equipe editorial e com todos os colegas do PET. De modo mais distante, mas igualmente imprescindível, com todos os autores e pareceristas. Agradeço não o volume pronto, mas a disposição de todos, porque ela evidencia, nas falhas e excelências do produto acabado, a fraternidade da conversação intelectual que desejamos, que é o acesso ao ver e sentir de outros e a possibilidade de lhes dar prosseguimento.

Caleb Faria Alves.

Porto Alegre, julho 2011.

A EMERGÊNCIA DE DISPOSITIVOS COLETIVOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PELOTAS – RS: O CASO DA ARPA-SUL¹

Abel Cassol²
Guilherme Silva de Farias³

Resumo: o presente trabalho inscreve-se nas discussões das ciências sociais contemporâneas acerca das transformações ocorridas no meio rural brasileiro decorrentes do processo de modernização da agricultura. Neste sentido, tem com um de seus objetivos analisar as principais transformações recentes e profundas - decorrentes do processo de modernização e acentuadas pela mercantilização das relações sociais no meio rural - na construção das representações dos agricultores familiares quanto à economia e o mercado, buscando compreender como as interações destes com a Agroecologia contribuem para as tomadas de decisões em relação à economia e à criação de novas formas de interação mercantil, aquilo que academicamente vem sendo chamado de dispositivos coletivos. Como se verá, o estudo de caso assinala que estas novas formas de relações sociais no campo não são pautadas exclusivamente por relações capitalistas de trocas, mas a reciprocidade e ajuda mútua emergem como fundamentais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Dispositivos Coletivos, Agroecologia, Mercantilização da Agricultura

1. As transformações sociais na agricultura e a emergência de novos atores

O presente trabalho inscreve-se nas discussões das ciências sociais contemporâneas acerca das transformações ocorridas no meio rural brasileiro decorrentes do processo de modernização da agricultura.

Este processo, consolidado em vários países europeus, é instituído no Brasil através da implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde, questão que será abordada mais adiante neste texto, iniciado na década de 1970, e *grosso modo* consolidado a partir da década de 1980. Como consequência deste pacote, várias transformações são verificadas no universo rural. Estas modificaram as práticas e relações no seio da agricultura, além de serem verificadas no âmbito da chamada base

¹ Trabalho apresentado para avaliação semestral 2009/02 da disciplina HUM04013: Seminário IV de Sociologia: práticas de análises sociológicas, sob regência do professor José Vicente Tavares dos Santos.

² Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: abelcassol@hotmail.com

³ Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gui.santiago@hotmail.com

técnica, ou seja, novas formas de produção, desenvolvimento de tecnologias e maquinário que alteraram as formas de trabalho até então existentes, introdução de produtos químicos e fertilizantes, biotecnologia e uma série de modificações que influenciaram de forma significativa o *savoir-faire* histórico dos agricultores. Este processo desencadeia também uma série de transformações nas relações econômicas entre o meio rural e as outras esferas da sociedade, além de novos tipos de relações sociais entre os indivíduos residentes no campo. Tais modificações podem ser verificadas tanto em âmbito local/comunitário, onde se relacionam os agricultores entre si, quanto a nível mais geral, onde tais relações se dão entre agricultores e instituições mediadoras, ou entre estes e o Estado.

Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo e uso intensivo de energia fóssil (DELGADO, 1985; GRAZIANO DA SILVA, 1996; PALMEIRA, 1989). De uma forma crítica, a "Revolução Verde", proporcionou através destes 'pacotes' agroquímicos a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários. A introdução destas técnicas em países menos desenvolvidos provocou um aumento brutal na produção agrícola de países não-industrializados (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

O Brasil foi um dos principais beneficiados na produção, mas também mais prejudicados ambiental e culturalmente, pois muitas técnicas agrícolas que harmonizavam com a produção de alimentos, foram tratadas como "atraso", e em busca da modernidade, efetuou-se um caso clássico de modernização conservadora, onde, em benefício de poucos se destruiu o patrimônio de todos, beneficiando a elite fundiária brasileira. Durante período recente, tal Revolução se constituiu como um dos principais paradigmas das Ciências Sociais, mais precisamente da área destinada aos estudos de Sociologia Rural (DELGADO, 1985; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

O presente artigo busca analisar as principais decorrências destas transformações recentes e profundas - decorrentes do processo de modernização⁴ e acentuadas pela mercantilização das relações sociais no meio rural - na construção das representações dos agricultores familiares quanto à economia e o mercado, buscando compreender como as interações destes com a Agroecologia contribuem para as tomadas de decisões em relação à economia e à criação de novas formas de interação mercantil, aquilo que academicamente vem sendo chamado de novos arranjos institucionais⁵.

Para tanto, faremos uso da definição proposta por Mormont (*Apud* SABOURIN, 2006), o qual concebe estes dispositivos coletivos como “arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação” (*Ibidem*, p. 31). A partir dessa definição do sentido atribuído a tais categorias, Sabourin (2006) passa a descrever as origens nas quais estas iniciativas emergem.

Segundo ele, estas iniciativas coletivas por parte dos agricultores surgem a partir do processo de modernização descrito acima, o qual está ligado também a processos de ação coletiva e a diversas formas de organização dos agricultores. Segundo ele, essa

diversificação das iniciativas e oportunidades de organização de atores coletivos no meio rural corresponde tanto à abertura de espaços de expressão e emergência de identidades diversas (sem-terra, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, catadoras de babaçu, etc.) como a uma evolução das políticas públicas (SABOURIN, 2006, p. 31).

Assim sendo, como decorrência destas transformações no campo, ocorrem três processos interligados, os quais caracterizam o desenvolvimento rural brasileiro (SABOURIN, 2006), quais sejam: a) o desengajamento do Estado das questões referentes à produção agrícola familiar (assistência técnica, comercialização, capacitação e crédito); b) a divisão das políticas públicas para a agricultura familiar, em programas específicos (pobreza rural, jovens, meio ambiente, assistência social); c) e por fim, mais recentemente, as abordagens territoriais e participativas.

A partir deste desengajamento do Estado das questões referentes à agricultura familiar, os coletivos sociais do meio rural passam a organizar-se de forma autônoma frente às instituições mediadoras. Tais organizações surgem a partir de duas circunstâncias muito bem analisadas por Sabourin (2006), as quais passam a ser

⁴ Este processo histórico de transformação da dinâmica da agricultura brasileira pode ser resumido a partir do que Graziano da Silva (1996) verificou como a passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais (CAIs). Ver também Delgado (1985).

⁵ Para uma melhor exposição consultar os autores da nova sociologia econômica (GRANOVETTER, 2007; RAUD-MATTEDI, 2007; POLANYI, 1980).

demandas dos agricultores, sejam elas, a reivindicação destes para assumir as funções que antes eram realizadas pelo Estado, ou que ainda deveriam sê-lo; e em segundo lugar a busca por participação efetiva na elaboração e gestão de políticas públicas ou programas de desenvolvimento local e territorial.

Finalmente, Sabourin (2006) nos coloca que este processo de reconhecimento de tais dispositivos implica num processo de institucionalização destes, sendo este processo caracterizado por três elementos complementares:

- a) o uso das formas de organizações profissionais para institucionalizar o dispositivo.
- b) a negociação de apoio público mediante um movimento social amplo da sociedade civil.
- c) as tensões e contradições entre políticas públicas. (p.44)

Neste sentido, através da criação (ou emergência) destes novos arranjos institucionais, os quais têm como base a noção de dispositivos coletivos, procuraremos analisar como os agricultores familiares da região sul do Estado do Rio Grande do Sul ajustam-se aos mercados locais, e se a Agroecologia, enquanto uma ciência que estabelece as bases científicas para criação de estilos de agriculturas sustentáveis pode ser considerada como uma potencializadora de novos arranjos, influenciando na formação de novos mercados e na consolidação da economia regional.

Sabendo-se que no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul há uma forte emergência de produção agroecológica (FINATTO e SALAMONI, 2008), e que, historicamente esta região caracteriza-se pelo plantio de fumo e outros produtos de maneira convencional, pareceu-nos relevante um estudo sobre estes agricultores que estão optando por este modelo “contestatório”.

Neste município encontramos a Arpa-Sul - Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul, fundada em 15 de setembro de 1995, hoje composta por aproximadamente 35 famílias de agricultores familiares. A Arpa-Sul foi criada com o objetivo de viabilizar a pequena propriedade rural através da agroecologia e também como uma forma de superar em conjunto os problemas comuns aos agricultores ecológicos, os quais se referem principalmente à produção e à comercialização dos produtos.

Tomando a associação de produtores agroecológicos, como um novo arranjo, foi pertinente a busca pela trajetória deste processo; a partir de que circunstâncias estas tomadas de decisões, relativas a uma mudança no modelo produtivo fizeram-se necessárias e o contexto nas quais estas emergiram. A questão principal, portanto, que

norteou a pesquisa buscou compreender em que medida o enfoque agroecológico, enquanto um novo modelo produtivo, imbuído de um universo simbólico peculiar, permite aos agricultores familiares da associação em estudo, a manutenção (ou melhoramento) da sua reprodução social e econômica? De que forma esta nova prática contribui para o desenvolvimento da economia local? Neste contexto, a busca por compreender de que forma as novas relações técnicas e sociais, no interior desta categoria social heterogênea e diversificada, se estruturam de forma a permitir a adoção de estratégias favoráveis aos agricultores – ante um mercado cada vez mais integrado e seletivo – tornou-se extremamente significativa.

Assim sendo, ao analisar de que forma se tornam efetivas as mudanças no contexto rural contemporâneo, delimitado aqui pelos agricultores familiares agroecológicos, surgiram algumas hipóteses que orientaram o trabalho de campo, a saber:

A Agroecologia, frente um processo amplo de mercantilização das relações produtivas e sociais no campo, permite que sejam estruturadas novas formas de organização e integração/interação dos agricultores aos mercados e ao ambiente social e econômico, tendo como consequência o desenvolvimento da economia local, na medida em que esta se configura como um novo arranjo institucional.

No caso estudado, estas novas formas de interação e integração das unidades familiares de produção aos mercados, dão-se através de relações de confiança e reciprocidade, as quais, justamente por não “obedecerem” as mesmas lógicas encontradas nas relações sociais capitalistas, acabam por estruturar e legitimar novas práticas de produção, onde a coletividade e o associativismo emergem como elementos centrais.

Desta maneira, como relatado acima, a diversidade das formas familiares de produção agrícola - onde a agroecologia constitui-se apenas como uma destas formas – exige uma análise ampla, que consiga dar conta das relações e disposições que estão em jogo.

Para dar conta de analisar as questões propostas, foram pensadas formas de coleta de dados que pudessem num curto espaço de tempo responder aos objetivos da pesquisa. A observação participante e a aplicação de um questionário semi-estruturado, além de entrevistas informais foram os recursos utilizados. Depois de discutidas as técnicas, decidimos fazer o máximo de incursões possíveis. Entretanto, devido à distância geográfica só foi possível efetivar três inserções. O campo foi feito nas feiras

ecológicas que acontecem às quintas-feiras em frente ao Mercado Público de Pelotas e aos sábados na Rua Dom Joaquim, também na cidade de Pelotas. Foi feita uma primeira inserção, a fim de reconhecer o funcionamento da feira e para efetuar um primeiro contato com os produtores. Uma semana depois, foi conversado com eles a possibilidade da aplicação de um questionário, para coletar dados referentes aos aspectos gerais da produção/reprodução e das formas de participação na Associação. A negociação do campo não foi tão fácil como esperávamos, visto que, segundo eles, diversos alunos faziam suas pesquisas e não apresentavam os resultados, nem ao menos entravam em contato para notificar do sucesso ou não da pesquisa. Nossa principal informante, a agricultora conhecida como Dona Jurema, carinhosamente chamada de “Dona Juju”, foi quem nos apresentou este impasse entre a associação e os pesquisadores. Perguntou a nós se seriam efetivadas reuniões acerca do andamento da pesquisa, à qual informamos que esta era uma pesquisa de pequeno porte, mas que provavelmente seria melhor trabalhada por um de nós pesquisadores no futuro. Após esta negociação, apresentamos a ela a proposta da pesquisa e os objetivos, juntamente com o tipo de retorno que esperávamos dar à associação. A partir disso, nossa pesquisa foi apresentada aos demais produtores, e a seguir aplicamos o questionário. Realizada esta fase mais técnica da pesquisa, começamos a conversar com eles enquanto não estavam atendendo. Permanecemos na feira durante aproximadamente três horas, e enquanto estávamos lá adquirimos alguns produtos, a fim de criar uma relação mais formal com os produtores. Foram observados inúmeros elementos que não haviam sido pensados anteriormente. Estes serão apresentados no capítulo destinado a análise dos dados coletados. Apresentadas as circunstâncias de campo, passemos aos conceitos que embasaram a pesquisa.

1.1 A evolução do pensamento agroecológico: um breve parecer

Embora este termo tenha suas origens nos anos 1970, os princípios da Agroecologia tem a idade da própria agricultura. Já nos princípios desta é possível perceber traços que ao longo do tempo foram se mantendo, como a rotação de culturas,

o cuidado com o uso dos recursos, afim de não usar além do necessário, entre outros aspectos. Entretanto ao longo do tempo, vários fatores contribuíram para que este saber fosse desaparecendo. Como exemplo, podemos citar as transformações nestas sociedades - colonização, processos de escravatura, colapsos demográficos – que acabaram com os meios populares de codificação, desregulando a prática agrícola, e também o advento do método positivo de ciência, preconceituoso com relação a este tipo de saber (ALTIERI, 1989).

Um outro aspecto pouco lembrado, mas que também influenciou muito para um quase extermínio das formas de agricultura tradicionais foi o período de Inquisição protagonizado pela Igreja Católica entre os séculos XII e XVIII. Tendo em vista o medo que as comunidades possuíam do tribunal inquisidor, muitas festas e rituais agrícolas foram deixados de serem praticados, perdendo-se ao longo do tempo. No século XIX, quando o método positivista se lançava como a sensação científica, o quadro que se apresentava, desde o iluminismo era o triunfo da razão sobre a superstição.

Esta posição, ao lado de uma visão depreciativa das habilidades do homem rural e da população colonizada, em particular, obscureceram ainda mais a riqueza de muitos sistemas de conhecimentos rurais cujo conteúdo era expresso de forma discursiva e simbólica. Por não compreenderem o contexto ecológico, a complexidade espacial da forma de cultivo da agricultura não-formalizada era frequentemente rechaçada como desordem. (ALTIERI, 1989, p. 27)

Ao longo do tempo se foi percebendo que em alguns casos, a inserção de novos equipamentos e insumos na agricultura não estava produzindo o efeito esperado, ao contrário disto, a taxa de produtividade, e a satisfação do agricultor havia diminuído. Com isso, foi necessário consultar os agricultores acerca de seu método de produção e também sobre suas expectativas produtivas. Através deste diálogo percebeu-se que o agricultor dominava técnicas que o meio acadêmico ainda não tinha conhecimento. Dentro deste contexto, os princípios da Agroecologia passam a ser estudados novamente, na tentativa de se concretizar uma ciência capaz de orientar práticas agrícolas com um viés mais sustentável e mais popular. Sob a influência de uma série de correntes intelectuais, tais como a ecologia e os estudos de desenvolvimento rural, por exemplo, a Agroecologia se consolida passo a passo como uma ciência relevante, detentora de um grande potencial explicativo e prático. Para Caporal e Costabeber,

A agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis. (2004, p. 11)

Na perspectiva Agroecológica, os seres humanos fazem parte dos sistemas locais em desenvolvimento, pois, a diversidade de cada sistema biológico desenvolve-se a partir da relação da população com o meio ambiente, sua organização social, conhecimento, tecnologias e valores, ou seja, natureza e cultura se fundem, formando um contexto social próprio. Neste sentido não é trabalhado dentro da proposta agroecológica conceitos universais, visto a pluralidade destes contextos.

O saber científico e o dito saber tradicional estão fundidos nesta perspectiva, que cada vez mais ganha espaço nas pesquisas referentes ao desenvolvimento rural e nas maneiras de se manter um cenário de sustentabilidade dentro dos processos produtivos. Nesta linha de abordagem, a palavra desenvolvimento, tal como a entendemos dentro da perspectiva da ciência é contestada, pois no quadro da agroecologia a Academia – como detentora do saber “legítimo” - não traz o desenvolvimento, constrói juntamente com os agricultores.

Para Sevilla-Guzmán (2003) a Agroecologia, em um sentido amplo, possui uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um papel relevante no processo. O autor considera como central a matriz comunitária em que se insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais. Sob este ponto de vista, a Agroecologia pretende que os processos de transição, na propriedade agrária, da agricultura convencional para a agricultura ecológica se desenvolvam no contexto sociocultural e político e suponham propostas coletivas que transformem as relações de dependência. Fortalecendo esta visão, Caporal e Costabeber afirmam que,

A agroecologia se consolida como um enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar [...] processos de desenvolvimento rural sustentável. (2004, p.13)

No decorrer do próximo capítulo, a perspectiva agroecológica será discutida dentro do contexto da modernização agrícola, relacionando-a com os conceitos propostos anteriormente.

2. A mercantilização sócio-econômica da agricultura: a Agroecologia como uma alternativa

No bojo do processo de transformação produtiva, econômica e social ocorrido no meio rural brasileiro, encontra-se um grupo social heterogêneo e distinto - seja quando pensado por suas práticas e organização produtivas, por suas relações com o próprio meio, de onde extraem suas condições (materiais ou simbólicas), ou suas relações com a economia e a sociedade de uma forma mais geral - qual seja, a agricultura familiar. Definimos este grupo com relação ao conceito difundido por Abramovay, para o qual existiriam três características básicas que definiriam a constituição deste grupo, quais sejam, o fato da gestão, da propriedade e da maior parte do trabalho serem atribuídos à família, ou mais precisamente “a indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento” (ABRAMOVAY, 1999, p.3).

É este grupo social que foi o foco da pesquisa, mais precisamente os agricultores agroecológicos da região sul do Estado (cidade de Pelotas) como já referido acima, os quais apesar de adotarem práticas de cultivo diferentes da maioria dos agricultores familiares, assemelham-se a estes pelo fato da unidade familiar ser o núcleo no qual se orientam as estratégias da unidade produtiva.

Assim sendo, a consolidação destas novas práticas de se fazer agricultura, as quais, como vimos, acabam também por modificar os modos de vida dos agricultores, na medida em que ocorre um aumento da dependência destes frente ao mercado, decorrente do fato de que sua reprodução social e sua produção agrícola dependem cada vez mais deste (o mercado). Este processo de dependência é o que Van der Ploeg (1992) define como “mercantilização”, e a busca de autonomia dos agricultores frente a isso implicam numa reordenação (ou reorganização) destes em relação à economia, à formação de novos mercados e as instituições de mediação no meio rural.

O conceito de mercantilização também surge a partir da necessidade de aprofundar a análise sobre economia política e troca de mercadorias dentro da

agricultura⁶. Esta necessidade advém do contraste das interpretações consideradas clássicas da análise da economia dentro das unidades de produção familiares da agricultura, buscando, neste sentido ir além do modelo leninista de diferenciação, o qual previa o fim das formas camponesas de produção com o advento das práticas capitalistas de acumulação dentro da agricultura, e também de superar a análise chayanoviana que acentuava a lógica interna e a viabilidade das formas de organização camponesas dentro do sistema capitalista (LONG, 2007).

Também, este paradigma enraizado na economia política das relações sociais no campo, leva em conta a análise feita por Karl Polanyi (1980), o qual coloca que a emergência das relações mercantis – as sociedades de mercado - não são apenas caracterizadas pela troca, mas também por relações de reciprocidade e redistribuição, sendo a existência de uma sociedade apenas pautada por regras mercantis impossível. Esta análise, igualmente, reforça aquilo que Eric Sabourin (2009) comprova ao analisar a região Nordeste do Brasil, o que seja que esta ordenação dos projetos e organizações por parte dos agricultores – o que aqui conceituamos como dispositivos coletivos - ocorrem de duas formas distintas (SABOURIN, 2009), sendo que por um lado estes visam a produção de valores materiais destinados à troca mercantil e, por outro, estas organizações podem ser dedicadas a valores materiais de uso, associadas à produção de valores afetivos (amizade, respeito) e éticos (confiança, responsabilidade, justiça, equidade, etc.).

Portanto, estas novas formas de organização e estratégia frente mercados cada vez mais integrados visam o fortalecimento da reprodução social desta categoria (a agricultura familiar) nos espaços rurais. Assim sendo, as novas formas de relações mercantis, muito bem descritas por Polanyi (1980), que emergem da sociedade de mercado, implica numa gama diversa e plural de graus de mercantilização (PLOEG, 2005), o que acaba por produzir distintos estilos de agricultura. Sendo a agroecologia um destes estilos.

⁶ Segundo Long (2007), este conceito seria caracterizado pelos “Processos pelos quais a noção de ‘valor de troca’ – não necessariamente à custa do ‘valor de uso’ – desempenha um crescente papel avaliativo e normativo da vida econômica de uma unidade social dada (...). A diferença da noção de comercialização, que enfoca os processos pelos quais os produtos adquirem valor de troca mediante as relações de mercado, a mercantilização tem um alcance mais amplo, já que se aplica a todas as fases diferentes de produção e reprodução. Portanto, a mercantilização não somente cobre os processos pelos quais adquirem valor os bens no mercado, mas também os que moldam o consumo, produção, distribuição, troca, circulação e padrões de investimento, valores e condutas culturais” (p. 185/186, tradução nossa).

Como se vê, a partir de tal perspectiva de que os mercados, não necessariamente capitalistas, sempre estiveram presentes na história das diversas sociedades existentes (POLANYI, 1980), pode-se afirmar que a agricultura familiar deve ser pensada como uma forma social de organização mercantilizada, porém não necessariamente capitalista.

Neste sentido, ao buscar uma autonomia frente ao mercado e, como consequência não depender mais deste, retomando sua forma de reprodução social, a Agroecologia aparece como um mecanismo facilitador deste processo imerso em universos simbólicos, entendida como um modelo esforçado

(...)em produzir uma proposta de agricultura abrangente, que seja socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, onde se protege a vida toda e toda a vida. Nesta visão se estabelece uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis.

Este processo enquanto objeto contém em sua definição uma significação bem mais complexa do que apenas um modelo de produção, possui um sentido social e sociológico. Social na medida em que defende a busca por uma maior autonomia de produção e reprodução social, defendendo a idéia de que o produtor não é um empregado, mas sim um trabalhador rural, ou seja, acabando com a “profissão de agricultor”, oriunda da modernização da agricultura.⁸ Sociológico, na medida em que traz uma maneira de pensar o universo e suas relações com os indivíduos⁹ e, levantando questões pertinentes acerca do universo rural, como por exemplo, a necessidade de pensar este como um espaço de sociabilidade permeado por complexas teias relacionais, transgredindo a idéia de que a ruralidade é apenas um apêndice do espaço urbano.

Para Sevilla-Guzmán (2003) a Agroecologia, em um sentido amplo, possui uma dimensão integral, onde a cultura da população interfere diretamente no ecossistema. O autor considera como central a matriz comunitária em que se insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que caracteriza o agricultor e sua maneira de relacionar. Sob este ponto de vista, a Agroecologia pretende que os processos de transição, de um sistema

⁷ Retirado do site <http://www.agroecologia.inf.br>

⁸ Ver Wanderley, Maria de Nazaré B. (2003)

⁹ Ver Wolf, Eric.(1976)

produtivo a outro, se desenvolvam no contexto sociocultural e político e supunham propostas coletivas que transformem as relações de dependência.

Neste contexto, a Sociologia Rural vem desenvolvendo diversos estudos sobre a temática da Agroecologia e as influências desta no meio rural, assim como a relevância destas na constituição de novos arranjos institucionais. Sendo assim, a partir da caracterização e delimitação do município e entidade que foram estudados, surgiram algumas questões que buscaram compreender estas interações e formações de novas práticas e relações dentro da agricultura familiar. Para tanto, deve-se notar que com a crescente mercantilização das atividades produtivas impelidas aos agricultores, estes buscam novas formas de organização e reprodução sociais através da criação de novos arranjos institucionais – a associação em estudo, por exemplo, os quais se baseiam nas relações de reciprocidade, amizade e confiança – em detrimento das relações institucionais.

O processo de mercantilização tem como efeito a diminuição da renda dos produtores, ao passo que este mantém constante o custo da produção agrícola, sem, no entanto aumentar quantitativamente aquela. Além disso, os preços dos produtos comercializados diminuem o que caracteriza aquilo que Ploeg (2006) define como “*squeeze*”. Ou seja, apesar da produção agrícola aumentar com a introdução de novas tecnologias e formas de produção, a renda agrícola diminui, visto o decréscimo dos preços dos produtos e o aumento dos custos com insumos e fertilizantes artificiais. Frente este quadro, as necessidades dos agricultores em buscar alternativas que permitam um maior aproveitamento da atividade produtiva, diminuindo sua dependência do mercado, se torna pungente.

3. A realidade da feira ecológica de Pelotas: a consolidação de um dispositivo coletivo

Com base nos dados que foram coletados com a aplicação do questionário, e também através das entrevistas não formais foi possível dar conta de alguns pontos

propostos pela pesquisa, entretanto por razão do tempo, não foi possível aprofundar algumas questões.

No interior das unidades produtivas agroecológicas, o núcleo familiar caracteriza a principal mão-de-obra. Isto remonta a alguns traços característicos do que Wolf (1976) denomina de aspectos tradicionais das famílias camponesas, ou seja, um quadro que se observava nas comunidades rurais do interior do Brasil.¹⁰

Os custos de produção e a relação deste com a renda obtida na produção, que dentro do quadro da mercantilização acaba por aumentar os custos, enquanto a renda se mantém estanca, caracterizando o “*squeeze*”, na produção de base ecológica, segundo os agricultores, os custos diminuem significativamente, pois o manejo ecológico proporciona uma maior utilização dos recursos da propriedade, tais como o uso de materiais orgânicos, como folhas, galhos, entre outros. Neste tipo de manejo, o solo é mais bem aproveitado, permitindo uma maior diversificação dos produtos cultiváveis. Este fator influencia diretamente a questão da renda, pois oferece uma gama maior de produtos para os consumidores, contemplando mais fregueses. Além disso, a autonomia quanto à inserção nos mercados possui um grau elevado, pois o produtor leva o quanto quiser para a feira e controla sua comercialização. Não há desperdício de produtos, pois o autoconsumo é uma das marcas da agricultura familiar.

A feira caracteriza-se como o principal canal de escoamento da produção, é onde todas as relações se desenvolvem. Foi possível perceber diversos elementos que reiteraram nossas expectativas quanto às características que consolidariam um dispositivo coletivo.

Um destes elementos que reforçaram nossa hipótese primeira consiste no fato de que há uma intensa troca de “experiências” entre os produtores e os consumidores na feira, como receitas, funcionalidade das plantas medicinais vendidas, técnicas de cultivo, entre outros. Esta intensa relação entre as duas partes pode ser verificada através da análise de Dominique Temple (*Apud* SABOURIN, 2009), o qual desenvolve uma teoria acerca das estruturas de reciprocidade, as quais dão sentido, segundo ele, à dádiva proposta por Marcel Mauss (1974).

Segundo Temple (*Apud* SABOURIN, 2009), a dádiva não seria desinteressada, como postulava Mauss (*op.cit.*), mas sim motivada pelo interesse pelo outro, na medida em que há um reconhecimento do outro. Assim, uma destas estruturas de reciprocidade

¹⁰ Para uma análise mais profunda das características encontradas nas pequenas propriedades rurais pré revolução verde, ver Antônio Cândido (2001).

seria a reciprocidade binária simétrica, a qual corresponderia às relações de aliança (família, grupos, redes interpessoais), e teria como constructo a amizade. No caso estudado, ao depararmos com a intensa proximidade existente entre os consumidores e os produtores, percebemos o desenvolvimento de relações de confiança e amizade, dentro de um espaço mercantil, permeadas pela reciprocidade, o que de alguma forma nos dá alguns indícios de que nossa hipótese segunda pode ser passível de prova em campo, através de uma análise mais profícua e detalhada da estruturação destes mercados.

Estas relações de reciprocidade também puderam ser percebidas quando lhes foi indagado a respeito das transformações nas relações entre os vizinhos. Segundo eles, a modernização modificou estas relações, entretanto não foram fortes suficientes para “separá-los”, pois nas dificuldades sempre puderam contar com o outro. Isto pode ser relacionado com o que Norman Long (2007) descreve como a existência de uma espécie de mediação entre as relações não-mercantilizadas, que ele define como sendo a amizade, parentesco e a reciprocidade, e as formas de vida tradicionais dos agricultores – a cultura, por um lado e o processo de mercantilização do outro.

Além de modificar as relações de vizinhança, a mercantilização gerou uma desigualdade de oportunidades, pois excluiu alguns produtores do mercado, criando uma relação de concorrência entre eles. Esta desigualdade de acesso foi amenizada depois da criação da Associação, pois esta proporciona um “*acesso geral*” (palavras da D. Jurema), na medida em que possibilita a igualdade em termos de inserção no mercado, como nas feiras, por exemplo. Além disso, a associação também dá ao produtor autonomia em relação à quantidade e o tipo de produtos a serem oferecidos, como bolachas, compotas, vinhos, queijos, doces e hortifrutigranjeiros em geral.

As feiras têm um papel importante no desenvolvimento da economia do município, pois oferece inúmeros produtos a preços acessíveis, contribuindo para a qualidade de alimentação da população, pois se levando em conta que a escala da produção é menor, há um zelo acerca da qualidade dos produtos. Isto propicia uma nutrição qualificada, pois as questões relativas à saúde alimentar são extensivamente trabalhadas no interior da associação. Dona Jurema tem um histórico longo dentro do movimento de mulheres, um ponto interessante se relacionarmos este com as discussões de gênero que existem dentro do universo da agroecologia. As questões de gênero não estão dentro das propostas da pesquisa, entretanto foi um ponto bastante salientado por

D. Jurema. Sendo assim, compreendemos que este é um tema relevante para ser trabalhado posteriormente por pesquisadores interessados.

As famílias também conseguem se reproduzir socialmente, como agricultores familiares enquanto categoria distinta. Foi observada durante as inserções a presença de gerações distintas na feira - os filhos destes agricultores estão retornando à propriedade familiar para dar continuidade ao processo iniciado pelos pais.

A Associação em estudo, como se viu, constitui-se como um dispositivo coletivo consolidado por 15 anos de existência, na medida em que é visto como referência de um jeito inovador de se fazer agricultura, mais preocupado com a qualidade de vida dos consumidores e com a sustentabilidade do meio ambiente. Também, tal dispositivo faz uso das três características comuns, descritas por Eric Sabourin (2006), existentes nos processos de institucionalização de tais organizações, notadamente àquela que faz referência ao uso das formas de organizações profissionais para consolidar tal processo, pois a Associação de agricultores ecológicos estudada mantém uma relação forte com a Universidade Federal de Pelotas – UFPel e da Emater, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário -os quais proporcionam acesso à assistência técnica e crédito, respectivamente¹¹. Ainda existe a relação com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), órgão de extrema importância na consolidação da Agroecologia no município de Pelotas.

O vínculo com estas instituições possibilita que a associação ofereça cursos de capacitação aos agricultores, onde técnicos e produtores, numa fusão entre o conhecimento técnico e o tradicional, discutem as melhores maneiras de se aprimorar as propriedades e também suas formas de organização. Esta troca de saberes, entre os técnicos, os produtores pertencentes à Arpa-Sul e os agricultores que participam do curso, pode exemplificar o que Temple (*Apud.* SABOURIN, 2009) denomina de estruturas de reciprocidade ternária bilateral. Ternária porque envolve pelo menos três partes, e tem a função de gerar um sentido de responsabilidade, justiça e confiança. Bilateral porque gera uma responsabilidade acerca do compartilhamento de recursos comuns (no caso dos cursos, o conhecimento).

Outro elemento bastante recorrente na fala dos agricultores entrevistados diz respeito ao destino da produção excedente, ou seja, os alimentos que não são

¹¹ Em virtude do pouco tempo para realização do trabalho de campo não foi possível realizar uma análise mais consistente destas relações entre a Associação e as instituições de mediação, o que talvez possa ser aprofundado em outra oportunidade.

comercializados nas feiras. Segundo eles, há uma intensa troca de produtos entre os produtores, sendo bastante comum, por exemplo, trocar um saco de feijão por um saco de rapadura, um saco de frutas por uma compota, e assim por diante. Desta maneira eles demonstram a confiança na qualidade do produto do outro e também apontam para as possíveis falhas no cuidado com estes, por exemplo, o cuidado no transporte.

Isso pode ser relacionado como uma característica de uma comunidade camponesa (WOLF, 1976), na medida em que a estruturação da comunidade depende de relações de trocas recíprocas entre os próprios agricultores, visando atender suas exigências internas sem depender do “sistema maior” (WOLF, 1976, p. 22)¹².

Também foi bastante referida a grande demanda por parte dos consumidores dos produtos agroecológicos vendidos, sendo que segundo Dona Jurema, há falta de produtos, pois a Associação possui um número médio de agricultores, o que não permite dar conta desta significativa demanda, sendo muitas vezes a falta de produtos recorrente.

A guisa de conclusão se viu durante a execução do trabalho de campo o qual veio resultar no presente artigo, que a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul – Arpa-Sul, constitui-se em um importante e consolidado dispositivo coletivo, sendo sua atuação extremamente importante para a manutenção e o fortalecimento dos agricultores familiares da cidade de Pelotas. Também, tal organização pode ser considerada como uma inovação sócio-produtiva, na medida em que agrega uma nova forma de se fazer agricultura – a agroecologia – às características principais dos modos de vida tradicionais camponeses, ou seja, permite um compartilhamento (e não uma sobreposição) de saberes tradicionais e científicos, permitindo uma maior integração dos associados e das instituições formais de mediação no meio rural.

Finalmente, percebe-se que a coexistência dos três fatores diferenciados de modos de integração social e de alocação de prestações econômicas – reciprocidade, redistribuição e troca – muito bem descritas por Karl Polanyi (1980), os quais constituem três diferentes sistemas econômicos que podem gerar formas diferenciadas de mercados pode ser observada no contexto social estudado. Pois além de venderem seus produtos nas feiras através de relações mercantilizadas de troca, os agricultores

¹² Segundo Wolf (1976), “o campesinato sempre existe dentro de um sistema maior” (p. 22), e a troca dos diferentes produtos no interior da comunidade, no caso em estudo das feiras, permite uma maior regulação do modo de vida tradicional dos agricultores, sem que estes precisem recorrer a este “sistema maior”, no caso, a própria sociedade.

fazem uso, como se viu, de diversas formas de reciprocidade e redistribuição para organizarem sua reprodução social e sua produção agrícola, permitindo de tal forma a manutenção das famílias no campo e uma maior qualidade de vida, tanto pra quem planta como pra quem compra.

Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, pp. 1-28.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989, 237p.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. IPEA, Brasília, Textos para Discussão, 1999, 23 p.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Editora 34, 9º ed. 2001, 372p.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24 p.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone, 1985, pp. 19-49.

FINATTO, Roberto A. & SALAMONI, Giancarla. Agricultura Familiar e Agroecologia: perfil de produção de base agroecológica do município de Pelotas – RS. In: **Sociedade & Natureza (UFU. Online)**, v. 20, 2008, pp. 199-217.

GRANOVETTER, Mark. **Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão**. In: RAE – eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 9, jan/jun. 2007. www.rae.com.br/eletronica. GUZMAN, E.S. **Ecologia, Campesinato y Historia**. España: Las ediciones de la Piqueta, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo, Unicamp, 1996, pp. 1-40.
_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2ª Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003, 238 p

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México, Colección Investigaciones, 2007, 504 p.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974, V. 2, p. 49-209.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, USP/IPEA, v. 3, nº 7, set-dez, 1989, pp. 87-108.

PLOEG, J.D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: **SCHNEIDER, S (org). A Diversidade da Agricultura Familiar**, Porto Alegre, 2006, pp. 13-54.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: **GUZMAN, E.S. (Ed.) Ecologia, Campesinato y Historia**. España: Las ediciones de la Piqueta, 1992, pp. 153-195.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. RJ, 1980, Ed. Campus. 324 p.

RAUD-MATTEDI, Cécile. Bourdieu e a Nova Sociologia Econômica. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 2, Novembro de 2007, pp. 203-232.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009, 372 p.

_____. Organizações e Dispositivos Coletivos dos Agricultores no Nordeste do Brasil. In: **SABOURIN, E. (org.) Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural**. Cadernos do CEAM, nº 23, UnB. Neagri, Brasília, 2006, pp. 29-61.

WANDERLEY, M. de N. B., Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 21, Out. 2003, pp.43-61.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Zahar Editores. RJ, 1976.

A MODERNIDADE ANTINÔMICA DE ALAIN TOURAINE¹

Benno Victor Warken Alves²

Resumo: Este artigo realiza uma análise da teoria da modernidade de Alain Touraine a partir de categorias críticas desenvolvidas por György Lukács no ensaio *A reificação e a consciência do proletariado*. Para tanto, em primeiro lugar, busca-se compreender as críticas de Lukács ao diagnóstico de Max Weber sobre a modernidade; em segundo lugar, utilizar as categorias desenvolvidas por Lukács nessas críticas para interpretar a teoria da modernidade do sociólogo Alain Touraine, uma vez que esta em muito se baseia na visão weberiana. Conclui-se que as considerações de Touraine sobre a modernidade e, em especial, sobre o regime político que lhe corresponderia, a democracia (conforme definida pelo autor), expõem nitidamente alguns dos problemas levantados por Lukács nas suas objeções a Weber. O principal desses problemas é que, desde o ponto de vista do autor húngaro, a teoria weberiana, antes de explicar a modernidade, é um produto da sua forma de pensamento típica. O mesmo ocorre com a definição de democracia de Touraine, que constitui uma expressão normativa dessa forma de pensamento moderna.

Palavras-chave: modernidade, racionalização, democracia.

Introdução

O objetivo deste artigo é realizar uma análise da teoria da modernidade do sociólogo Alain Touraine através das considerações de György Lukács no ensaio *A reificação e a consciência do proletariado*. A modernidade segundo Max Weber será o elo entre esses dois planos, uma vez que a concepção de modernidade de Touraine parte de vários pressupostos weberianos e que a crítica de Lukács dirige-se em grande medida a esse autor. De início será

¹ Versão modificada do trabalho final apresentado para a disciplina Teoria das Ciências Humanas, ministrada pelo professor Luiz Sérgio Repa, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná.

² Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Membro do grupo PET desde 2007. Email para contato: bennowa@hotmail.com

necessário definir o significado da modernidade para Weber e para Lukács. De um lado no que ela rompe com as épocas e formações sociais anteriores, e de outro no que essa ruptura representa de continuidade em relação a elas. Apesar das diferenças, ambos os autores concordam em torno de um ponto básico: a sociedade burguesa moderna, ou ocidental moderna, nasce da radicalização de um processo já atuante desde há muito tempo na história. A partir do aprofundamento da definição weberiana da modernidade, será apresentada a crítica de Lukács, da qual surgirão elementos para considerar as proposições de Weber como, embora aguçadas, sintomáticas de um tipo específico de pensamento que Lukács acredita ser produto daquele processo mesmo que confere à modernidade um caráter singular. Esse autor critica a visão de Weber, portanto, na medida em que ela é incapaz de transcender as determinações do processo mesmo que se propõe a explicar, sendo assim mais um produto desse processo do que uma explicação.

As formulações de Lukács podem, então, ser criticamente estendidas a Touraine, porque na sua teoria da modernidade e da democracia fazem-se presentes os mesmos limites apontados na análise da teoria de Weber. Tais limites, que denunciam ser a teoria diretamente determinada pelo que deveria explicar, expressam-se, sobretudo, através das antinomias explicitamente formuladas pelo autor francês como constituintes intrínsecas da modernidade. Antinomias que se elevam ao plano normativo na teoria da democracia de Touraine porque, para o autor, esse regime político deve incorporar a natureza mais fundamental da modernidade, as suas antinomias, para que ela se realize plenamente.

O processo central na modernidade, que determinaria as teorias acima mencionadas, assim como em geral o pensamento sob o seu domínio, e permite a Lukács criticá-las desde o seu fundamento, é a universalização da “forma mercadoria” (MARX, 1983). Universalização em um nível básico, o econômico, que faz proliferar em todas as esferas da vida social as antinomias já presentes na sua manifestação mais primitiva.

A modernidade de Max Weber

Um dos grandes problemas discutidos por Max Weber em seus trabalhos é o da singularidade do Ocidente, e mais especificamente da modernidade Ocidental, em relação a outras épocas e outros povos. “O que o tornou singular?” e “Por que ocorreu essa diferenciação?” são perguntas que motivam a introdução de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2001), prenunciando os problemas que serão tratados na obra.

Em suma, essas perguntas são respondidas ainda na introdução pela importância que assume na modernidade ocidental a “racionalização”. Apenas no Ocidente, afirma o autor, surgiram esferas de racionalização com uma tendência irrefreável à autonomização e à incompatibilização. Assim ocorreu nos mais variados domínios da vida, como a economia, a arte, a religião, a ciência e a política (WEBER, 2001, p. 6).

Weber argumenta que a racionalização significou autonomização e incompatibilização (assim como conflito) entre essas esferas “na medida em que os valores do mundo foram racionalizados e sublimados em termos de suas próprias leis.” (WEBER, 2002, p. 231). Isso significa que a racionalização conduziu a uma fragmentação do mundo para o homem, através da multiplicação dos valores e dos fins possíveis para as suas ações. O que se torna um problema decisivo quando o homem moderno descobre que não é possível decidir com segurança sobre o valor último desses fins e valores que orientam a sua vida.

Esse problema foi determinantemente alimentado pelo desenvolvimento da ciência Ocidental (WEBER, 2002, p. 96), uma “fração” do “racionalismo específico e peculiar da sua cultura” (WEBER, 2001, p. 11). O principal efeito da ciência Ocidental moderna foi o “desencantamento do mundo” (WEBER, 2002, p. 97), um processo milenar que expulsou as explicações misteriosas e a ordem do “incalculável” dos domínios do conhecimento. A atitude desencantadora da ciência substitui essas explicações, que consistem na personalização da natureza, pela sua compreensão enquanto sistema calculável de leis, orientado para a previsibilidade dos fenômenos através do conhecimento das suas causas. Dessa forma, o tipo de compreensão que o homem ocidental passa a ter da natureza altera a sua disposição em relação a ela. De suplicador e manipulador mágico, atitudes que pressupõem sempre a relação pessoal com forças humanizadas, ele passa a ser dominador, através do conhecimento das suas fórmulas necessárias e, portanto, despersonalizadas (sem caráter volitivo).

São suprimidos com isso, por efeito da ciência ocidental, os fins e os valores próprios da natureza, tornando-se ela apenas meio para a realização de outros fins – ou objeto de uma relação exclusivamente técnica com o homem. Mas a própria ciência, a grande força desencantadora do mundo moderno, não pode indicar quais fins devem ser perseguidos (WEBER, 2002, p. 99). Ela, portanto, destrói os fins supremos atribuídos ao mundo, sobretudo por meio da religião, sem poder substituí-los por nenhuns outros. Abre, assim, decisivamente, o caminho para a proliferação dos fins e para o conflito entre eles quando as diferentes esferas da vida sofrem, cada uma, os efeitos do processo generalizado de racionalização. A questão dos fins e dos valores da ação é relegada ao plano subjetivo (WEBER, 1992, p. 109), uma vez eliminada das metas da inquisição científica da natureza. As leis próprias descobertas em cada uma das esferas apontam para maximizações conflitantes tanto pelos seus fins quanto pelos seus meios. Weber demonstrou, em “Rejeições religiosas do mundo e suas direções” (WEBER, 2002, p. 226-249), como as religiões de salvação, ao constituírem estilos de vida racionalizados em torno da busca pela salvação, esbarraram em esferas necessárias da vida social que já se encontravam, elas mesmas, em um grau significativo de racionalização. Orientadas, portanto, para determinados fins em virtude das leis próprias de cada uma delas.

A proliferação dos fins e valores a orientar a ação tornou-se possível, na prática, porque ou a religião, que exige necessariamente um “significado” para o mundo (WEBER, 2002, p. 244), pôde desenvolver-se de modo a permitir ou associar-se à autonomização de esferas determinantes, como a economia (é o caso da ética protestante), ou porque a religião, entrando necessariamente em conflito com o intelectualismo alimentado pela ciência ocidental, foi obrigada a ceder lugar a ele na determinação do “sentido” do mundo – ou na falta de sentido. Mesmo com o seu inegável poder sobre a consolidação e proliferação de estilos de vida, o “sentido” do mundo fornecido pela religião racionalizada não pôde resistir ao desencantamento operado pela ciência, sendo relegada cada vez mais ao reino do irracional (WEBER, 2002, p. 244).

A perda de sentido do mundo e a sua realização em diferentes âmbitos liga-se à crescente predominância de um dos “tipos puros” da teoria da ação de Weber (1999, p. 15-16): a ação racional com respeito a fins. Essa categoria compreende o tipo de ação orientada pela representação subjetiva dos meios necessários para atingir determinados fins visados e

das suas consequências, supondo, para tanto, a elaboração, comparação e avaliação de diferentes possibilidades. A predominância desse tipo ideal de ação é concomitante à perda de sentido do mundo pois ele pressupõe tanto a dessacralização dos seus fins quanto a necessidade de compará-los com as consequências dos meios utilizados para alcançá-los. Tanto as ações quanto os fins de valor incontestável são, então, desacreditados e perdem poder no Ocidente moderno.

É inegável que, para Weber, essa derrocada histórica dos fins supremos, que são ideais supremos, é positiva. Pois a ciência ocidental moderna, ao realizá-la, responde à questão fundamental do “sentido” do mundo com uma recusa. E ela não pode, para Weber, fazer mais do que recusar a questão “Que devemos fazer?” (WEBER, 2002, p. 99), sendo essa consequência apreciada por ele na medida em que concorda com Tolstói sobre a possibilidade mesma de se apreender o “sentido” último da vida:

O homem civilizado aprende apenas a minúscula parte do que a vida do espírito tem sempre de novo, e o que ele aprende é sempre algo provisório e não definitivo, e portanto a morte para ele é uma ocorrência sem significado. E porque a morte não tem significado, a vida civilizada é, como tal, sem sentido. (WEBER, 2002, p. 97)

É, finalmente, inegável que essa postura aceita por Weber, de recusar à ciência a possibilidade de decidir sobre o “sentido” da vida, relaciona-se com a aceitação da dissociação entre fatos e juízos de valor (WEBER, 1992, p. 107-154). Obviamente uma independência real desses dois elementos é impossível, e o autor alemão o admite. Mas a dissociação impõe-se no plano ideal ao conhecimento dada a evolução da consciência ocidental moderna sobre as suas possibilidades (e aqui a influência de Kant sobre Weber é clara). A universalidade do processo de racionalização sobre o qual Weber indaga (2001, p. 1) sem dúvida decorre da universalidade, ou melhor, da significação universal do “desencantamento do mundo” realizado pela ciência e da sua transformação em um mecanismo causal (WEBER, 2002, p. 244) sujeito à dominação pela previsão. Se nisso a modernidade se aproxima do que é um conhecimento mais verdadeiro do mundo, o seu “sentido”, expulso junto com a religião para o terreno do irracional, não pode nunca mais voltar como absoluto, a não ser acompanhado de um retrocesso do conhecimento científico.

O processo de racionalização da sociedade ocidental moderna culmina com essa separação definitiva entre o “sentido” subjetivo e o conhecimento objetivo do mundo.

Modernidade como ruptura

Em inúmeras passagens, Weber deixa claro que a singularidade do Ocidente, cuja maior manifestação é o processo de racionalização, é incontestável. Na já referida introdução a *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2001), por exemplo, a questão é apresentada dessa forma. Mas a relação do Ocidente com outras formações sociais, sejam anteriores ou não ocidentais, não é de pura e simples ruptura.

A modernidade, para Weber, institui-se como novidade enquanto engendra o desenvolvimento e a suprema centralidade de um elemento sempre outrora existente. A racionalização, em si mesma, não é um fruto da modernidade ocidental, mas uma disposição encontrada de forma generalizada na história conhecida: “a racionalidade tem, e sempre teve, poder sobre o homem, por mais limitado e instável que esse poder seja e tenha sido sempre frente a outras forças da vida histórica.” (WEBER, 2002, p. 227). Ao longo da história ocorreram racionalizações em torno de diferentes princípios, na economia, na religião, etc. Mas nunca com as consequências avassaladoras do processo de racionalização no Ocidente, relacionando e pondo em conflito todas as esferas da vida, marcando a cultura como um todo. A vida social moderna, portanto, é vista como profundamente marcada pela radicalidade e pela generalização do processo de racionalização, tendo nisso rompido com outras formações sociais, em que esse processo não se desenvolveu senão de forma instável ou incipiente, subordinada a outras forças determinantes do comportamento.

O tipo de característica que diferencia a modernidade é, para Lukács, muito próximo ao defendido por Weber. Também consiste no desenvolvimento extremo de um traço existente de forma generalizada ao longo da história; traço que também, na modernidade, estendeu sua influência a todas as esferas da vida social, passando a determiná-las e à forma das suas relações. A natureza desse traço, no entanto, e a forma como ele se impõe, são diferentes para os dois autores.

Weber considera a racionalização uma disposição que se origina de uma infinidade de influências, não sendo possível falar em uma causa determinante. A ideia da causalidade “unilateral” é negada por ele no estudo das relações entre protestantismo e capitalismo (WEBER, 2001, p. 132), e não há motivos para crer que seria aceita em outras áreas de estudo. Na exposição da sua concepção da modernidade, logo acima, não houve lugar para um fator determinante que, sozinho, desencadeou todo o processo que lhe deu origem. Isso apesar de Weber considerar a economia, e mais especificamente o trabalho, como elemento importantíssimo para o estudo da racionalização ocidental e de como ela chega a culminar no desenvolvimento do capitalismo (2001, p. 8; p. 132; p. 224-225, nota 115).

Essa é uma atitude cautelosa de Weber, claramente baseada naquela sua convicção sobre o tipo de conhecimento possível através da ciência (sempre parcial, provisório e incerto). Nessa disposição epistemológica ele não é seguido por Lukács (1989, p. 220). Para este autor, o que há de fundamental na definição da modernidade deve ser buscado nas relações econômicas e no trabalho, pois, por um lado, é onde se encontra na sua forma mais clara e, por outro, é a partir de onde pode se disseminar em caráter determinante para todas as esferas da sociedade. É, dessa forma, no trabalho que se encontra a essência da sociedade moderna, e o que é capaz de explicá-la.

Em virtude disso, Lukács, que se refere repetidas vezes a Weber, e mesmo adotando um argumento parecido quanto ao tipo de ruptura levada a cabo pela modernidade, caracteriza a explicação do autor alemão como falha, por não ter percebido o verdadeiro fundamento da ruptura e do que se constituiu a partir dela. A explicação de Lukács pretende superar esse problema partindo da forma-mercadoria, conceito retirado de *O Capital* (MARX, 1983).

A mercadoria

Por basear-se no capítulo sobre a mercadoria de *O Capital*, será necessário, para expor a crítica de Lukács a Weber, retomar os principais argumentos de Marx aí contidos.

A produção de mercadorias é a meta de toda a produção orientada para um mercado capitalista. Nele as mercadorias são trocadas com base em um princípio de equivalência; se não houvesse tal princípio não poderia haver produção racionalmente planejada (calculada) orientada para a troca de mercadorias, pois nesse caso a troca seria completamente imprevisível. Mas a equivalência entre as mercadorias é atributo necessário delas apenas enquanto mercadorias, enquanto coisas que são trocadas. O próprio produto do trabalho humano, tomado individualmente, não é necessariamente equivalente aos demais, não é necessariamente produzido para ser trocado, mas o é para que satisfaça alguma necessidade humana. É, então, um valor de uso, que corresponde ao tipo de necessidade que ele é capaz de satisfazer. Mas não é a princípio coisa, mercadoria, que pode ser trocada. Ele torna-se mercadoria através da sobreposição do valor de troca ao valor de uso intrínseco.

O produto do trabalho torna-se um valor de troca em função das condições da sua produção. A produção capitalista orientada para o mercado pressupõe um mercado da força de trabalho livre, disposta a vender-se, pois transformada também em mercadoria. Embora o trabalho assim negociado produza bens que são necessariamente valores de uso, pois, caso contrário, não seriam consumidos, esses produtos, por serem fruto de um trabalho mercantilizado, já são também, imediatamente, valores de troca. Uma vez que é o mercado que regula toda a produção capitalista, a sua lógica, a da mercadoria, faz com que o produto pareça, imediatamente, um valor de troca; uma coisa, portanto, produzida para a troca que têm a sua natureza ajustada a ela. Essa aparência faz sumir o valor de uso, a qualidade mais essencial do produto do trabalho. Transformada em coisa no modo de produção capitalista, assim como ocorre com o trabalho e com o seu agente direto, resta do produto a existência “fantasmagórica” em forma de mercadoria. É assim que a verdade do produto encerrada na sua capacidade de satisfazer alguma necessidade humana, o seu valor de uso, é ocultada no processo de produção capitalista pela existência do produto enquanto mercadoria, que é como ele se apresenta no termo desse processo, caracterizando o “fetichismo da mercadoria” descrito por Marx.

Críticas de Lukács a Weber

A forma-mercadoria, que é a expressão concreta do processo de coisificação do trabalho e dos seus produtos, é uma característica marcante da modernidade, que se expressa decisivamente no seu pensamento típico – essa é uma das teses de Lukács em *A reificação e a consciência do proletariado*. A associação entre capitalismo e modernidade caminha, ao longo do ensaio, no seguinte sentido: são desenvolvimentos históricos paralelos, unidos umbilicalmente à forma burguesa de existência e ao domínio da burguesia. O capitalismo representa o seu nível material mais fundamental, enquanto o pensamento moderno expressa a sua consciência característica determinada pela natureza das relações sociais estabelecidas naquele nível anterior. Talvez essa apresentação seja demasiado esquemática, mas exprime o mais central da relação entre modernidade e capitalismo feita por Lukács no ensaio em questão.

A sociedade capitalista como um todo, a sua “consciência” incluída, é determinada, seguindo-se esse esquema de dois níveis, pela realidade mais fundamental do tipo de produção que a caracteriza: a forma-mercadoria. Esta opera a coisificação (reificação) do produto do trabalho, pela supressão da sua singularidade e transformação em equivalente a todos os outros produtos, permitindo assim o cálculo e a previsão indispensáveis, no nível mais básico, à própria economia que produz mercadorias. A forma-mercadoria é, então, o modelo que se reproduz em todas as manifestações do pensamento da sociedade moderna. É o modelo da equivalência formal que distancia (e até mesmo incompatibiliza de maneira pretensamente definitiva, como quer Lukács) o conhecimento da realidade. A forma-mercadoria possui assim a característica de, dada a sua efetividade econômica e a importância desse nível para a explicação marxista (que, diferentemente da terminologia de Weber, não cabe chamar “esfera”), emanar as suas “categorias cognitivas”, por assim dizer, para a consciência social, uma vez que o faz também em relação à maneira de apreender a realidade. A consciência decorrente da sociedade moderna capitalista é, então, uma consciência reificada, uma vez que reproduz no plano do pensamento a abstração do conteúdo do produto, do valor de uso, em nome da equivalência possível para as mercadorias; privilegiando, portanto, o cálculo e o planejamento da produção em detrimento da totalidade do produto do trabalho. Este é partido na sua essência verdadeira, mas irrelevante em termos de mercado, e

na sua existência para o mercado, assim como o pensamento moderno é partido entre o seu fundamento incognoscível (a coisa em si kantiana) e a sua possibilidade formal.

A ordem de determinação através da qual Lukács procura explicar o pensamento moderno é o tipo de causação unilateral que Weber recusa, conforme já mencionado. Mas em relação à explicação de Weber, que parte do pressuposto da incognoscibilidade de qualquer totalidade do fenômeno estudado – especialmente da sociedade moderna que se apresenta já, para ele, como uma realidade fragmentada –, a explicação de Lukács, que busca uma apreensão da totalidade, possui uma interessante característica: é capaz de transformar a explicação de Weber em uma manifestação do processo histórico que pretenderia descrever. Isso significa que, se Weber concebe a racionalização, com todas as suas consequências apresentadas, como um processo substantivo, bem descrito justamente em função dos avanços da ciência moderna de cuja epistemologia ele compartilha, exatamente por isso Lukács considera a explicação weberiana como fenômeno típico da consciência reificada que determina o conhecimento moderno – que, no caso, é conhecimento moderno que enuncia a própria modernidade. A diferença central, então, entre as duas concepções da modernidade, é que a weberiana a explica pressupondo epistemologicamente os próprios avanços que descobre nela, enquanto a de Lukács, negando esses avanços epistemológicos³, mas não que eles existam como realidades concretas, deriva a sua concretude de uma falsificação básica, a generalização da forma-mercadoria, que “contamina” a consciência da modernidade sobre si mesma (o que significa que Lukács não os considera propriamente como avanços epistemológicos).

A consequência mais importante da falsificação da consciência (reificação) causada pela universalização da forma-mercadoria é, para o pensamento moderno, a “doutrina da ficção”, uma das duas formas gerais em que o pensamento reificado se manifesta⁴ (LUKÁCS, 1989, p. 136). O seu maior expoente é Kant, a cuja crítica Lukács dedica grande parte do seu ensaio, para demonstrar como o pensamento reificado não poderia avançar em relação a ele

³ LUKÁCS, 1989, p. 137, onde o autor afirma que a filosofia toma os pressupostos científicos do tipo dos defendidos por Weber como “progressos críticos”, enganando-se ao fazê-lo.

⁴ A outra é o “dogmatismo filosófico”, ou identificação do mundo burguês com o ser.

mais um passo sequer sem tomar, finalmente, consciência crítica dos seus equívocos. A “doutrina da ficção” se manifesta através de três elementos centrais para a crítica de Lukács a Weber.

O primeiro deles é a negação da totalidade; negação da possibilidade de conhecê-la, assim como praticamente uma negação dela em si mesma. Os pressupostos da ciência moderna, avanços na concepção de Weber, negam, como o atesta uma nota de caráter metodológico (2001, p. 224-225, nota 115), a possibilidade de conhecer a totalidade de um fenômeno ou de explicá-lo exaustivamente em todas as suas determinações. É também praticamente uma renúncia da própria totalidade do fenômeno, pois esta é apenas uma possibilidade irracional, não considerável pela investigação séria. É sempre presente, no entanto, como contraste do conhecimento possível, existindo como fundamento último, mas infinitamente afastado, que permite que ao menos a ideia de provisoriidade do conhecimento seja uma coisa segura. É esta a irracionalidade indispensável para a consciência reificada, que ela institui como fatalidade ao levar a sério o diagnóstico da modernidade já calcado no tipo de pensamento produzido por ela própria.

O segundo elemento central da “doutrina da ficção” que importa para essa crítica a Weber é o juízo sobre a formação de ciências independentes e irreconciliáveis. Na esteira da fragmentação da cultura moderna como um todo provocada pela racionalização, não haveria motivos para que Weber considerasse a crescente especialização das ciências como um problema a ser resolvido, mas apenas, na medida em que fosse um processo consoante à formação da modernidade, essa especialização seria um dado coerente com o contexto geral em que se originou e desenvolveu. Para Lukács, no entanto, essa formação de ciências independentes deve ser tão ilusória quanto a autonomização das esferas de valor descrita por Weber. Estes processos podem apenas apreender a realidade já reificada da sociedade burguesa, em que não é possível reivindicar mais nenhuma totalidade. Que seja impossível reivindicá-la é uma consequência do formalismo em que incorrem as ciências, assim como o pensamento reificado, que por sua vez decorre da renúncia a compreender racionalmente o conteúdo do conhecimento, referindo-o sempre a uma irracionalidade fundamental. Às ciências ocidentais modernas (ou burguesas) resta, então, apenas a formalidade que não é capaz de uni-las, pois admitem, todas, no seu fundamento, a irracionalidade como um dado, mas em relação à qual não podem ser mais do que “indiferentes”, assim como acontece em

relação ao conteúdo (LUKÁCS, 1989, p. 142-143). Esse ponto é muito bem exemplificado pela “ausência de sentido do mundo” defendida por Weber.

O terceiro e último elemento é a impossibilidade de que o pensamento reificado supere a si mesmo enquanto tomar a irracionalidade como dada, ou enquanto se mantiver alheio ao conteúdo do conhecimento. A “doutrina da irracionalidade”, afirma Lukács, conforme se torna mais clara para si mesma, percebe os problemas insuperáveis a que conduz. O maior deles é o “dilema insolúvel da liberdade e da necessidade” (LUKÁCS, 1989, p. 152), que Kant chegou mesmo a perceber como insolúvel. É um falso problema, do ponto de vista da práxis defendido por Lukács. Mas impõe-se ao pensamento reificado por causa da supressão do conteúdo que ele opera. Quando o conhecimento se propõe exclusivamente formal, sem relação com o conteúdo, ou com o “sentido”, ele esvazia a natureza, executando uma matematização análoga àquilo que a produção capitalista faz com o produto do trabalho para torná-lo mercadoria – a instituição da equivalência. A natureza matematicamente conhecida, transformada em leis naturais, é manipulável segundo fins que lhe são alheios, até porque ela é considerada indiferente a esses fins. Quem lhes atribui é o homem, que por sua vez não pode retirá-los do conhecimento objetivo que possui. O motivo por que isso acontece já foi exposto na apresentação, em linhas gerais, das principais características da modernidade para Max Weber. Esses fins são, portanto, necessariamente subjetivos.

Na oposição entre a natureza manipulável transformada em leis matemáticas e os fins exclusivamente subjetivos a que ela é submetida pelo homem encontra-se o problema da liberdade e da necessidade, que o pensamento reificado não pode superar; apenas encontra formas de lidar com ele. Parece-me que a forma encontrada por Weber é bem enunciada no final de *A ciência como vocação* (2002), naquela que é uma de suas mais belas passagens, e que consiste numa exortação à busca individual de um “sentido” subjetivo para a vida:

(...) queremos extrair a lição de que nada se ganha ansiando e querendo apenas, e agiremos de modo diferente. Procuraremos trabalhar e atender às “exigências do momento”, nas relações humanas e em nossa vocação. Isto, porém, é claro e simples, se cada um de nós encontrar e obedecer ao demônio que controla os cordões de nossa própria vida. (WEBER, 2002, p. 90-107)

Alain Touraine e as antinomias da modernidade

Considerar a teoria da modernidade de Alain Touraine à luz da crítica de Lukács ao pensamento moderno reificado e, mais especificamente, à modernidade de Weber, parece uma tarefa interessantíssima porque o autor francês, partindo de uma definição da modernidade muito próxima da weberiana, procura elevar as antinomias daí decorrentes ao patamar de normatividade política através de uma ideia particular de democracia.

Crítica da modernidade (TOURAINÉ, 2000)⁵ é uma obra que contém uma teoria da modernidade. Divide-se em três partes. Esquemática e resumidamente apresentando, a primeira contém uma exposição do que Touraine chama “modernidade triunfante”, ou o desenvolvimento do domínio da racionalização, do universal e, conseqüentemente, da dominação pelo homem do próprio homem e da natureza. A essa faceta da modernidade fez-se acompanhar o seu complemento necessário, muitas vezes como reação a ela: a defesa, eventualmente romântica, da singularidade, da liberdade e também da irracionalidade. É a chamada “modernidade em crise” (a relação entre essas “etapas” não é simplesmente cronológica). Finalmente, culminando o desenvolvimento da modernidade, origina-se o “sujeito” (a terceira parte chama-se “O nascimento do sujeito”). Ele é o conceito capaz de abrigar a antinomia central da modernidade, que vinha delineando-se desde a sua gênese, realizando assim o verdadeiro significado dela – uma espécie de autoconsciência da modernidade.

A visão de que a secularização e o desencantamento do mundo, com a subsequente instrumentalização da natureza, podem caracterizar razoavelmente a modernidade é aceita por Touraine (TOURAINÉ, 2000, p. 214). E a sua herança weberiana nesse ponto é clara, porque o desencantamento não apenas se concretizou como se tornou irreversível por representar um avanço, um “progresso crítico” na expressão irônica de Lukács. A “separação dos

⁵ As citações de *Crítica de la modernidad* (TOURAINÉ, 2000) foram traduzidas do espanhol pelo autor do artigo para facilitar a leitura.

subsistemas”⁶, a racionalização e a saída dos particularismos para a entrada no universalismo⁷ são os progressos conquistados pela “modernidade triunfante”. Eles conduziram à desintegração de um mundo baseado nas tradições, nas convenções, nos costumes e nas crenças⁸, instituindo o “espírito da investigação que sempre choca com o espírito doutrinário” (TOURAINÉ, 2000, p. 202). Essa, no entanto, é apenas a metade do que significou a formação de uma sociedade moderna⁹.

O desenvolvimento de um princípio oposto foi o complemento necessário da racionalização. Como resposta à dominação a que ela conduz através da mecanização da natureza, o que já foi demonstrado pela exposição das críticas de Lukács a Weber, surge o “sujeito pessoal que defende seu direito individual ou coletivo para chegar a ser o ator de sua própria vida, suas ideias e sua conduta”¹⁰. Em suma, a defesa desse sujeito assenta precisamente na defesa da liberdade para definir seus próprios valores e o sentido particular que atribui à própria vida. É um princípio de resistência à fatal dominação da racionalidade, muitas vezes mesmo defendido, na etapa da “modernidade em crise”, como direito à irracionalidade. Mas não é possível considerar essa defesa como algo à parte daquilo a que ela responde. Opõe-se à dominação pela manipulação racional de leis da natureza (que, não se deve esquecer, são também as leis do comportamento humano), mas é o seu complemento necessário, como já discutido, pois um esvaziamento do “significado” do mundo através do desencantamento e da mecanização carece de uma atribuição de sentido, capacidade por fim reservada ao homem – e mais: ao homem individualmente. Quando Touraine afirma, portanto, que completar o quadro da modernidade – “aceita pelo mundo atual”, sem mais recurso possível a qualquer forma de antimodernidade¹¹ – significa “redescobrir um aspecto da modernidade que foi esquecido ou combatido pela racionalização triunfante”¹², não faz

⁶ *Idem*, p. 202.

⁷ *Idem*, p. 203.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Idem*, p. 204.

¹⁰ *Idem*, p. 214.

¹¹ *Idem*, p. 201.

¹² *Idem*, p. 215.

senão defender que, e o prosseguimento da sua argumentação o atesta, a modernidade é realmente constituída dualmente. E que não pode permitir, sob o risco de alienar-se de si mesma, qualquer absorção de um dos seus elementos pelo outro ¹³. Finalmente, “O pensamento é moderno apenas quando renuncia à ideia de uma ordem geral do mundo, uma ordem simultaneamente natural e cultural, quando combina determinismo e liberdade, natureza e sujeito, o inato e o adquirido.” ¹⁴.

A combinação que constitui a modernidade, portanto, nunca pode resumir-se a apenas um dos seus elementos, sendo esta, na verdade, uma concepção necessariamente “bipolar” (TOURAINE, 2000, p. 219) e “dualista” ¹⁵. Aceitá-la, aceitando também uma “tensão” entre os seus pólos, representa uma espécie de autoconsciência que instaura uma “nova modernidade” ¹⁶, organizada cultural e institucionalmente em função da tensão que nunca deve ser suprimida. O “sujeito moderno” é o que expressa, para Touraine, a nova modernidade.

A expressão política do sujeito é a democracia ¹⁷. Esta “não é somente um estado do sistema político mas é também, e ainda em maior medida, trabalho e combate permanentes para subordinar a organização social a valores que não são propriamente sociais: a racionalidade e a liberdade.” ¹⁸. Por isso “a democracia (...) é antes de tudo uma luta” ¹⁹. É a luta para assegurar politicamente a realização do sujeito moderno. Não é, assim, uma consequência da modernidade, mas, uma vez que nasce o sujeito moderno, reconhecedor e experimentador da natureza dilacerada da modernidade, a democracia é mais uma das suas lutas, possivelmente a mais importante, pois é a garantia da realização plena das antinomias da modernidade. Antinomias ainda claramente evocadas como ideais em termos que não poderiam ser mais claros para a análise aqui desenvolvida: “A democracia (...) é a

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Idem*, p. 227.

¹⁶ *Idem*, p. 218.

¹⁷ *Idem*, p. 319.

¹⁸ *Idem*, p. 344.

¹⁹ *Ibidem*.

subordinação do mundo das obras, das técnicas e das instituições à capacidade criadora e transformadora dos indivíduos e das coletividades.”²⁰.

Considerações finais

Parece plenamente razoável passar da crítica de Lukács à modernidade de Weber para a crítica à modernidade de Touraine, enquanto produtos da consciência reificada típica da própria modernidade. A visão deste último, pode-se perceber, não se desprende das antinomias que, conforme previsto por Lukács, impunham-se necessariamente a qualquer concepção que aceitasse o “esvaziamento de sentido do mundo”, subordinando-o enquanto puro mecanismo à ação humana compreendida como livre (ou descompromissada com toda verdadeira objetividade) no plano do significado ou dos valores. Tal separação cobrara já suas consequências na filosofia e na visão da sociedade elaboradas por Weber. Cobra-as novamente quando Touraine não pode, desenvolvendo-a, fazer mais do que exortar a modernidade a um “progresso infinito”, seguindo o termo de Lukács²¹ – uma “luta” que é um desenvolvimento das suas antinomias.

O fato de que os princípios antinômicos, na verdadeira modernidade, protagonizam, idealmente, uma tensão infundável, significa, além, é claro, do reconhecimento desses princípios como reais, que o resultado dessa tensão deve ser desejável. Por quê? Porque no plano individual o sujeito moderno conduz ao aprimoramento através do enriquecimento decorrente da experiência de mediação entre a definição livre da sua essência (dos seus valores) e a aceitação da eficiência técnica decorrente do domínio através do cálculo daquilo que lhe é exterior. Isto é, há uma ideia de que dessa experiência decorra um aprimoramento. O mesmo ocorre com relação à democracia, expressão política do sujeito, a qual deve aprimorar-se através da internalização da tensão entre a liberdade dos valores e a eficiência técnica. Esse

²⁰ *Ibidem*.

²¹ “Não foi, contudo, por acaso que o pensamento burguês encontrou no progresso infinito uma saída para as contradições criadas pelo fato de a história lhe surgir como dada.” (LUKÁCS, 1989, p. 180)

aprimoramento é um “progresso infinito”, e o único progresso possível dentro da percepção “reificada” da modernidade. Uma vez que as suas antinomias são tomadas como dado, nada é possível para além delas, restando apenas um misterioso “progresso infinito” que não pode admitir, pensando a modernidade historicamente, nenhum outro avanço real. Consequentemente, esta é uma visão profundamente justificadora da realidade tal como ela se apresenta, sendo necessário nesse ponto ceder à avaliação de Lukács.

Finalmente, apesar da razoabilidade do ponto de vista proporcionado pela crítica do autor húngaro, não cabe decidir sobre a sua verdade. Cabe tomá-la como fonte de inquietações em relação a teorias interessantíssimas da modernidade como são as de Weber e de Touraine.

Referências

LUKÁCS, György. “A reificação e a consciência do proletariado” In: **História e consciência de classe**. Rio de Janeiro: Elfos; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989, p. 97-231.

MARX, Karl. “A mercadoria” In: **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica de la modernidad**. México: FCE, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999, capítulo 1, p. 3-35.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

REVISANDO O CONCEITO DE CARISMA: LÍDERES PENTECOSTAIS, ENTRE O VIRTUOSISMO E O CAPITAL RELIGIOSO, DA DOMINAÇÃO À PERFORMANCE.¹

Cleonardo Mauricio Junior²

Resumo: É proposta deste artigo superar a antinomia subjetivismo-objetivismo no entendimento do carisma oriundo dos trabalhos de Weber e Bourdieu. Ao analisar a performance dos líderes pentecostais, nos trabalhos de Simon Coleman e Joel Robbins, podemos verificar uma retroalimentação entre os aspectos subjetivos e objetivos no exercício do carisma. Pretendo ainda apresentar o carisma para além da dominação, analisando-o em termos da performatividade que o líder pentecostal põe em ação através dos usos que faz do texto, em especial a transformação do texto em algo vivido e performado e que se estende em cadeias rituais de intensa energia emocional. Tal entendimento do carisma colabora ainda para compreendermos a ascensão dos líderes pentecostais a uma posição de autoridade religiosa acima de seus pares.

Palavras-chave: Carisma, objetividade, subjetividade, performance, interação ritual.

Um dos princípios fulcrais da Reforma Protestante do séc. XVI é a ausência de mediação entre os homens e o sagrado. A partir de então todo crente, de posse das escrituras, estaria apto a construir uma relação com o divino por si só, não necessitando mais do clero para intermediá-la. A relação radicalmente hierarquizada entre clero e leigos é flexibilizada, democratizando o acesso a um Deus que outrora podia ser alcançado somente através da instituição, por meio do trabalho de seus representantes oficiais. A autonomia dá-se também em relação aos santos católicos. Estes não são mais requeridos como meios de acesso à divindade, muito menos tomados como objeto de culto e veneração. A santidade passa a ser um alvo buscado por todos: Não há santos protestantes, porque todos os crentes são santos (WEBER, 1967, 1974).

No pentecostalismo - sobretudo na sua versão mais atual, o neopentecostalismo -, descendente da Reforma, vários líderes carismáticos tem se destacado transformando-se em

¹ Trabalho de Iniciação Científica. Vinculado ao projeto “O Pastor, a palavra e a circulação do carisma pentecostal” coordenado pela Prof(a). Dr(a). Roberta Campos.

² Bolsista do PET (Programa de Educação Tutorial) do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: cleonardobarros@gmail.com

verdadeiras celebridades. Geralmente possuindo suas próprias denominações repletas de filiais, programas televisivos de alcance nacional e eventos itinerantes que atraem centenas de pessoas, alguns destes líderes são intitulados bispos, como Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, ou apóstolos, como Estevam Hernandes, da Renascer em Cristo, indicando o que seria, na contramão da Reforma, um retorno à intensificação da hierarquia, tanto em relação aos fiéis quanto em relação aos pastores normais, ou seja, aqueles que não são líderes denominacionais, não possuem exposição na mídia, nem protagonizam eventos freqüentados por multidões, enfim, pregadores que não alcançaram o posto de celebridades (MARIANO, 2005).

A atuação destes líderes nos leva a pensar, também, num retorno à intermediação entre os leigos e a divindade. Os programas que veiculam as mensagens destes pastores substituiriam a leitura sistemática das escrituras, gerando uma oralização do que antes se configurava numa relação predominante com as fontes escritas. Além disso, a congregação consideraria tais pastores munidos de uma autoridade maior que os seus próprios líderes religiosos locais e de um virtuosismo religioso difícil de ser alcançado por eles próprios.

Se a Reforma superou a mediação pelo clero e aboliu o culto dos santos e se o pentecostalismo invoca a relação com um Jesus vivo, cultivada através de preenchimentos espirituais conectados ontologicamente com a queda original do Espírito Santo, qualquer tipo de intermediação se configuraria como uma barreira impedindo a conexão direta com a divindade. Constitui-se, portanto, num paradoxo observarmos líderes adquirindo um status de virtuosismo religioso que o eleva acima dos outros crentes e pastores comuns. Entendo ser primordial a revisão do conceito de carisma para compreendermos este paradoxo no pentecostalismo.

Max Weber (1999, 2000) expõe o carisma como uma qualidade pessoal extracotidiana que confere poderes ou qualidades sobrenaturais a quem o detém. Bourdieu (2007a) acusa Weber de enganar-se ao entender o carisma como uma qualidade estritamente pessoal e, trabalhando com seus conhecidos conceitos de *habitus*, capital social e campo, elabora sua teoria do campo religioso no intuito de superar de vez a concepção weberiana do carisma, taxada por Bourdieu de subjetivista.

Analisando a atuação dos líderes pentecostais, utilizando-me dos trabalhos de Simon Coleman (2009) e Joel Robbins (2009), visto, primeiramente, empreender uma superação da antinomia subjetivismo-objetivismo na compreensão do conceito de carisma oriunda dos

trabalhos de Weber e Bordieu. É perceptível, nas abordagens do exercício da liderança carismática realizadas por Coleman e Robbins, uma dialética entre características pessoais, ainda que adquiridas, e acumulação de capital social. Não obstante o trabalho destes autores não tratem diretamente da questão do carisma, seus escritos nos levam a perceber a necessidade deste ser incessantemente performado nas interações entre líderes carismáticos e crentes comuns. Assim, é proposta deste artigo, ainda, abordar o carisma para além da dominação, analisando-o na sua qualidade performativa, onde práticas corporais e energia emocional são fundamentais para o estabelecimento da autoridade e legitimidade do líder carismático. Tal abordagem possibilita entendermos que o carisma pode ser apreendido e mimetizado, e, portanto, distribuído e compartilhado³, esclarecendo, com isso, como se dão, mais do que seus efeitos de dominação, sua transmissão e circulação, elementos indispensáveis para a construção da autoridade do líder pentecostal.

Weber e o Carisma

Max Weber define por carisma

uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos, ou então se a toma como pessoa enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’ (WEBER, 2000, p. 158, 159).

O poder carismático satisfaz necessidades que transcendem as exigências da vida econômica, em contraponto às estruturas patriarcais e burocráticas, as quais têm seu lugar originário na economia, servindo, portanto, para satisfazer as necessidades cotidianas, normais e recorrentes (WEBER, 1999, p. 323). Esta faceta anti-econômica do carisma é uma de suas principais características, segundo Weber. O carisma puro é o contrário de toda economia ordenada e jamais é, para seus portadores, uma fonte de ganhos privados. Em suma, apesar de viver neste mundo, o carisma não vive dele (WEBER, 1999, p. 324, 325).

³ Devo o entendimento do carisma como mimetizável ao artigo “Para além da dominação: Carisma e modo de vida entre os Ave de Jesus” da Prof(a). Dr(a). Roberta Campos. (Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 25 (1): 117-130, 2005)

Opondo o poder carismático à racionalização burocrática, Weber diz que esta revoluciona os preceitos da dominação tradicional por meios técnicos, “de fora para dentro”, ou seja, modificando as coisas e as ordens e, a partir daí, os homens. Enquanto isso, o poder do carisma, ao contrário, revoluciona de “dentro para fora” e procura transformar as coisas e as ordens segundo o seu querer revolucionário (WEBER, 1999, p. 327). É o caráter de mudança central no modo de pensar, uma verdadeira *metanóia*⁴, a principal característica das mudanças impostas pelo carisma, enquanto que a racionalização impõe aos liderados a apreensão dos resultados exteriores, técnicos, ignorando o teor de “idéia” das mudanças. (p. 328). Assim, para Weber, o carisma é, de fato, o poder revolucionário especificamente “criador” da história, por romper todas as normas da tradição impondo uma sujeição íntima ao nunca visto, ao invés de, simplesmente, substituir os preceitos da santidade da tradição pelas regras modificáveis da burocracia.

O teor anti-econômico e extracotidiano por excelência do carisma é ressaltado mais uma vez por Weber quando este fala sobre sua rotinização. Antes, Weber esclarece que a existência de uma autoridade puramente carismática não significa uma situação amorfa com falta de estrutura, sendo, ao contrário, uma formação social com estrutura claramente definida, baseada na vida comunitária do líder carismático com seus seguidores. Qualquer mudança nesta estrutura, qualquer desvio destes costumes, deturpa a pureza da estrutura carismática e conduz a outras formas estruturais. A rotinização do carisma é inevitável na medida em que há sempre o desejo do líder carismático, dos seus seguidores, e também dos carismaticamente dominados, de transformar o carisma em uma propriedade permanente da vida cotidiana. Além disso, os seguidores do líder procuram sempre satisfazer as necessidades econômicas sem depender mais do estilo de vida comunitário. Sendo assim, a forma de existência do carisma acaba por ser subvertida pelo domínio do cotidiano, sobretudo aos interesses econômicos. (WEBER, 1999, p. 332)

Fica claro, então, que o carisma, em Weber, seria um elemento majoritariamente individual, qualitativamente singular, determinado por fatores internos e, ainda, alheio à economia. A dominação nos termos carismáticos se daria na medida em que aqueles a quem o líder carismático se sente enviado reconhecem sua missão. Este reconhecimento não é a razão da legitimidade, antes, as pessoas são chamadas a reconhecer essa qualidade em virtude da

⁴ Segundo a primeira definição do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, *metanóia* significa mudança essencial de pensamento ou de caráter.

vocação do líder e das provas de seu carisma. Se as pessoas não o fazem, o líder fracassa, se há o reconhecimento da missão, o líder os domina. (WEBER, 2000, p. 159).

Bourdieu e o Carisma

Pierre Bourdieu (2007a) faz uma crítica ao conceito de carisma trabalhado por Weber dizendo que este autor se ilude ao considerar o líder carismático como portador de autonomia absoluta, entendendo, a partir disso, a mensagem religiosa como aparição inspirada. Para Bourdieu, ao tentar fugir do extremo reducionista que considera a religião como reflexo direto das condições econômicas e sociais, Weber cai no outro extremo, o subjetivista (BOURDIEU, 2007a). Ainda assim, segundo Bourdieu, o próprio Weber traria em seu trabalho os elementos para escapar desta oposição, mesmo que este não o soubesse, havendo, por isso, a necessidade de se ler nas entrelinhas a “intenção profunda da investigação weberiana” (p. 80).

Esta intenção profunda a que Bourdieu se refere e que deve ser extraída da metodologia de Weber, constituindo-se também como uma ruptura com esta mesma metodologia, seria a representação interacionista das relações entre os agentes religiosos. Ou seja, consiste em perceber as relações entre estes agentes a partir da ótica do interacionismo simbólico. É nas relações recíprocas entre profetas, sacerdotes e leigos, portanto, que podemos entender como se estrutura o campo religioso. Uma segunda ruptura, desta vez com o próprio interacionismo, seria necessária para superar as dificuldades que, diz Bourdieu, Weber teria encontrado: subordinar a lógica das interações entre os agentes à estrutura das relações objetivas entre as posições que tais agentes ocupam no campo religioso. Esclarecendo: a interação entre os agentes religiosos seria, na verdade, entre posições distribuídas numa estrutura e não entre os indivíduos *per se*. Os indivíduos não poderiam definir a situação na interação, pois esta já estaria fixada previamente.

A crítica de Bourdieu ao interacionismo é colocada de maneira bastante esclarecedora por Renato Ortiz (1983), reconhecido comentarista do autor francês. O que o interacionismo simbólico considera como determinação do agente, conforme nos mostra a análise dramatúrgica de Goffman, Bourdieu apreende como objetivamente estruturado dentro do “campo”, esclarece Ortiz (1983). O “campo” seria o “espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas”, configurando-se como “o *locus* onde se trava uma luta

concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. O “campo” é estruturado a partir da distribuição desigual de elementos determinantes da posição que um agente específico ocupa em seu seio. Estes elementos são chamados por Bourdieu de “capital social” (ORTIZ, 1983, p. 19, 21).

Bourdieu explica que a constituição do campo religioso é resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, acompanhada pela desapropriação dos bens religiosos dos excluídos deste corpo, os leigos. Para ele, a principal característica do campo religioso é a de ser uma reprodução das estruturas sociais. Os sistemas simbólicos são, além de estruturas estruturadas, categorias de entendimento (estruturas estruturantes). Sendo assim, partindo do princípio durkheimiano de que as categorias de entendimento são construídas socialmente, a religião, sistema simbólico e, portanto, categoria de entendimento, não poderia fugir de sua função política: representar, legitimar e reproduzir a estrutura social que a construiu. (BOURDIEU, 2007a). A religião cumpriria este papel, primeiro, através da manipulação simbólica das aspirações, ajustando as esperanças às oportunidades objetivas, e, depois, através da inculcação de um *habitus* religioso cuja estrutura (estruturada) é uma reprodução das relações econômicas e sociais. Resumindo, a religião tem o papel de justificar a existência numa posição social determinada, legitimando tanto a posição das classes dominantes, consagrando sua distinção, quanto à posição das classes dominadas, ao introjetar nestas o *ethos* da resignação e da renúncia. (BOURDIEU, 2007a, p. 46, 53).

É pelo monopólio desta função política da religião que se configura a concorrência no campo religioso, concorrência que se dá principalmente na oposição entre o sacerdote e o profeta. O primeiro representa a Igreja, detentora do monopólio vigente dos bens de salvação e que visa perpetuar a estrutura do campo religioso. O profeta ambiciona subverter as posições no campo religioso e questiona o monopólio da Igreja, estando obrigado, para fazer frente ao capital detido por esta, a realizar a acumulação inicial do capital religioso. É neste âmbito que se deve entender o carisma em Bourdieu, como sendo o capital religioso por excelência do profeta. O carisma não é fruto de características anímicas, mas deve ser entendido como um recurso do profeta com vistas à consecução de seu interesse religioso: questionar a autoridade da Igreja e de seus sacerdotes e subverter as posições vigentes no campo religioso. Com isso, Bourdieu quer afastar completamente a idéia de que o carisma seja uma propriedade ligada à natureza de um indivíduo singular, surgindo aleatoriamente de suas capacidades individuais. E ainda, o profeta traria ao nível do discurso ou da conduta

exemplar representações, sentimentos e aspirações já existentes, porém ainda não trazidos à tona. Existentes tanto no interesse de possíveis grupos de leigos insatisfeitos com a Igreja e predispostos à heresia, quanto no cenário de crise, determinante para o enfraquecimento das tradições e para, conseqüentemente, o surgimento da profecia. Não se deve confundir, então, as causas orgânicas com a ação dos indivíduos. Para Bourdieu, os profetas são, na verdade, intérpretes destas causas e não senhores delas. Além disso, e, segundo Bourdieu, para acabar de vez com a concepção subjetivista do carisma, seria necessário determinar “as características sociologicamente pertinentes de uma biografia particular” que fariam um indivíduo sentir e exprimir disposições éticas já presentes, de modo implícito, “em todos os membros da classe ou do grupo de seus destinatários” (BOURDIEU, 2007a, p. 94).

Carisma como subjetividade e objetividade

Na tentativa de superarmos a antinomia subjetivismo-objetivismo no entendimento do carisma, pretendo utilizar a atuação dos líderes carismáticos pentecostais para iluminar como se dá a retroalimentação entre subjetividade e capital social no exercício do carisma. É preciso levar em conta, ainda, que classifico o líder carismático pentecostal, dentro da tipologia dos agentes religiosos de Weber, como um profeta e não como sacerdote, devido à sua forte liderança carismática e por, de alguma forma, anunciar um novo modo de viver a palavra.

Em seu artigo sobre os santos protestantes, Coleman (2009) enumera alguns princípios que os líderes carismáticos precisam cumprir para se tornarem grandes homens de Deus. O primeiro deles é o princípio da **Mobilidade**. Os pastores devem servir como mediadores entre territórios, marcando-os com sua presença física. Um líder carismático precisa ser um pregador itinerante ouvido por multidões, a fim de se elevar dentre os outros pastores e crentes normais. Outro princípio é o da **Narrativa**. Coleman esclarece que os “santos” carismáticos são suas histórias, como se suas vidas fossem transformadas em textos. As narrativas de vida dos pregadores emergem de suas pessoas numa tentativa, que precisa ser bem sucedida, de justaposição entre estas histórias e as narrativas dos heróis bíblicos. Para Coleman, os líderes carismáticos precisam ser mestres da fala. Por último, Coleman apresenta o princípio de “**reaching out**”. A ação de um pregador deve alcançar seus seguidores, estender-se até os seus ouvintes, tocando-os. A interação entre pregadores e crentes normais

deve ser baseada na capacidade daqueles de prover cura física e espiritual, êxtase religioso, motivação para uma missão, entre outros. O poder dos pregadores carismáticos consiste na habilidade de penetrar na resistência carnal que os fiéis, e eles mesmos, possuem de constituir e reconstituir suas personalidades espirituais. A linguagem dos pregadores emergiria de seus corpos e seria assimilada pelos corpos dos ouvintes, consistindo na combinação de uma relação mimética, já que os crentes normais imitam seus grandes líderes, com a ingestão corporal da palavra dos pregadores pelos ouvintes. Coleman diz ainda que esta relação entre pregador e ouvinte se transforma numa cadeia verbal, pois cada ouvinte é chamado a replicar o princípio de “reaching out”, numa escala menor, para aqueles que estiverem ao seu alcance. Nisto, nas palavras do próprio Coleman, a interação entre pregadores e crentes normais se configura como um ritual enraizado na pessoa do pregador gerando um fluxo espiritual que parte deste, e numa cadeia de interações rituais, alcança as pessoas (COLEMAN, 2009).

Podemos perceber a relação intrínseca entre subjetividade e capital social nestas características levantadas por Coleman como necessárias para o sucesso dos líderes pentecostais. É necessário ter certo poderio econômico para praticar o princípio da mobilidade e conduzir eventos itinerantes que arrastam multidões. A educação diferenciada pode colaborar, certamente, para que os líderes carismáticos tornem-se mestres da palavra, o que não exclui, porém, a necessidade da convicção em sua vocação de serem prolongamentos das narrativas bíblicas. Se, como diz Weber, a diferença entre o profeta e o sacerdote se dá pela convicção deste da sua vocação pessoal, estamos num campo em que a subjetividade não pode ser eliminada da discussão. Além do mais, exercitando o princípio chamado por Coleman de “reaching out”, os profetas conseguem indexicar, eles mesmos, a presença divina, instaurando a autoridade carismática através da performatividade da mensagem religiosa de forma independente da palavra escrita. Resumindo, entendo que o carisma não está limitado às qualidades individuais do pastor, como Weber tece em suas considerações classificatórias e analíticas, mas tampouco essas características podem ser reduzidas a capital social, como em Bourdieu. A crítica de Bourdieu a Weber é fundamental para não cairmos num subjetivismo extremo das qualidades individuais carismáticas do pastor, mas a análise bourdiana restringe nosso olhar à esfera estritamente objetiva da desigualdade no acúmulo de capital social. (CAMPOS, 2011)

Carisma como performance

Uma característica comum aos trabalhos de Weber e Bourdieu é entender o carisma estritamente como dominação. Weber nos mostra, como já foi dito, que uma vez reconhecidos os poderes extracotidianos do profeta pelos leigos, estes são dominados. Bourdieu diz, como também já foi mostrado, que a intenção do profeta é subverter o domínio dos sacerdotes e oferecer aos leigos bens religiosos mais eficazes na transformação da teodicéia em sociodicéia. Os leigos, tanto em Weber (2009) quanto em Bourdieu (2007), aparecem desprovidos de carisma, desapropriados, de acordo com o segundo, de qualquer capital desde a origem do campo religioso. Entender os fiéis como dominados e destituídos de carisma é simplificar a relação entre líder carismático e fiel. O panorama é mais complexo e para compreendê-lo é necessário, primeiro, mostrarmos que o carisma vem à tona em meio a energia emocional advinda de uma interação coletiva. Ou seja, o carisma é performado coletivamente e o fiel participa ativamente desta performance. Robbins (2009) nos guiará neste objetivo. Segundo, é necessário enfatizar o desejo do fiel de ter carisma para si, o que explicarei baseando-me nos princípios elencados por Coleman, e aqui já apresentados, para que o líder carismático, na performance do que a comunidade pentecostal considera ser seu carisma, se eleve acima de seus pares. Isso não significa que estou negando a faceta de dominação do carisma, mas que estou mais preocupado em mostrar a necessidade deste ser performado, pelo pastor juntamente com os fiéis, e construir, a partir disto, argumento em favor de uma abordagem que explore um novo entendimento da economia do carisma, nos ajudando a esclarecer, também, como o profeta instaura sua autoridade. Vejamos.

No trabalho de Joel Robbins (2009) podemos nos certificar do caráter coletivo da performance do carisma, refutando a possibilidade de seu monopólio pelo líder, ou da passividade dos fiéis na construção da autoridade deste. Para Robbins, são falhas as abordagens que explicam o sucesso das igrejas pentecostais num contexto onde outras instituições, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, têm declinado ou simplesmente sumido, como consequência exclusiva da compensação oferecida por estas igrejas às perdas e privações sofridas pelas pessoas nas mãos da ordem global. O verdadeiro motivo do sucesso das igrejas pentecostais é a sua produtividade social, ou seja, sua capacidade de serem bem sucedidas como instituições. Esta “institution-building ability” citada por Robbins, acontece, por sua vez, devido ao papel fundamental que o ritual ocupa entre os pentecostais. Para explicar como isto acontece, Robbins toma emprestada de Randall Collins (2004) a noção de

interação ritual. Collins generaliza o conceito durkheimiano de efervescência coletiva e explica que toda interação bem sucedida produz um tipo de efervescência que ele chama de energia emocional. Ainda mais, todo indivíduo busca interações onde possa obter esta energia emocional, mudando de interação em interação até que possa encontrá-la, criando o que Collins chama de uma cadeia de interações rituais que dá forma à sociedade. Robbins utiliza-se desta explanação de Collins para argumentar que o sucesso pentecostal se dá por este movimento ser especialista em produzir interações rituais bem sucedidas, ou seja, fornecedoras de energia emocional (ROBBINS, 2009).

Ainda na trilha dos conceitos de Collins, Robbins explica o que exatamente deve haver na interação para que ela se configure como produtora de energia emocional. São dois os aspectos: Primeiro, é necessário haver foco mútuo de atenção, “uma consciência por parte dos participantes que eles compartilham intersubjetivamente uma definição comum do que eles estão fazendo juntos”⁵ (ROBBINS, 2009, p. 61, tradução nossa). Em segundo lugar, é necessário um alto grau de “emotional entrainment”⁶, ou seja, a noção de que os participantes estão, de forma coordenada, entrando numa corrente emocional. E isso se daria, principalmente, através da sincronia corporal. Robbins acrescenta, ainda, que o pentecostalismo é especialmente adequado para lançar mão destes dois aspectos da interação ritual bem sucedida. O conhecimento compartilhado de seus rituais, tais como o louvor, oração, cânticos e cura, assegura o foco mútuo de atenção e

uma vez que os pentecostais estejam juntos em uma estrutura de interação eles estão preparados para gerar ‘emotional entrainment’ através da sincronia corporal, o segundo constituinte de uma interação ritual bem sucedida⁷ (ROBBINS, 2009, p. 61, tradução nossa).

Fica claro nesta explanação de Robbins que o carisma ultrapassa a pessoa do líder carismático para se manifestar em uma sincronia corporal entre o pastor e os fiéis nos cultos pentecostais. Vê-se que o carisma, aqui entendido como energia emocional, é fruto de uma interação coletiva, não podendo ser considerado como de posse exclusiva do líder, pelo

⁵ “a sense on the part of participants that they intersubjectively share a common definition of what they are doing together”

⁶ “Entrainment” pode ser traduzido como “embarque em trem” ou “carreamento”. Na falta de um termo em português que reúna o sentido desta ação de embarcar num “trem” de emoções, mantenho o termo em inglês.

⁷ “once pentecostals are in a interactional frame together, they are well prepared to generate emotional entrainment through bodily synchronization, the second constituent of a successful interaction ritual”

contrário, está entre os participantes de uma comunidade religiosa envolta em interações rituais.

Vimos, baseando-nos em Coleman (2009) que o líder carismático precisa reunir alguns princípios para alcançar o sucesso carismático. Como dominar a prática da narrativa, onde o profeta precisa transformar o texto em algo vivido, e realizar o “reaching out”, situação onde o pregador precisa promover uma interação ritual com o crente comum, gerando um fluxo espiritual que nele se origina e vai até seus ouvintes, que, por sua vez, dão continuidade a este fluxo em interações com as pessoas ao seu alcance. Se o fiel mimetiza o carisma do líder para depois replicá-lo dando continuidade ao fluxo, pode-se depreender daí que ele também está em busca de carisma para si. Campos (2011) desenvolve argumento para apresentar como o carisma pentecostal circula na comunidade pentecostal, concluindo que esta cadeia citada por Coleman só é possível devido ao desejo do fiel de desenvolver seu próprio carisma. Oro (2010) já chamava atenção no seu trabalho de campo para o fato de que os líderes de menor porte vão aos grandes congressos buscando “apre(e)nder” o carisma dos grandes líderes. Assim, pode-se dizer que a mimesis do carisma do líder pelo fiel é um recurso deste último na busca por ser “revestido de poder”. Esta interação face a face entre pastor e fiel configura-se, conforme diz Seguy (1982) (apud ORO, 2010), em um ritual pedagógico do carisma, a fim de que cada crente construa sua identidade carismática e se habilite a participar desta cadeia de interações rituais.

Chega-se, através destas explanações, a uma mudança clara de perspectiva quanto ao que chamei de economia do carisma. A performance que dá origem ao carisma, energia emocional nos moldes de Robbins, é fruto de uma interação coletiva. Se o fiel percebe o carisma como uma qualidade espiritual do líder, ele pode, ainda assim, mimetizá-lo do numa interação ritual e, posteriormente, distribuí-lo numa cadeia de interações rituais performando seu próprio carisma. E é neste fluxo performático e emocional entre o pastor e sua audiência que se estabelece a autoridade e o reforço da crença na profecia (CAMPOS, 2011). É na sua performance que o líder carismático constrói sua autoridade. Como está à frente do ritual pedagógico do carisma, servindo de gatilho para que se dê início ao fluxo carismático, o pastor coloca-se como mediador do poder que viria da divindade de uma forma aceitável pela comunidade pentecostal saindo, com isto, destas interações rituais por ele comandadas numa posição de santidade superior aos demais.

Considerações finais

Analisando a performance dos pastores e crentes pentecostais, entendo que não se pode resumir o carisma nem às suas características objetivas, muito menos à sua esfera subjetiva. O carisma não está limitado às qualidades individuais do pastor, nos moldes de Weber, mas tampouco essas características podem ser reduzidas a capital social, como em Bourdieu. Há uma dialética entre subjetividade e capital social no exercício do carisma pelos líderes carismáticos. E, principalmente, não se pode reduzir o entendimento do carisma ao âmbito da dominação. Ele precisa ser performado numa interação ritual geradora de energia emocional entre o líder carismático e os crentes comuns. Robbins e Coleman mostram uma nova percepção na economia do carisma. O primeiro nos direciona a entendermos o caráter coletivo da produção do carisma. Coleman consolida o entendimento de que os leigos, ao mimetizarem o carisma, distribuindo-o numa cadeia de interações rituais, não podem ser tratados meramente como grupo passivamente dominado ou simplesmente como desapropriados de capital religioso.

Assim, deve-se entender o carisma para além da dominação, e, sobretudo, como performance presente nas cadeias de interações rituais pentecostais. Não se pode anular, no entanto, o fato de que estas interações têm como consequência a construção de uma estratificação carismática na qual os pastores de multidões se encontram no topo. Como disse, não pode haver “santos” protestantes, posto que todos são santos. Porém, pode-se ver nas interações entre líderes carismáticos e fiéis que uns são mais santos que os outros.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso e Apêndice I. In: _____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007a. p. 27-98.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. cap. 1.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. Para além da Dominação: carisma e modo de vida entre os Ave de Jesus. **Revista Religião e Sociedade**. v. 25, n. 1, p. 11-116, julho. 2005.

_____. **The prophet, the word and the circulation of pentecostal charisma**. SISR-ISSR, Religion and Economy in a Global World 2011. Aix-en-Provence, Mimeo. 2011.

COLEMAN, Simon. Transgressing the self: making charismatic saints. **Critical Inquiry: Faith without borders: the curious category of the saint**. v. 35, n. 3, p. 417-439, 2009.

COLLINS, Randall. **Interaction Ritual Chains**. New Jersey, Princeton University Press. 2004.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2ª edição. São Paulo, Edições Loyola. 2005.

ORO, Ari Pedro. Reciben lo que Veniran a Buscar: Nação e poder num encontro evangélico internacional, em Buenos Aires. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 32-52, 2010.

ORTIZ, Renato (org.). Introdução. In: _____. **Pierre Bourdieu**: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

ROBBINS, Joel. Pentecostal networks and the spirit of globalization: on the social productivity of ritual forms. **Social Analysis**. v. 53, n. 1, p. 55-66, 2009.

SEGUY, Jean. Charisme, sacerdote, fondation: autour de L. M. Grignon de Monfort. **Social Compass**. v. 29, n. 1, p. 5-24, 1982.

WEBER, Max. Sociologia da Dominação. In: _____. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensível. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UnB, vol. II, 1999. cap. 9.

_____. Os tipos de dominação e Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: _____. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensível. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UnB, vol. I, 2000. p. 139-198, 279-418.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____ As Seitas Protestantes e o Espírito do Capitalismo. In: GERTH, H. H; MILLS, W. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 347-370.

O GOSTO POPULAR E A ESTÉTICA DO ACASO¹

Marcos Freire de Andrade Neves²

Resumo: O presente artigo busca ampliar a compreensão sobre o gosto enquanto processo de distinção social nas camadas populares. A pesquisa desenvolvida baseia-se em etnografias realizadas na Vila Chocolate, localidade de baixa renda situada em área valorizada da cidade de Porto Alegre. Três eixos argumentativos compõem a estrutura da pesquisa, sendo todos envolvidos por meio de um mesmo elemento: o lixo. Enquanto a coleta e a reciclagem de lixo seco constituem a maior atividade econômica da Vila, o mesmo lixo coletado é responsável pela sua estética urbana, associada aqui ao trabalho de bricolagem (LÉVI-STRAUSS, 1970), ao qual a inexistência de um projeto arquitetônico prévio e a coleta de material encontrado ao acaso são essenciais. Após contextualizar a Vila estética e economicamente, intenta-se uma discussão sobre o gosto popular a partir de uma perspectiva do consumo e da constatação das suas diferenças econômicas internas – perceptíveis, inclusive, esteticamente e através do discurso local, como o uso dos termos *rico* e *pobre*.³

Palavras-chave: Consumo, distinção, estética, favela, gosto.

No Brasil, o processo de surgimento das favelas remete a 1897, com a formação do primeiro aglomerado ilegal de moradias precárias no Morro da Providência⁴, na cidade do Rio de Janeiro. Essa formação inicial – habitada por ex-combatentes de Canudos que tiveram seus soldos negados e encontraram nesta instalação, por um lado, uma forma de abrigo e, pelo outro, um modo de pressionar o Ministério da Guerra pelo pagamento devido – foi considerada desde seu princípio, seja por agentes públicos, médicos sanitaristas e repórteres, um *locus* de pobreza, malandragem e insalubridade (VALLADARES, 2005).

¹ Este artigo foi produzido a partir de pesquisas de campo realizadas, desde o primeiro semestre de 2008, sob orientação do Prof. Dr. Arlei Sander Damo, no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estas pesquisas foram realizadas inicialmente através de vínculo de bolsista voluntário (IC/PROPEQ Voluntário) no projeto “Cultura e Democracia Participativa: A Atuação de Lideranças Comunitárias no Espectro do Orçamento Participativo”. Em novembro de 2010, o tema deste artigo foi apresentado oralmente na *V Jornadas de Estudios Sociales de La Economía: “La construcción social de los objetos económicos”*, em Buenos Aires, Argentina.

² Graduando do curso de Ciências Sociais – Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcosfan@gmail.com

³ O presente artigo foi escrito durante o período que antecedeu a transferência da Vila Chocolate, sendo assim, é temporalmente situado. Atualmente, a Vila já foi transferida e seus moradores estão em processo de adaptação. Resolvi manter o artigo na sua forma original, pois expressa ideias e preocupações importantes deste período anterior à mudança.

⁴ Vale ressaltar que há indicativos de aglomerações anteriores ao Morro da Providência, como a Mangueira, Serra Morena e Quinta do Caju, mas há dúvidas quanto à ilegalidade da ocupação (VALLADARES, 2005, p. 26)

A favela passou a ser representada, portanto, como um território específico da pobreza (VALLADARES, 2005), cujo efeito mais imediato foi o seu deslocamento rumo à homogeneidade negativa. Relatos de época, como os realizados por Pimenta, evidenciam esse caráter homogêneo fruto, em grande medida, da crescente preocupação com esse fenômeno urbano:

[...] antes mesmo de sua adoção [do plano de remodelamento do Rio de Janeiro] é mister se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favellas” – lepra da esthetica, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de beleza. (PIMENTA apud. VALLADARES, 2005, p. 42)

Em uma tentativa de reverter sugestões pejorativas associadas ao termo favela, fruto de uma representação construída e desenvolvida ao longo de um século de existência desse fenômeno, buscou-se substituí-lo pelo termo comunidade, conotativo de uma união harmônica entre os moradores. Essa substituição, em grande medida empregada no âmbito de ONGs e associações, busca livrar-se de teores indesejados, mas não consegue superar a homogeneidade a que se propõe: uma comunidade indica um sistema de comunhão social, uma partilha de regras e valores que avaliza uma situação de concordância ao obliterar os conflitos. A experiência etnográfica, por outro lado, proporcionou a observância de uma situação adversa aos significados possíveis do termo comunidade, sendo o conflito entre os moradores um aspecto bastante presente na vida social, seja ele relacionado à economia ou à política. Sendo assim, apesar do uso êmico frequente, não será utilizado neste artigo o termo comunidade, pois se entende que o seu uso reforça um aspecto que o artigo propõe superar, além de inspirar uma dimensão de entendimento distante do observado.

Vila e favela, por sua vez, serão utilizadas como sinônimos apesar da diversidade de significados possíveis. Enquanto favela tem seu significado restrito a um conjunto urbano específico, o termo vila possui uma variedade de significados distintos e, muitas vezes, contraditórios. Seu raio de significados possíveis engloba pequenas localidades e vilarejos, residências elegantes e, inclusive, conjuntos de moradias irregulares. Grosso modo, a diferença entre o emprego de vila e favela se dá a partir de relações de estrutura e contexto regional:

enquanto o primeiro termo denota um conjunto menor de moradias, favela indica um arranjo urbano de maior proporção, não raro referido como favela-bairro. A importância do contexto, por seu turno, é relevante à medida que hábitos de linguagem tornam determinado termo mais ou menos utilizado. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o emprego do termo favela é mais difuso que no Rio Grande do Sul, onde há uma predominância de “vilas”. Sendo assim, ao demarcarmos suas semelhanças e distanciamentos, e com a finalidade de evitar qualquer compreensão errônea sobre o uso de tais termos, seus significados serão considerados análogos: um conjunto de moradias irregulares.

1. O *bricoleur* e a Estética do Acaso

A população pobre está em todas as partes nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. (DURHAM, 2004, p. 382)

Identificada com uma estética característica das favelas, a Vila Chocolate constituiu-se há cerca de 25 anos através de um processo urbanístico desprovido de planejamento prévio, dissociando-se do processo de formação dos bairros da chamada cidade formal (JACQUES, 2005), onde as construções seguem rigorosamente plantas pré-definidas. A cidade formal, esse espaço reinado pela arquitetura acadêmica, possui em meio ao seu território áreas nas quais a arquitetura vernacular – ou não acadêmica – sobrepõe-se e faz-se visível. Em meio aos caminhos cartesianos da cidade formal, tal qual rizomas as favelas espalham-se e constituem uma nova estética.

O corpo teórico desenvolvido por Jacques (2005) busca compreender a favela a partir de uma perspectiva estética, indo de encontro, segundo escreve, a [pre]conceitos da arquitetura acadêmica. Considerar a favela – um espaço construído por não-arquitetos a partir de não-projetos – enquanto detentora de uma estética própria, confronta não só as origens do termo – relacionadas ao estudo do belo e da arte –, mas também os fundamentos da própria arquitetura

acadêmica, formal. De acordo com a autora, portanto, as favelas são compostas por fragmentos e caracterizam-se por uma estética labiríntica, desprovida de projeto prévio e em constante desenvolvimento e transformação.

Dentre todas as características de uma estética da favela descritas anteriormente, nenhuma se faz tão visível na Vila Chocolatão quanto a sua composição a partir de fragmentos, em um processo análogo ao da bricolagem. Lévi-Strauss (1970) explica este conceito enquanto um movimento incidental, e o *bricoleur*, por sua vez, como um trabalhador manual munido de meios indiretos que não subordina seu trabalho à obtenção de matéria-prima:

O *bricoleur* está apto a executar grande número de tarefas diferentes; mas, diferentemente do engenheiro, ele não subordina cada uma delas à obtenção de matérias-primas e de ferramentas, concebidas e procuradas na medida de seu projeto (...) o conjunto dos meios do *bricoleur* não se pode definir por um projeto. (LÉVI-STRAUSS, 1970, p.38)

Este trecho de *O Pensamento Selvagem* constitui uma explicação de suma importância para a compreensão da estética da favela, responsável por esse “acaso objetivo” que nos traz Levi-Strauss (1970, p.42), por sua vez citando os surrealistas dos quais foi tão próximo.

Este acaso objetivo constitui, sobretudo, a característica primeira do processo de desenvolvimento da Vila Chocolatão. O *bricoleur* é uma espécie de carteiro Cheval, exemplo utilizado por Lévi-Strauss (1970, p.38) ao apontar a construção lenta, casual e criativa de seu Palácio Ideal, aqui posto em relação análoga ao processo constituinte da vila: materiais de construção foram/são adaptados na medida em que são encontrados. Essa espontaneidade, fruto de um não-projeto prévio e deste processo artesanal de bricolagem, impossibilita vislumbrar um término em suas construções. Entretanto, enquanto o Palácio Ideal teve uma conclusão, uma última pedra colocada, as favelas nunca param. Estas características são responsáveis pelo que aqui chamo de Estética do Acaso, um modo de delimitar conceitualmente as características principais do universo aqui tratado; semelhante, porém distinto.

Neste universo de bricolagem, nesta constante busca por material para posteriormente encontrar sua utilidade, o lixo desempenha um papel angular. Fundamental estética e economicamente, o lixo seco é responsável pela manutenção econômica da Vila, onde sua coleta

e reciclagem formam as bases da economia local e, igualmente por meio deste, seus moradores constroem e reconstróem constantemente suas habitações.

O estético e o econômico: o papel do lixo na Vila Chocolatão

A Vila Chocolatão tem no lixo a sua matriz econômica, encarando-o não com a abjeção comum entre aqueles além de suas fronteiras. Ao contrário, ao lixo é destinada a importância de um elemento essencial ao funcionamento de sua economia, além de ser fonte de materiais de construção e, muitas vezes, objetos de uso diário. O lixo passa, portanto, por um processo de ressignificação que o desloca da sobra ao essencial. Após ser recolhido ao longo do dia pelos chamados carregadores de carrinho – trabalhadores que coletam o lixo e o transportam em um carro de tração humana – o lixo seco passa por uma triagem e é entregue em um galpão de reciclagem localizado na própria Vila, onde o carregador é pago proporcionalmente ao peso do material recolhido e aproveitado⁵.

⁵ Há na Vila Chocolatão seis “unidades de comércio, triagem, prensagem e pesagem de materiais recicláveis velhos”, conforme laudo técnico elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros em 2011. Destes, apenas um é gerenciado pela Associação de Catadores e Recicladores da Vila Chocolatão. (ver: laudo técnico sócio-econômico do processo de reassentamento da Vila do Chocolatão – Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Porto Alegre, de fevereiro de 2011)



Figura 1. Presença do lixo na Vila Chocolatão. Fotografia, 2011

“O lixo dá dinheiro, muito”. Com essa afirmação um morador⁶ inicia sua fala sobre as possibilidades econômicas advindas de uma economia do lixo:

Tenho uma conhecida bióloga que trabalha para ganhar 700 reais. Ela se formou na universidade e trabalha com telemarketing para ganhar isso. Uma pessoa que se esforce pode ganhar 1.000 reais com lixo.

Apesar de não mais trabalhar como carregador de carrinho, conta que no início conseguia ganhar o equivalente a um salário mínimo de então, cerca de quatrocentos reais, ao lidar apenas com um carrinho de supermercado.

⁶ O nome do morador não será mencionado para preservar sua privacidade.



Figura 2. Triando o lixo. Fotografia, 2011

Há no horizonte da Vila Chocolate, entretanto, uma perspectiva de anunciada ruptura: a sua transferência para uma área na Zona Leste da cidade, distante do seu centro e, conseqüentemente, de sua matéria-prima. Tendo em vista a característica residencial da nova localidade, esta não seria capaz de suprir a quantidade necessária de matéria-prima para manter inalterada a atual dinâmica econômica. Duas possibilidades daí resultam: desenvolver um programa de profissionalização capaz de alocar os moradores em novos ofícios ou criar meios de manter a matriz econômica do lixo. A possibilidade de ganhos financeiros em um nicho de mercado não muito explorado resulta em uma preferência, por parte dos moradores, pela profissionalização dos carregadores de carrinhos, tornando-os profissionais no seu fazer ao garantir, inclusive, meios materiais, como carros mais eficientes, para o trabalho. Há no momento apenas a garantia, por parte da prefeitura, de construção de um novo centro de reciclagem junto ao residencial para o qual serão transferidos os moradores da vila e, quiçá, o compromisso do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU – para o fornecimento de material reciclável.

A transferência da Vila Chocolate para uma zona periférica da cidade indica um movimento situado na contramão da tendência atual de reconhecimento do direito à urbanização (JACQUES, 2005), ao mesmo tempo em que se alia ao padrão centro-periférico, segundo o qual as “classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias” (CALDEIRA, 2000, p.211). Há nesse movimento não apenas um risco de ruptura econômica com o deslocamento dessa população para uma área com menos infra-estrutura e mais distante do bairro Centro, mas implica, igualmente, uma ruptura estética do espaço.

Conforme já mencionado, a Vila foi formada através de um processo urbanístico associado à Estética do Acaso, com a utilização de materiais heteróclitos nas moradias que constituem um todo unido e labiríntico. Com a transferência, seus moradores passarão a habitar um conjunto condominial, no qual as casas serão cartesianamente dispostas, lado a lado. A ruptura estética, isto é, o deslocamento do informal ao formal, provocará uma mudança nas possibilidades de interação entre os habitantes, bem como uma homogeneização arquitetônica onde antes reinava a diferença.

Ao citar a mudança urbanística em um bairro de Paris e a mudança social daí resultante, Grafmeyer escreve:

Estas construções ignoram os alinhamentos tradicionais e transformam pelo único fato da sua disposição material todo o jogo de percepções e de utilizações do bairro: da varanda do décimo terceiro andar, já não se participa na vida da rua (...). (1994, p. 134).

De forma análoga, o deslocamento estético representa, sobretudo, uma alteração física do espaço capaz de influir na interação social dos moradores. Há uma estética associada para cada modo de interação social.



Figura 3. Residencial Nova Chocolate: formalidade. Fotografia, 2011

Anunciar uma ruptura estética (do acaso à formalidade) não tem por objetivo a manutenção do estado precário no qual os moradores da Vila Chocolate se encontram atualmente. Sua importância recai na essencialidade de uma problematização maior no que diz respeito à transferência de populações de baixa renda, processo no qual a alteração econômica ocorre concomitantemente a uma imposição estética (JACQUES, 2005).

A Vila enfrenta problemas de toda sorte: jurídicos pelo processo de reintegração de posse da área habitada; estruturais pela falta de uma fiação elétrica segura, sistema de escoamento e casas resistentes às condições climáticas – incapazes de evitar, portanto, os frequentes incêndios e alagamentos; e sanitárias, pela falta de saneamento e o excesso de lixo orgânico acumulado por suas vielas, insalubridade responsável por atrair roedores e pelo alto índice de doenças infecciosas, como tuberculose.

Esta breve contextualização espaço-econômica suscita uma interpretação do dia-a-dia laboral de forma próxima ao que Sahlins chamou de um *esforço contínuo de trabalho pela*

sobrevivência (1972, p.01), onde a afluência seria insuperável e a vida social – à qual pertence o domínio do gosto –, impensável. O imaginário de um grupo social dominado pelo trajeto da mão à boca, costumeiramente difundido pelo senso comum, possibilita esta acepção de trabalho unicamente como moeda de troca pela sobrevivência. Ao ignorar a existência de um sistema econômico local tão legítimo quanto complexo, este imaginário não só coloca essa população em um segundo plano do sistema econômico local, como descarta a possibilidade de uma vida social em que haja espaço para alternativas de lazer.

Ricos e Pobres: a relativização de conceitos e a distinção social na Vila Chocolatão

Bem como na cidade e seus bairros, há na vila diferenças salariais entre seus moradores; distintas fontes de renda – legais e ilegais -; desigualdades regionais em zonas econômicas distintas; mercado imobiliário⁷, comércios em concorrência e moradores *pobres* e *ricos* – ainda que para muitos, quando analisados pela perspectiva externa, sejam todos pobres.

A relativização interna desses conceitos evidencia semanticamente um sistema econômico próprio capaz de constituir um universo de significados incompreendido por quem dele não faz parte. Antes de representar uma contradição socioeconômica, a existência de ricos e pobres dentro dos limites de uma localidade de baixa-renda demonstra primeiramente que *rico* e *pobre* não são noções absolutas, incapazes de significar fora de uma única ótica. Segundo Douglas e Isherwood, “pobreza é um conceito relativo. Dizer quem está na pobreza é fazer uma afirmação relativa, como dizer quem é baixo ou pesado” (2009, p.55).

Agamben (1995) demonstra como a perda da sua compreensão imediata possibilita que conceitos assumam significados contraditórios, em uma aproximação ao princípio explicativo utilizado por Lévi-Strauss (2003) quando deparado com a questão do *mana* ou, no caso de Agamben, do *sacer esto*. A contradição sensível destes conceitos econômicos afasta-se, no

⁷ A prática de compra e venda de casas (barracos, para a utilização do termo êmico) constitui um mercado imobiliário interno, cujos valores das transações variam entre R\$500 e R\$2.000 reais. A variação é relativa ao tempo da construção (antiga ou recente), localização e material.

entanto, de qualquer explicação relacionada a um excesso de significados por significante: *pobre* e *rico* constituem uma relação de comparação entre aqueles com *mais* e outros com *menos*, e justamente nos superlativos recai a relativização que possibilita a existência de ricos onde, à primeira vista, seriam todos pobres.

Em um espaço heterogêneo composto por ricos e pobres, é presumível a existência de comércios capazes de suprir uma demanda interna por gêneros alimentícios, produtos de limpeza e de uso diário, lanchonete e locais para entretenimento, como bares equipados com mesa de sinuca e espaços de convivência. Espaços de convivência social são tão fundamentais quanto contraditórios ao prisma econômico-funcional que reserva aos menos abastados uma eterna luta pela sobrevivência de uma vida bruta, em um novo diálogo com Agamben (1995): manter o aspecto mais biológico da vida, não vivendo, mas sobrevivendo.

Enquanto a teoria crítica de base marxista⁸ e a teoria de distinção social desenvolvida por Bourdieu relegam ao segundo plano processos de distinção entre as camadas menos abastadas, estas são detentoras de mecanismos de distinção social a despeito do menor lastro material. Isto é, a lógica da distinção social persiste inclusive nas populações onde o consumo é economicamente mais restrito⁹. A partir de análises realizadas na Vila Chocolate, uma pergunta torna-se essencial: como justificar que parte considerável da renda familiar seja despendida em consumo relacionado ao gosto¹⁰?

Essa pergunta frequente estipula, grosso modo, ao menos duas modalidades distintas de consumo¹¹: necessário e supérfluo. Gastos relacionados ao gosto, sejam eles para o consumo de produtos de beleza, decoração, vestuário, etc., integram a segunda categoria, sendo a primeira composta pelos bens necessários para suprir necessidades biológicas – da vida bruta – como alimentos e produtos de higiene básica. A segunda modalidade seria, portanto, restrita às pessoas

⁸ Para uma crítica ao trabalho da Escola de Frankfurt, em especial ao seu conceito de estética, ver: HEINICH, Nathalie. **La sociologie de l'art**. Paris: La Decouverte (Repères 328), 2001.

⁹ Esta perspectiva suscita a compreensão da pobreza como falta de consumo. Conforme escreveu Daniel Miller sobre este tema: “Tem havido pouco reconhecimento do quanto seu [consumo] crescimento poderia também ser visto como sinônimo da abolição da pobreza” (2007, p. 34).

¹⁰ Consumo relacionado ao gosto é, aqui, entendido enquanto uma categoria capaz de abranger itens considerados não-essenciais, como o uso de produtos de beleza, objetos voltados ao lazer, como eletrônicos, ou práticas conspícuas.

¹¹ A fim de conceitualizar a utilização desse termo, toma-se como parâmetro a definição desenvolvida por Mary Douglas e Baron Isherwood (2004): “um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei”. Esta definição ampla é capaz de abraçar os usos que aqui faço quando me refiro ao consumo de qualquer sorte.

mais abastadas, onde o trajeto da mão à boca e o prisma funcionalista não são mais suficientes. Ao voltar a ignorar o aspecto extra-econômico da vida social, restrições ao consumo incorrem na mesma falácia funcionalista. Suprir necessidades de gosto é essencial à vida em sociedade e fonte identitária. O gosto é uma forma de distinção social, e como tal, demanda o “cultivo de um senso estético” que exige “tempo e esforço” (VEBLEN, 1980, p.51).

O dispêndio *supérfluo* pode ser ilustrado a partir do consumo de bebidas alcoólicas na Vila, sendo a existência de sete bares indicativos desta prática. Ela não é, ao olhar mais disperso, um produto essencial e seria, portanto, categorizada enquanto tal. Se, apesar desta categorização, os moradores mantêm o seu consumo, emerge deste descompasso uma possível incoerência. No entanto, como bem demonstra Douglas e Isherwood, a bebida, bem como outros itens, possui um duplo caráter:

Quando se trata de manter uma pessoa viva, a comida e a bebida são necessárias como prestações físicas; mas quando se trata da vida social, são necessárias para ativar a solidariedade, atrair apoio, retribuir gentilezas, e isso vale tanto para os pobres quanto para os ricos. (2009, p. 39)

Em outro contexto etnográfico, Gell alia-se a esta noção ao ilustrar o papel essencial desempenhado pela bebida alcoólica, nesse caso o licor, na sociabilização Muria:

O licor é um elemento essencial em todos os aspectos da vida social e ritual; para os Muria, a própria noção de sociabilidade, de pertencimento a um grupo e de manutenção das relações sociais é inconcebível sem o acompanhamento de bebidas alcoólicas. (2010, p. 158)

Sendo assim, fica evidente como um produto à primeira vista *supérfluo* pode assumir um papel central nos meios de sociabilização de determinadas sociedades. No caso da Vila Chocolatão, é justamente o bar um dos locais que proporcionam o encontro e a diversão dos moradores, aspectos fundamentais para a manutenção da vida social.

Um passeio por entre os caminhos da Vila Chocolatão possibilita discernir suas zonas enquanto heterogêneas entre si. Em sua maior parte, ela é formada por moradias construídas com

tapumes e materiais improvisados; chão de terra batida e uma alta quantidade de lixo seco e orgânico se acumula pelos caminhos. Por outro lado, sua área com maior renda, referida frequentemente pelos moradores como *Beverly Hills*, possui na sua maioria casas (coloridas) com dois andares, comércios mais organizados e materialmente mais equipados, vasos ornamentais e plantas decorativas. O lixo, tão presente nos edifícios e caminhos da Vila, não se faz visível.

Recorrendo brevemente à literatura: “lembram que contei ter ficado impressionado a distância por certas tentativas de ornamentação, bastante surpreendentes no contexto decadente do lugar.” (CONRAD, 2009, p.109). As diferenças locais, de forma similar ao narrado por Conrad, não são constatáveis somente através de dados econômicos. Esta diferenciação é esteticamente perceptível: estética diretamente relacionada a um consumo de produtos destoante ao verificável em outras áreas da Vila. Este consumo diferenciado é responsável pela ornamentação na longa rua que acompanha *Beverly Hills*, trazendo aos seus moradores um local diferenciado para se habitar e o reconhecimento que dele advém.

Enquanto Bourdieu trabalha com gostos de luxo e gostos de necessidade relativos às classes *dominante* e *operária*, para utilizar a mesma tipologia do autor, nos quais há três itens considerados principais “alimentação, cultura e despesas com apresentação de si” (BOURDIEU, 2006, p.174), o autor prescreve não só um processo de distinção intra-classe – distinguir entre os mais abastados –, como também estipula uma relação de distinção da classe dominante para com a classe operária – extra-classe.

O gosto demanda gasto e tempo. Essa afirmação não diz respeito apenas àqueles pertencentes à camada dominante: ela é extensiva aos demais. A inexistência de um lastro material é insuficiente para representar uma conformidade social ou, inclusive, uma homogeneização na qual todos estariam mergulhados. Gêneros alimentícios, vestuário, produtos de beleza e higiene, são igualmente consumidos com base no gosto e dentro das possibilidades econômicas de determinada pessoa. A possibilidade econômica representa um limite além do qual o consumo torna-se proibitivo. No entanto, até este limite o gosto popular não se limita ao “pesado, gorduroso e grosseiro” (BOURDIEU, 2006, p.176).

A lógica responsável pela constante busca por distinção é central, inclusive, nas camadas menos abastadas. Pois como vimos, a própria separação entre moradores ricos e pobres persiste em uma local com graves problemas estruturais, contrariando a perspectiva segundo a qual dentro

de uma vila (ou favela) seriam (ou se reconheceriam como) todos pobres. Ainda que tais espaços sejam definidos por moradias precárias, falta de saneamento básico e baixa qualidade de vida¹², “símbolos de status” (ALVITO e ZALUAR, 1998), como geladeira e televisão, estão presentes na maioria das moradias na Vila Chocolatão.

Em suma, na Vila Chocolatão, exemplificadora deste processo, a distinção se dá tal qual em camadas mais abastadas, sendo diferenciada apenas pelas suas possibilidades econômicas e materiais. O gosto de classe – bem como o gosto individual – certamente não é homogêneo entre si, tanto nas camadas mais ou menos abastadas. Este artigo se propôs a expor, ainda que brevemente, a inexistência de uma homogeneidade na pobreza, no gosto popular, frente a uma heterogeneidade distintiva nas classes abastadas. Tais quais estas, as classes populares consomem além de suas necessidades básicas, e não é pelo pouco lastro material que processos de distinção seriam delas excluídos. Há zonas mais e menos valorizadas; um mercado concorrencial estabelecido e consumo de produtos de gosto (adereços, produtos estéticos, vestuário, entre outros), em um processo internalizado, mediado pelo gosto e economicamente limitado.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**, crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 e EDUSP, 2000.

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

¹² Esta definição foi oficializada pela UN-HABITAT, agência da Organização das Nações Unidas para habitação, na publicação “What are slums and why do they exist?”, de 2007.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. **O Mundo dos Bens**. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2004.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da Cultura: ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

GELL, Alfred. Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria. In: APPADURAI. **A Vida Social das Coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da UFF, 2010.

GRAFMEYER, Yves. **Sociologia Urbana**. Portugal: Europa-América PT, 1995.

HEINICH, Nathalie. **La sociologie de l'art**. Paris: La Decouverte (Repères 328), 2001.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Marcel Mauss, **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. **Pensamento Selvagem**. São Paulo: EDUSP, 1970.

SAHLINS, Marshall. Sociedade Afluente Original. In: **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2004.

UN-HABITAT. **What are slums and why do they exist?**. Quênia, 2007. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/downloads/docs/4625_51419_GC%2021%20What%20are%20slums.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2010.

VEBLEN, Thornstein. **Teoria da classe ociosa**. São Paulo, Editora Abril, 1980.

PARA ALÉM DO VALOR DE USO: OS VALORES E SIGNIFICADOS DO CONSUMO DE PRODUTOS DE LUXO¹

Stefan Hubert²

Resumo: Os produtos de luxo possuem um valor que ultrapassa a especificidade de sua utilidade, um valor que não está no objeto e sim na percepção que o sujeito tem deste. É pertinente, ou pelo menos curioso, a colocação da questão da notável expansão do consumo destes produtos, sobretudo em um país que apresenta os índices de desigualdade social e concentração de renda do Brasil. O objetivo do presente trabalho é tentar compreender esse consumo dentro do contexto brasileiro, e quais são os valores experimentados pelos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Consumo, Produtos de luxo, Valor.

Introdução

Vivemos, no ano de 2008, um momento de retração da economia, do consumo e de diminuição dos investimentos no mundo todo. Um fenômeno que atingiu a todos em diferentes níveis, afetando investidores, pequenos e grandes empresários e consumidores. Entretanto um segmento pareceu passar incólume por essa crise, ou pelo menos não sentiu de maneira tão forte seus efeitos. Este setor é a indústria do luxo, que tem aumentado suas vendas, seus rendimentos e seus investimentos, principalmente nos mercados de países emergentes como Brasil, Rússia e China (MEYER, 2008).

Por acreditarem no potencial de crescimento do país e como maneira de fugir à relativa estagnação de seus mercados tradicionais na Europa e Estados Unidos, diversas marcas e grifes famosas invadiram o mercado brasileiro nos últimos anos (FARINACI, 2010) oferecendo produtos destinados a uma elite econômica, que custam mais do que muitos brasileiros ganham em toda a sua vida. Um mercado que movimenta anualmente Bilhões de Dólares. A loja Daslu, por exemplo, principal do segmento no país, localizada no chamado Quadrilátero do Luxo, área que concentra a maioria das lojas e das grandes marcas do

¹ Este artigo foi desenvolvido inicialmente como monografia final da disciplina Sociologia da Diferenciação e Desigualdade Sociais, ministrada pelo Professor Antonio David Cattani.

² Aluno do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista de iniciação científica do CNPq no projeto O Sistema Nacional de Cultura e as dinâmicas dos territórios: uma cartografia do campo cultural no Rio Grande do Sul, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Cristina Amélia Pereira de Carvalho. E-mail: stefanhubert-777@hotmail.com

segmento, em São Paulo – cidade que responde por aproximadamente 70% desse consumo no país – chegou a ser referida no jornal New York Times (2005) como “um oásis de indulgência em meio à pobreza brasileira”.

O consumo desses de produtos, um tipo que parece fugir à lógica utilitarista da análise econômica tradicional, em que a escolha do consumidor segue certa tendência à racionalidade e objetividade, visando sempre uma compra “ideal”, vem demonstrar a influência do meio social e cultural no consumo.

Entendendo o objeto amplo da pesquisa – o consumo – como uma atividade presente em toda e qualquer sociedade humana (BARBOSA, 2004) temos por objetivo no presente trabalho, tentar por meio da pesquisa bibliográfica, compreender o fenômeno do consumo específico de produtos de luxo, definindo brevemente o que é um produto de luxo, quem são os consumidores desse mercado, onde se encontram e qual o sentido atribuído por eles ao comprar, tendo como foco de análise sobretudo o contexto brasileiro. Para, a seguir, então, buscar compreender o consumo de luxo como um fenômeno social, dentro da esfera cultural e simbólica na qual ele se insere, como produtor e reproduzidor de relações e práticas sociais.

Mercado de Luxo

Uma fivela para o cabelo pode custar tanto quanto uma geladeira, modelos de bolsa pelo valor de um carro do ano, e uma roupa completa – calça, camisa, sapato e bolsa – pode significar o desembolso da mesma cifra gasta na compra de um apartamento de dois dormitórios (NOGUEIRA, 2000). Jeans com broches de cristal, canetas cravejadas com pequenos diamantes e televisores de plasma banhados a ouro. Sem falar nas mansões, iates, sutiãs de milhões de dólares e até viagens ao espaço com direito a hospedagem na estação espacial internacional para quem puder desembolsar a quantia de US\$ 25 Milhões. Essa é apenas uma fração do que pode ser desfrutado pelos consumidores do bilionário mercado mundial de luxo, mercado que movimenta anualmente mais de US\$ 300 Bilhões (BELLAICHE et al, 2010), alimentando sonhos e fantasias das elites ao redor do mundo com tudo o que puder ser imaginado de mais requintado, raro, oferecendo uma aura de exclusividade, status e prestígio.

Esse mercado, cujos líderes de consumo têm sido tradicionalmente Estados Unidos, Europa e Japão, resolveu investir, no início dos anos 1990, nos países chamados de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) aproveitando-se do contexto da derrocada do comunismo na

Rússia e da abertura às importações no Brasil, como uma alternativa à relativa estagnação dos mercados tradicionais. Segundo pesquisa realizada pela MCF Consultoria (2010), especializada no setor de luxo, no ano de 2009, aproximadamente 20 anos depois do início dos investimentos no país, o faturamento desse segmento girou em torno de R\$ 6 Bilhões com perspectiva de crescimento para os próximos anos, tornando o mercado brasileiro um dos mais atrativos do mundo e o mais relevante na América Latina, constando hoje, inclusive, entre os 10 maiores do mundo em artigos de luxo

Quatro cidades brasileiras concentram 50% das famílias mais ricas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. Entretanto, é na primeira que se concentram os maiores centros de varejo de luxo no Brasil (NASCIMENTO e LADEIRA, 2007). A cidade de São Paulo concentra lojas de alto padrão, além de Shopping Centers, que trabalham com marcas de renome internacional, atraindo pessoas de outras regiões. O principal Shopping Center da elite paulistana – o Shopping Iguatemi – abriga as mais famosas lojas de roupas e acessórios de todo o mundo, possuindo um faturamento anual da ordem de R\$ 1,1 Bi, com 330 lojas onde circulam diariamente 46.000 consumidores, dos quais – segundo estimativas – 67% possuem renda mensal superior a R\$ 13.000 (SILVA, 2008).

De acordo com Meyer (2008) Aproximadamente 75% dos artigos de luxo do Brasil são vendidos na cidade de São Paulo e, desse total, 95% são comprados numa região que ficou conhecida como Quadrilátero do Luxo – um conglomerado que reúne mais de 150 marcas, com lojas semelhantes às encontradas em Londres ou Nova York – a maior concentração desse tipo de comércio em toda a América Latina, onde as consumidoras fazem filas para garantir seus objetos de desejo.

Levando-se em consideração as condições socioeconômicas da maior parte da população brasileira, é, no mínimo, curioso que um mercado desse tipo cresça cada vez mais em um país que, segundo Cattani (2006, p.57), “(...) bate recordes internacionais de desigualdade, estando praticamente empatado no ranking dos (...) piores países com a maior concentração de renda do planeta”. Pois apesar de seus abundantes recursos, o Brasil apresenta elevadíssimos índices de desigualdade social, sendo nossa sociedade segmentada em uma extensa massa pobre e uma reduzida elite rica, que corresponde a menos de 1% da população. A concentração de renda é tão presente que o centésimo mais rico da população possui uma renda superior à soma de todos os rendimentos da metade mais pobre (HOFFMANN e NEY, 2008). Em um país com tamanho abismo social, e diferença entre o pólo detentor de riqueza e poder e os que pouco ou nada possuem o relativo crescimento

desse segmento de mercado nos traz alguns questionamentos, sobretudo, sobre os motivos que levariam os consumidores a adquirirem esses bens cujos valores parecem, a primeira vista, fugir totalmente de um padrão de racionalidade, a lógica da economia monetária formal, citada por Douglas e Isherwood (2009), uma economia que analisa os padrões de consumo em termos de suprimento e demanda, na qual um determinado produto tem seu valor dado pelo somatório de sua matéria prima, custo de produção e mais valia.

Não pretendemos, no entanto, ao abordar o tema, cair numa visão que Barbosa (2004) e Rocha (2005, 2009) apontam como um enquadramento moralista do consumo, ao citá-lo como responsável pelas mazelas da sociedade, abordando-o em tom acusatório e associando-o deliberadamente aos problemas sociais contemporâneos, a exemplo de Bauman (2008) com seu tom profundamente pessimista, que vê o consumo como um elemento de desagregação entre as pessoas. Pretendemos, sim, buscar entender o universo do consumo de luxo como uma arena simbólica, que confere sentido e significado à existência dos indivíduos e grupos que dele fazem uso, pois entendemos que este pode ser compreendido dentro do contexto de uma sociedade complexa como a que vivemos. Como afirma Sahlins (2003), em sua obra *Cultura e Razão Prática*, a sociedade capitalista ocidental, em sua racionalidade econômica, desprovida das dimensões culturais e do simbólico, possui, na verdade, uma ordem cultural específica, sendo que o consumo e o universo da produção constituem parte da produção simbólica dessa sociedade.

Queremos, sim – buscando o que Mary Douglas (2007, 2009) descreve como a construção de uma ponte entre a economia e a cultura – compreender aqui o que faz com que as pessoas paguem mais caro por esses produtos do que pagariam por similares não associados a grandes marcas ou a grifes famosas e quais os valores e significados associados a esse tipo de consumo. Para responder essas questões será necessário, primeiramente, definir o que é um bem de luxo, quais são suas características, e quais as particularidades que o tornam tão especial em comparação ao produto comum, fazendo com que sejam mais caros e mesmo assim seus consumidores os adquiram.

O que é luxo?

Uma das grandes dificuldades no estudo desse mercado é justamente uma definição clara do que sejam os bens de luxo, sua diferença em relação aos bens comuns de varejo ou

até mesmo em relação aos chamados produtos Premium ou top de linha, versões incrementadas de produtos comuns.

De acordo com o dicionário Houaiss (2009) luxo está ligado à suntuosidade, à pompa, ao supérfluo, à aparência e ao poder material. Relaciona-se ao que é raro, exclusivo, restrito. Alguns trabalhos consultados nas áreas de administração e marketing que se dedicam ao tema convencionam chamar de luxo todo aquele produto ou serviço de caráter diferenciado, dotado de qualidade estética, preço e imagem de marca superiores aos convencionais (D'ANGELO, 2004). De acordo com Galhanone (2005) luxo é tudo o que sinaliza privilégio, elite, nobreza, prestígio, aristocracia, riqueza e estilo. A raridade, exclusividade e restrição de acesso dão a esses produtos seu caráter de diferenciação e sua simbologia de distinção de classe social. O luxo define-se como algo que é objeto de desejo de muitos, cuja posse deve gerar prazer, pode ser supérfluo, e atende não a uma necessidade, mas sim a um desejo, trazendo ou expressando distinção social para quem o consome (STREHLAU, 2004). Em contraposição a todos esses autores, Werner Sombart, em sua obra *Amor, luxo e capitalismo* (1990), apresenta o luxo como um objeto valioso e requintado cujo objetivo é adornar a vida daquele que o adquire, algo supérfluo, mera despesa além do necessário.

Devido à inexistência de um consenso e às dificuldades de conceituação, adotaremos a seguir as definições, de D'angelo (2004), Strehlau (2004) e Lipovetsky (2005) como complementares, de maneira a formar um quadro o mais completo e compreensível possível.

D'angelo (2004) define os produtos de luxo como aqueles dotados de qualidade superior, caros – em termos absolutos e comparativos – raros e adquiridos por uma clientela especial. Segundo o autor: “(...) A combinação desses elementos é que confere o caráter de luxo a um produto; todas essas características, afinal, contribuem para criar o imaginário e o glamour que circundam o objeto” (D'ANGELO, 2004, p.42).

Strehlau (2004), no entanto, define produto de luxo como a somatória dos fatores matéria prima, qualidade e custo de produção, além da representação para o consumidor da satisfação de uma necessidade, seja ela de que ordem for: social, emocional, econômica, etc. Em suma, o valor do produto advém do que o consumidor dele retira e não do que o fabricante coloca nele. Segundo a autora, um produto pode ser definido como de luxo basicamente por três aspectos:

Sua natureza, por exemplo, por ser composto de matéria- prima rara, de boa reputação ou tecnologia especial; (...) sua origem, por ser derivado de um conhecimento especial, traz reconhecimento por sua proveniência; [ou] seu papel. Este último é o mais importante, pois é o que o produto representa no sistema de influências interpessoais e sociais na economia das aparências. Permite demonstrar

que um indivíduo possui objetos reconhecidos e invejados, que utiliza produtos raros e que pode dispor deles da forma como quiser, seja renovando-os, seja destruindo-os. Os produtos de luxo são símbolos que indicam um determinado nível na hierarquia social e denotam uma afiliação a um grupo aos olhos de um grande público. Favorecem a obtenção de estima dos que desejam ser aceitos, pois contribuem para dar a impressão de que se possui uma determinada posição estatutária. Ajudam seus proprietários a obter uma atribuição de distinção, uma diferença psicológica e social, portanto um posicionamento que confere originalidade e afirma uma capacidade superior. Provocam admiração, respeito dos outros; servem como símbolo de poder e de dinheiro, de intimidação. (STREHLAU, 2004, p. 30-31)

Já Lipovetsky (2005) diz que o produto de luxo é um conjunto, um objeto (produto ou serviço) somado às imagens, conceitos, sensações que são associados a eles pelo consumidor e que, portanto, o consumidor paga pelas representações e não pelas características funcionais do objeto adquirido.

Sendo assim, o mercado de luxo não vende apenas uma marca ou um produto, e não somente pela sua funcionalidade, vende, sim, uma visão, um conceito, um estilo de vida associado a esse produto. Consome-se muito mais do que apenas o produto final, consomem-se os significados simbólicos e o valor social a ele atribuídos durante o processo de socialização, o consumidor paga pelas sensações e experiências proporcionadas, pelo status, prazer e bem estar gerados (SILVA, 1998; ROCHA e AMARAL, 2008).

Nota-se que existe toda uma dimensão simbólica que perpassa a lógica da mera funcionalidade desses produtos nas abordagens dos autores citados. Os valores dos produtos são construídos socialmente, visto que não se trata de uma categoria de mercadorias que responde a necessidades objetivas. Os objetos têm sua função definida culturalmente, e não inerente a sua existência enquanto mercadoria. A sua função é um significado socialmente atribuído. O valor dos objetos é fruto de uma combinação entre praticidade e simbolismo, elaborada pelos membros do grupo. Uma lógica ao mesmo tempo racional e simbólica, que demonstra ser o consumo mais do que um fenômeno econômico, uma questão cultural e social, que faz parte de todo um sistema de significação (OLIVEN, 2006; LEITÃO et al, 2006; ROCHA, 2009).

(...) os bens em si, são nulos: só agregam valor e autenticidade dentro de um determinado contexto social. Nesse sentido, tal valor de um objeto – longe de estar associado puramente às propriedades materiais intrínsecas – é um ato simbólico e social que passa pelos discursos legitimadores de determinados grupos e classes (LEITÃO e MACHADO, 2006, p.23).

É possível verificar pelo exposto acima que o consumo de bens de luxo se trata de um fenômeno social e não uma questão de pura escolha individual. Mas quando esse fenômeno

teve início? Essa importante dimensão social do consumo é um fenômeno recente? Pertence à modernidade ou tem raízes históricas?

Um breve panorama histórico

Segundo Lipovetsky (2004) o uso de artefatos de luxo teve início em épocas remotas com a elite e a realeza, que os utilizavam como forma de traduzir sua soberania. Deveriam cercar-se de coisas belas para mostrar sua superioridade. Os objetos de luxo traduziam a hierarquia social, eram usados como demarcadores de fronteira de classe, separando os favorecidos do restante da população. Para Lipovetsky (2005) no período pré-histórico o luxo já estava presente na vida dos grupos humanos, nas festas, ornamentos e, sobretudo, na religião, no culto aos deuses. A vida dessas sociedades, segundo o autor, era permeada de trocas de presentes que possuíam significados de aquisição de prestígio e afirmação social para os envolvidos.

Elias (2001), em seu livro *Sociedade de corte*, e Sombart (1990), em sua obra *Amor, luxo e capitalismo*, analisando já o antigo regime, demonstram os grandes dispêndios das cortes européias nos anos que se seguem à Idade Média até o fim do século XVIII, tempo em que o luxo era uma obrigação imposta pelos reis, a exemplo de Luís XIV, a toda a sociedade da época, e os gastos da nobreza eram parte de um esquema de competição pelo favor real, pois pertencer à corte conferia prestígio. Esses gastos com luxo em troca do favor real foram denominados por Veblen (1965) de consumo conspícuo, um meio de aquisição, manutenção e exibição de status social. Consumo associado a essa classe, a aristocracia (nobreza e o clero) que não realizava nenhum trabalho produtivo, ocupando posições e realizando atividades não rotineiras muito prestigiadas, de governo, de guerra e religiosas. Esta aristocracia, que se utilizava dos hábitos de consumo como sinalizadores sociais e como meios de competição social, para quem a posse de riqueza e de bens conferia honra e distinção, foi caracterizada como classe ociosa.

Com o passar do tempo, o comércio se desenvolveu e com ele uma burguesia ascendeu. Esses comerciantes burgueses, nascidos do povo, que enriqueciam, tinham um desejo de conquistar um lugar junto às classes elevadas, queriam igualar-se à aristocracia consumindo como ela. Desenvolveu-se assim um anseio por produtos de luxo (SOMBART, 1990). Duas classes sociais se enfrentam: a aristocracia e a burguesia, sendo que a primeira, pelo nascimento e história, detém códigos distintivos de reconhecimento social e persiste em

conservar seus privilégios e marcar suas diferenças pelo recurso a usos inacessíveis, e a segunda, na tentativa de compensar sua ausência de história e de referências sociais particulares, busca copiar esses usos, lançando mão de uma avidez consumidora sem precedentes (ALLÈRES, 2000). A ostentação, a busca de pertencimento a uma classe social e a busca por distinção foram, segundo os autores acima citados, os mecanismos propulsores do consumo de produtos luxuosos. A burguesia pretendia igualar-se à aristocracia, e assim, começou a adotar suas maneiras, seus costumes e seu estilo de vida (PORTUGAL, 2007).

As práticas de consumo, podemos dizer, são um componente essencial da construção da identidade, tendo em vista que, quando compramos um produto, estamos adquirindo juntamente um signo, uma marca que contém significados além da satisfação de uma necessidade primária como comer ou vestir-se. Buscamos a satisfação de um desejo contido, como tornar-se aceito dentro dos padrões de um determinado grupo. Buscamos pertencer a grupos homogêneos que consomem nos mesmos lugares os mesmos tipos de produtos (SILVA, 1998). Como afirmam os autores Rocha e Amaral: ao comprar, ou mesmo apenas ao desejar determinado produto “O consumidor, (...) se envolve com uma série de significados culturais, compartilhados socialmente e que definem sistemas classificatórios, hábitos e estilos de gosto” (2008, p.11).

Valores e significados associados ao consumo

Se para a burguesia do século XVIII o principal objetivo de consumir um objeto de luxo era igualar-se à aristocracia, sentir-se pertencente a esta classe, com o fim da monarquia e, conseqüentemente, da “classe ociosa” a ela ligada, a burguesia enriquecida manteve os hábitos de consumo adquiridos. Mas e atualmente, na sociedade contemporânea, quais seriam as motivações para o consumo de produtos de luxo a preços elevadíssimos quando a estrutura produtiva do sistema capitalista já permite acesso a bens utilitários similares a preços economicamente mais vantajosos?

De acordo com Baudrillard (1991) vivemos numa sociedade cujas relações estão pautadas pelo consumo, um mundo fundamentado na articulação de sinais, símbolos e signos, onde o arranjo entre estes invade nossas vidas, organizando nosso cotidiano e proporcionando satisfação imediata de parte de nossas necessidades. Esse mundo de consumo oferece um modo de socialização aos seus indivíduos, no qual comprar transcende o mero suprir de carências do corpo, como fome ou frio. Os mercados – shoppings, supermercados, ruas

comerciais, etc. – apresentam características marcadamente sociais e culturais e não só puramente econômicas (D'ANGELO, 2004). Por isso quando falamos de necessidades, ao tratar de consumo, falamos de algo muito além das necessidades ditas básicas ou caracterizadas como fisiológicas, tratamos também de necessidades culturais, necessidades simbólicas. Os anseios humanos ultrapassam o da simples sobrevivência ou subsistência, pois temos necessidade de prazer, de imagem social, de posse, de prestígio, pois a imagem social de uma pessoa depende, hoje, também dos produtos por ela consumidos (ROCHA, 2005), pois como nos diz Heller: “Os homens não trabalham somente para encher seu estômago e os de seus filhos e para proteger-se a si mesmos e a sua família da morte pelo frio” (1986, p. 32).

Produtos e serviços têm, portanto, importância e significados que transcendem sua utilidade e valor comercial, carregando consigo a capacidade de transmitir e comunicar significados culturais. Funcionam como guias de comportamento relacionados ao processo de desempenho de papéis na vida social. O mundo do consumo provê aos indivíduos o material cultural necessário à formação dos papéis sociais a serem desempenhados e da identidade pretendida. O consumidor faz uso dos significados culturais dos objetos de maneira a se definir socialmente. Através dos objetos e produtos o indivíduo adquire percepção da sua própria vida, já que a utilização ou exibição de um produto contribui para a construção da personalidade (D'ANGELO, 2004).

O consumo possui uma óbvia presença (...). no mundo em que vivemos, pois é um fato social que atravessa a cena contemporânea de forma inapelável. Ele é algo central na vida cotidiana, ocupando, constantemente (...) nosso imaginário. O consumo assume lugar primordial como estruturador dos valores e práticas que regulam relações sociais, que constroem identidades e definem mapas culturais (ROCHA, 2005, p. 124)

A proeminência dos aspectos simbólicos em detrimento das qualidades funcionais dos produtos permite a manipulação desses simbolismos pela publicidade, na composição de estilos de vida. A propaganda cria um mito da felicidade, no qual todos têm o direito de alcançar a satisfação, todos têm o direito de consumir. Campanhas publicitárias evocam o consumo pela sua mais famosa ideologia, o hedonismo, e o legitimam como direito, como mérito. Transformam o consumo numa compensação pelo excesso de trabalho, excesso de stress, falta de tempo para a família e para a vida afetiva. Algo como uma gratificação, pois tentam convencer o consumidor a gastar sob o argumento ideológico de que a posse dos bens gera essa felicidade (ROCHA, 2005; 2009,).

Essa mesma publicidade atrela, relaciona os produtos de luxo a uma marca, um nome, um símbolo, inscrições, signos que trazem representações, características associadas. Gucci,

Prada, Montblanc, Armani, Louis Vuitton são alguns exemplos de marcas que distinguem não apenas os objetos entre si, mas servem também como instrumento de identificação, distinção e demarcação de indivíduos e campos sociais específicos. Trata-se de um dispositivo que contribui para a identificação e classificação dos grupos sociais (NORBERTO, 2004).

No que diz respeito às marcas, elas funcionam como palavras ou símbolos que trazem à mente do consumidor um conjunto atrativo e específico de valores e atributos implícitos, de caráter emocional, impulsivo e subjetivo.. O que se dá, segundo Norberto (2004, p. 208) é um “(...) tipo de adesão afetiva, emocional, que não pode ser de forma alguma redutível às representações sobre as dimensões técnico-funcionais dos produtos”. O carro importado é o “cartão de visita” e a expressão do poder econômico do comprador. Jóias, relógios e até mesmo a roupa revelam o estilo e são apreciados pelo impacto que causam. Até a decoração da casa pode ser simbólica e transmitir a imagem de uma vida familiar integrada, com valores estabelecidos e sólidos. Os objetos são, portanto, portadores de significações sociais indexadas, portadores de uma hierarquia cultural e social, constituem-se um código (SILVA, 1998).

Douglas e Isherwood (2009) fazem a seguinte colocação: “Os bens são neutros, seus usos são sociais; podem ser usados como cercas ou como pontes”. Podemos interpretar essa afirmação a partir dos valores e significados associados ao consumo dos produtos em questão, sobretudo, o que se refere à distinção, que demonstram que o luxo pode funcionar como um elemento delimitador de espaços, sejam estes geográficos ou simbólicos. Pode atuar como “muros” – marcando a divisão de classes e promovendo a hierarquização – ou “pontes” – definindo posições e papéis sociais e identificando indivíduos pertencentes a um grupo específico.

Segundo Brandini (2007) a lógica de distinção do consumo, principalmente desse tipo de consumo, funciona como uma instituição por meio da qual os atores sociais posicionam-se hierarquicamente uns sobre os outros, identificando-se com determinados grupos ou classes, ou diferenciando-se deles. Tem como função social a categorização desses grupos, através não só da possibilidade de consumo mas também da forma de utilização e aquisição do bem. Essa divisão, de acordo com Bourdieu(2007) reproduz as relações sociais de dominação e submissão existentes, pois ao procurar possuir determinados bens os grupos dominantes buscam possuir ou estabelecer o monopólio de posições dentro de um campo social e simbólico específico. O consumo constitui uma verdadeira prática ritual da sociedade moderna, que representa nossa organização social e universo simbólico, além dos estratos

sociais e as relações verticais de poder. Serve a uma ideologia embasada na lógica da diferenciação entre classes e grupos sociais, como indicador de diferencial e acaba funcionando como elemento de exclusão das classes menos privilegiadas economicamente. Afirma a diferença já existente, sendo capaz de evidenciar os conflitos sociais e os choques culturais e sociais entre os estratos economicamente distintos. O luxo, ao excluir o extremamente pobre, bem como ao tentar excluir a classe média, marca seu próprio território pela diferenciação.

Considerações finais

O consumo de produtos de luxo, em um contexto de uma sociedade dinâmica e complexa como a nossa, poderia passar como um fenômeno praticamente despercebido, não fosse seu crescimento desmedido – em um país cuja pobreza, desigualdade e concentração de renda, em relação a toda a opulência que o crescimento desse mercado caracteriza – a acusar sua estranha presença. Esse mercado, inserido em nosso contexto de desigualdade é algo que verdadeiramente chama a atenção. No entanto, diferentemente de buscar explicações de cunhos moralista, determinista, ou até mesmo utilitarista para o consumo, propusemo-nos nesse trabalho a definir claramente o que pode ser considerado um objeto de luxo, bem como buscamos encontrar a dimensão social do ato de consumir, tentando compreender a dimensão simbólica que mantém essa forma de comércio.

Pudemos concluir que a utilidade dos objetos está essencialmente ligada à significação social que lhe é dada, e não lhe é inerente. A disposição de pagar altos preços nos produtos se dá em troca dos valores percebidos nas marcas e funciona como meio de satisfação da auto-estima e expressão de um alto status socioeconômico, seja ele real ou aspirado, havendo, por isso, uma relação entre consumo e classe social. A atividade econômica como um todo é acompanhada de um intenso processo de produção simbólica concomitante à produção material, existindo no consumo uma prioridade e uma anterioridade da razão cultural sobre a razão utilitária (NORBERTO, 2004).

Acreditamos ser possível sintetizar algumas das considerações a que chegamos em duas idéias básicas. A primeira idéia é de que o consumo parte de um sistema de significação que supre necessidades, sobretudo simbólicas, pois, como afirma Douglas (2007), a função comunicativa dos bens deveria ser levada em consideração, não sendo possível hierarquizar necessidades em físicas – biológicas, fisiológicas – e necessidades de satisfação social e

espiritual – simbólicas. A segunda idéia é de que o consumo funciona como um código, traduzindo muitas das nossas relações sociais, ou seja, utilizando a idéia da expressão de Douglas e Isherwood (2009) de que o consumo constrói “muros ou pontes”, os bens que possuímos, ou almejamos possuir, são passíveis de indicar as relações sociais nas quais estamos inseridos.

Tentando compreender o consumo em questão como um processo ritual, pensamos ser possível analisar e entender de maneira mais lógica a estrutura, os valores e os comportamentos dos sujeitos envolvidos, bem como o universo simbólico do qual fazem parte, além de, em parte, permitir traduzir, de certa forma, o próprio sistema de consumo da sociedade capitalista ocidental contemporânea

Referências

- ALLÉRÈS, Daniele. **Luxo... estratégias, marketing**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 68 p.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991. 213p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BELLAICHE, J. M. et al. **The New World of Luxury. Caught between growing momentum and lasting change**. The Boston Consulting Group. Dezembro 2010. Disponível em < <http://www.bcg.com/documents/file67444.pdf> > Acesso em 29 de Janeiro de 2011.
- BENSON, T. An Oásis of Indulgence amid Brazil's Poverty. **New York Times**, New York, 16 Jul. 2005. Disponível em < <http://www.nytimes.com/2005/07/16/business/worldbusiness/16daslu.html> >. Acesso em: 26 de março de 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRANDINI, Valéria. Por Uma Etnografia Das Práticas De Consumo. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, 2007. Disponível em < <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/5031/4655> >. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.
- _____. **Território do luxo: as cercas e pontes da moda**. Revista da ESPM, v. 15, p. 25-36, 2008.
- CASTARÈDE, Jean. **O luxo: os segredos dos produtos mais desejados do mundo**. São Paulo: Barcarolla, 2005.

CATTANI, Antonio. Desigualdades socioeconômicas Brasil/Canadá: um estudo a partir dos extremos. **Interfaces Brasil/Canadá**, Rio Grande, v. 6, p. 49-73, 2006. Disponível em < <http://www.revistabecan.com.br/arquivos/1157676973.pdf> >. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

D'ÁNGELO, André Cauduro. **Valores e Significados do consumo de produtos de luxo**. Porto Alegre. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2004.

DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens, vinte anos depois. In.: **Horizontes Antropológicos**. UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 13, n. 28. Porto Alegre: PPGAS, 2007.

_____. ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

FARINACI, Antonio. **Brasil é destino de investimento de marcas de luxo**. In: estilo.uol.com.br/23-11-2010. Disponível em < <http://estilo.uol.com.br/moda/ultimas-noticias/redacao/2010/11/23/brasil-e-destino-de-investimento-de-marcas-de-luxo-saiba-mais-sobre-o-mercado.htm> >. Acesso em: 29 de Março de 2010.

GALHANONE, Renata Fernandes. **Mercado do Luxo: Aspectos de Marketing**. In: VIII SEMEAD - Seminário da Administração FEA USP, 2005, São Paulo. Anais do VIII SEMEAD - Seminários em Administração FEA-USP. São Paulo, 2005. Disponível em < <http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/329.pdf> >>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

HELLER, Agnes. **Teoria de las necesidades em Marx**. Barcelona: ediciones península, 1986.

HOFFMANN, R. e NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. Econômica. Rio de Janeiro, v. 10, n. 01, p. 7-39, junho de 2008. Disponível em < <http://www.uff.br/revistaeconomica/v10n1/rodolfo.pdf> > Acesso em: 30 de janeiro de 2011.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

LEITÃO, Débora Krische; LIMA, Diana Nogueira de Oliveira; PINHEIRO MACHADO, Rosana (Org.). **Antropologia & Consumo: diálogos entre Brasil e Argentina**. 1 ed. Porto Alegre: AGE, 2006, v. 1, p. 11-19.

_____. MACHADO, R. P. . O povo do luxo e o luxo do povo: consumo e valor em diferentes esferas sociais no Brasil. In: LEITÃO, D. K. et al (Org **Antropologia & Consumo: diálogos entre Brasil e Argentina**. 1 ed. Porto Alegre: AGE, 2006, v. 1, p. 23-46.

LIPOVESTKY, Gilles **Luxo: Necessidade e desejo do supérfluo, conferência Internacional do Luxo**, FAAP, São Paulo 24/08/2004.

_____. ROUX, Elyette. **O Luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MCF Consultoria e Conhecimento. **Panorama do Luxo no Brasil em 2010**. Brasil: 2010. Disponível em

<http://www.mcfconsultoria.com.br/material/201010181428_panorama%20do%20luxo%20no%20brasil.pdf> Acesso em 29 de Janeiro de 2011.

MEYER, Carolina. “*O luxo descobre o Brasil*”. **Revista Exame**, Ed. 933, Ano 42 n.24.17 de dezembro de 2008. Disponível em <Disponível em < <http://www.examenews.com/revista-exame/edicoes/0933/noticias/luxo-descobre-brasil-408423>> Acesso em 29 de Março de 2011.

NASCIMENTO, Maucir. e LADEIRA, Rodrigo. **Marketing de varejo de luxo: Desmistificando as verdades do varejo de luxo**. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, Vol. 11, No 1. 2007. Disponível em < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewPDFInterstitial/295/243> > . Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

NORBERTO, Elaine. **Estratégias corporativas de marca e estratégias sociais de diferenciação**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 203-223, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a09.pdf> >>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

OLIVEN, Ruben. Consumo, logo existo. In: LEITÃO, D. K. et al (Org.). **Antropologia & Consumo: diálogos entre Brasil e Argentina**. 1 ed. Porto Alegre: AGE, 2006, v. 1.

PORTUGAL, Priscilla. **Weber e o consumo de luxo: uma discussão sobre a obra A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Cenários da Comunicação, São Paulo, v.6, n.1, p.49-55, 2007. Disponível em < <http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/143> >>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

ROCHA, Everardo. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v 2, n. 3, 2005, p. 123-138. Disponível em < <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/38/38> Acesso em: 20 de janeiro de 2011

_____. Prefácio. In: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

_____. AMARAL, Maria. O brinde: comunicação do luxo e práticas de consumo. **Revista Alceu**, v.9 n.17 - jul./dez. 2008, p.5-20.. Disponível em < http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n17_Rocha.pdf > Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2003.

SILVA, Carlos. **Globalização e as Redes de Comércio de Luxo**. ANAIS. XV Encontro Nacional de. Geógrafos. São Paulo: AGB/USP, 2008, 12p.

SILVA, Lucas. **Destino social da mercadoria: o conflito sobre o conceito de necessidade.** Cadernos de Debate (UNICAMP), CAMPINAS, v. VI p. 59-70, 1998. Disponível em < http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Destinacao_social_da_Mercadoria_o_conflito_sobre_o_conceito_de_necessidade.pdf >. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

SOMBART, Werner. **Amor, luxo e capitalismo.** Venda Nova. Bertrand, 1990.

STREHLAU, Suzane. **O luxo falsificado e suas formas de consumo.** São Paulo. Tese de Doutorado. FGV, 2004.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa.** São Paulo: Pioneira, 1965.

Entrevista com Beatriz Gonçalves Pereira
Porto Alegre, 08 de Novembro, 2010.

Beatriz Gonçalves Pereira é coordenadora da ONG Centro de Assessoria Multiprofissional, atual delegada do Orçamento Participativo de Porto Alegre, coordenadora da Rede Integrada de proteção à Criança e ao Adolescente do Arquipélago, conselheira do Conselho Gestor da APA e presidente da Associação Escola de Samba Afro-cultural Unidos do Pôr-do-Sol. Essa entrevista foi concedida ao Programa de Educação Tutorial dentro do projeto de extensão “Experiência de Avaliação da Ação de uma ONG”, às entrevistadoras **Aliziane Bandeira Kersting, Carolina Dorneles dos Passos e Renata Dalazen Foletto**

Entrevistadora: Essa entrevista está dentro daquele nosso projeto de avaliar a inserção do CAMP¹ lá no Arquipélago. Então, a gente tem algumas questões, mas tu ficas bem livre para ir falando, a gente pode cortar se houver algum assunto que já foi falado, abordado. A primeira parte é sobre a tua trajetória antes, durante e agora, no CAMP. Depois, sobre teu trabalho mais específico aqui dentro do CAMP, sobre algumas instituições que fazem parceria com as atividades do CAMP lá nas ilhas e depois sobre os objetivos do CAMP no Arquipélago. Vais dizendo o que tu sabes, o que te diz respeito, o que tu sabes dos outros, o que tu quiseres.

Beatriz Gonçalves Pereira: Começar com a minha trajetória?

Entrevistadora: Isso, antes de entrar para o CAMP, tua trajetória política, profissional.

Beatriz Gonçalves Pereira: A minha trajetória é igual, acho, que a de todo brasileiro, ou quase todo brasileiro. Tenho muito pouca instrução escolar, mas sempre fui muito curiosa, sempre corri atrás das coisas que eu não achava que estavam certas, que estavam erradas. Então, sempre procurei me informar e saber o porquê das coisas e, com isso, consegui ir avançando. O que eu fiz para tentar me qualificar? Fui fazer e participar de vários seminários, cursinhos, para ir aprendendo um pouco mais, de como estar falando, de como estar buscando ajuda. E as coisas foram acontecendo na minha vida, muito mais por eu não me acostumar. Não tem esse negócio, para mim, de ter que ser assim. Eu acho que pode ser diferente e pode ser melhor. Então, muito mais por interesse meu mesmo, de correr atrás, de querer saber

¹ Centro de Assessoria Multiprofissional

mesmo e de poder estar contribuindo. Acho que a gente sempre pode um pouco mais, a gente não pode ficar parado no mesmo lugar. A gente tem que ir indo, construindo, falando com um, com outro. Principalmente a gente que tem pouca instrução escolar, aí tu começa a ter uma faculdade diferenciada, como eu digo, a faculdade da vida. Tu vais aprendendo os dizeres, as palavras, tu vais indo, procurando um livro e outro e tu vais construindo a tua vida. Com isso, consegui ser presidente da Associação lá do meu bairro, com esse aprendizado – claro que ninguém faz nada sozinho, muitas pessoas participaram disso, sou atual presidente da Escola de Samba Unidos do Pôr-do-sol, da qual tenho muito orgulho. Sou delegada do Orçamento Participativo, sou coordenadora da Rede Integrada de Proteção à Criança e ao Adolescente, porque eu experimentei ser conselheira tutelar e aí descobri, e olha que interessante, eu não esbarrei na questão escolar, eu fiz as provas e passei. Eu esbarrei na desigualdade, porque quando chega a época de eleição para o Conselho Tutelar... Ela não é uma eleição transparente e limpa, é uma eleição das siglas e do poder monetário, e foi aí que eu não me dei bem, porque infelizmente as pessoas não estão suficientemente politizadas para entender o trabalho que a gente faz. E, como não busco ser nada, nem presidente, nem vereadora, nem deputada, o meu diálogo é aquele ali, na comunidade, de porta em porta, é dando aquilo que eu tenho de melhor. Talvez as pessoas ainda não estejam preparadas para ver isso, e aí, ao verem cestas e dinheiro, que rola muito nas campanhas – e promessas, coisas que eu jamais vou fazer... Então, perdi nesse sentido, mas fui muito bem. Na época, consegui fazer 592 votos – limpinhos, sem dinheiro, sem nada, só com os amigos, caminhando, conversando com as pessoas e os amigos me ajudando. Foi muito interessante, foi uma experiência muito rica para mim. Na época, o conselheiro tutelar que ganhou, ganhou com 700 e poucos votos. Então, tirei disso tudo uma lição: com a minha transparência e com todo o pouco que eu tinha, eu fiz muito. Mas eu não desisti da caminhada, até hoje eu milito na questão da criança e do adolescente e acho que é aí que a gente tem que construir, porque é o futuro que vem aí, são vocês, que são jovens, que vão garantir o futuro de amanhã. Por isso eu entendo que apostar neles é muito importante. Os que estão feitos, estão feitos, dificilmente vai se mudar. Então, a minha trajetória é essa. Na minha comunidade, descobri há pouco tempo, está acontecendo um movimento lá, que o pessoal tem vontade que eu assuma o CAR², mas eu não almejo isso, não almejo essas coisas, nunca almejei nada disso. O que quero é melhoria para o nosso bairro e entendo que, a partir do momento que eu estiver do outro lado, lá na bancada, com certeza, não vou ser mais eu, porque o sistema te empurra.

² Centro Administrativo Regional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Vou ter de me comportar, vou ter que ter outro jeito de falar para falar com aquele bandão lá e eu não quero isso. Quero ser sempre eu, dizer o que acho que é, dentro do contexto, do que foi proposto ali, mas nunca deixar de ser eu, perder a minha identidade comunitária, de cidadã, honesta e transparente. Não vou permitir que ninguém fique me lapidando para nada. Não acho certo. Então, com isso tudo, ganhei algumas coisas e também perdi, porque a sociedade é assim, mas me sinto uma pessoa muito feliz. As conquistas que tive foram conquistas muito honestas, muito limpas, foram com trabalho mesmo. Não foi com cesta básica, não foi com grana, até porque não tenho, e foi sem interesse nenhum, sem promessa nenhuma, simplesmente com o me doar, até porque, com esse trabalho que eu faço na minha trajetória de vida, nunca ganhei nada. Tudo que ganho, a responsabilidade é do meu trabalho, não é vinculado a alguém, algum bicheiro, sou eu mesma, como cidadã. Essa é a minha trajetória política. E é engraçado, porque meu pai teve muito pouca escolaridade e depois de um certo tempo, meu pai e minha mãe se separaram e fiquei entre estudar ou a sustentabilidade da minha família. Como sou a mais velha, fui para a sustentabilidade de toda minha família por um bom tempo, então não dava. E outra coisa, vocês têm muito, aproveitem isso, porque na minha juventude não tinha nada, a gente estava correndo atrás para que tivesse, a gente estava lutando por isso.

Entrevistadora: Tu podes falar um pouco como tu entraste no CAMP, como conheceu?

Beatriz Gonçalves Pereira: O CAMP eu conheci através da Bia, da outra Bia³ e do Maurício, João Maurício⁴, que apareceram lá, no terreiro e na escola de samba, porque esses dois eu levo sempre, a questão de matriz africana e a questão cultural, com o carnaval. Eles apareceram lá falando sobre um desenvolvimento local. Naquele momento eles estavam fazendo o mapeamento do território, conhecendo as entidades, as lideranças. Foi como eu os conheci. A gente conversou muito.

Entrevistadora: Quando isso?

Beatriz Gonçalves Pereira: Não lembro, acho que em 2000, ou 2003, por aí. Mais ou menos isso. Sou muito ruim de lembrar. Bom, aí a gente começou a realizar uns grupos, eles foram

³ Beatriz Hellwig.

⁴ João Maurício Farias

lá, conversaram com o pessoal, com o grupo do terreiro e do carnaval. Depois, eles começaram a realizar reuniões com as lideranças das ilhas, em que eu me incluía, como representante, eu, minha mãe e mais duas meninas, uma do terreiro e outra da escola de samba. O primeiro trabalho que fizeram lá foi o reconhecimento do território, onde se encontrava aquele contexto do território e aí a gente começou a aprender muito com eles, eles sempre falavam muito “onde é que vocês se encontram? Como é que vocês se vêm aqui?”, foi bem legal, foi um trabalho que abriu bem a nossa cabeça, o nosso conhecimento, foi muito interessante. Daí, então, foi que a gente começou a saber como era o CAMP, o que eles faziam, qual era o trabalho deles, foi com a Bia e com o Maurício. Prosseguiu o trabalho deles por muito tempo, até teve uma mostra cultural muito legal, que se realizou na Ilha Grande dos Marinheiros e nós participamos, ficamos superparceiros do CAMP já naquela época, enquanto entidade. O tempo passou e a gente continuou com essa aproximação com o CAMP, mas sempre nós lá no nosso trabalho e o CAMP aqui. Quando tinha uma atividade na comunidade, o CAMP aparecia por lá, conversava com a gente, mas sempre assim... participavam das organizações comunitárias. E assim foi indo nossa relação, foi crescendo, mas sempre assim, o CAMP enquanto entidade e nós lá no território. Eles sempre fazendo uma coisa ou outra. Foi assim que eu conheci o CAMP, mas eu acho que foi muito mais que 2002, eu não consigo lembrar, mas faz um tempão. A partir daí, eu continuei trabalhando, eu estava como educadora no SASE⁵, do Clube de Mães, nessa época, na Ilha dos Marinheiros, no Clube de Mães lá da comunidade. A gente conseguiu participar da formação de agentes. Para nós foi muito bom. Eu continuava lá, no Clube de Mães. Saí de lá, mas sempre me relacionando com o CAMP, aí acabei ficando desempregada por um bom tempo, acabei trabalhando na escola, mas tudo isso por fora, o chamado bico, porque nunca parei de trabalhar na vida. Tem uma coisa que eu não posso deixar de falar, antes disso. Vocês sabem que fui CC⁶ por muito tempo? Cinco anos da minha vida fui CC no DEMHAB⁷. Foi um aprendizado e tanto. Só que nunca mais vou querer ser CC na vida, porque CC quando termina teu tempo, tu saís sem nada, sem um *pila* no bolso. Isso é muito triste, mas foi algo que me ajudou muito.

Entrevistadora: Em que governo?

⁵ Serviço de Atendimento Sócio-Educativo

⁶ Cargo de Confiança

⁷ Departamento Municipal de Habitação

Beatriz Gonçalves Pereira: No governo do João Verle, em Porto Alegre, governo do PT⁸. A gente fez essas formações e eu continuava trabalhando. Fiquei trabalhando na ONG⁹ AVESOL¹⁰, fazendo um trabalho de educadora social, mas no meio ambiental. Por isso também que eu tenho essa veia pelo ambiente, pela questão da própria ilha e a questão do meu trabalho com as crianças e adolescentes de reconhecerem as plantas, as árvores, o que isso quer dizer, a importância disso. Fiquei um bom tempo trabalhando na AVESOL e me relacionando com o CAMP e nem sabia que o CAMP se relacionava com a AVESOL, tu vê como as coisas acontecem. Fiquei um bom tempo pela AVESOL e surgiu a oportunidade de que estariam selecionando educadores para um projeto em Porto Alegre, que seria o tal de Ação Rua, pensei comigo “vou fazer um currículo, vai chegar na minha escolaridade e esse povo não vai me pegar”, porque é Ensino Médio incompleto, o pessoal não vai me querer, porque não dá. São coisas que chegam a ser traumatizantes. Não são traumatizantes para mim, porque tenho muito jogo de cintura, nunca deixei as pessoas perceberem que eu não tinha escolaridade. Elas falavam, eu fazia que entendia, mas na realidade ia para casa e olhava no dicionário para ver o que a criatura tinha dito para mim, porque eu não sabia o que ela estava dizendo. Então, aquela questão de que eu falei que a gente ia e depois procurava, a gente cansou de fazer isso e até hoje eu faço. Bom, eu pensei “como é que eu vou fazer?”, “não vou mandar”... Mas nesse meio tempo, a Neca, que é a Marilene Daros, psicóloga, uma pessoa muito querida, com quem eu aprendi muito – sempre tive pessoas muito boas ao meu lado – uma pessoa simples, humilde, passava muita coisa para mim, muita mesmo. Ela disse “estou a fim de fazer um projeto para o pessoal da ilha, para os adolescentes, que seria um esporte radical, e colado a isso, Bia, eu vou entregar isso para alguém e vamos ver como é que fica isso. Vou mandar até para o CAMP.” Não sei como ficou isso. Ela disse “de repente, eu vou pedir que fique dentro do Desenvolvimento Local, se esse projeto passar e a gente tiver sucesso, que alguém das ilhas participe”. Só sei que daí ela mandou e não fechou. Ela apareceu um dia e disse: “olha, estão selecionando um pessoal”. Eu falei “Neca, como é que eu vou me inscrever para um negócio desses? Educadora social de rua, o pessoal não vai me querer.” Uma coisa que eu tenho muito, e que eu me orgulho muito, são certificados de muitos cursos que eu fiz. Eu tinha sorte, porque como eu conhecia e ia conhecendo pessoas, e ia conversando com elas, elas me indicavam cursos que, não necessariamente, teriam que ser pagos. Cursos e seminários. Então, eu fiz muitos seminários na minha vida. A Neca disse “tu

⁸ Partido dos Trabalhadores

⁹ Organização Não Governamental

¹⁰ Associação do Voluntariado e da Solidariedade.

tens que acreditar no teu potencial.” Eu disse “então eu vou fazer!”. Fiz o meu currículo e coloquei todos aqueles, ou quase todos aqueles meus certificados. Mandeí, mas não muito esperançosa, não vou mentir para vocês. Bom, continuei lá, no meu trabalhinho. Eu vim, entreguei, tinha que vir pessoalmente entregar. Passou mais de um mês, “meu Deus, isso não vai acontecer”. Quando foi um belo dia, me ligaram... “meu deus, estão me ligando!”. Porque, nesse meio tempo, antes de eu ser educadora lá no meio ambiental, trabalhei como doméstica, porque, para mim, não tem trabalho ruim, pego o que tiver. Eu tenho que ter é a grana honesta. Essa mulher dizia “eu tenho uma secretária e tanto, só que eu não consigo ver a Beatriz assim, trabalhando lavando, passando. Tu não nasceste para isso, Beatriz!”. E as amigas dela diziam “essa guria tinha que ser uma secretária”. Mas ela nunca se animou a pagar um curso para mim, eu continua lavando e passando, mas nunca me intimidei com isso. Eu aproveitava o sábado e o domingo para me qualificar. Quando me ligaram e disseram que era para eu passar aqui, não acreditei. “Será que isso vai funcionar?” Vou contar rapidamente para vocês para verem como têm coisas que podem intimidar a gente e outras não. Cheguei aqui e um monte de gente tinha entregado o currículo. Pensei “bem capaz, o meu vai ficar lá embaixo.” Me disseram “a gente vai avaliar e vai chamar”. Isso tudo aqui no CAMP. Só que eram o CAMP e também o Fé e Alegria e a Prefeitura junto. Passou um tempo e mandaram me chamar de novo para uma reunião. Cheguei e, já de cara, cometi um erro. Me chamaram para a reunião, vim, dei uma batidinha na porta, entrei e já fui sentando: era a reunião dos técnicos que estavam *avaliando*. De negra eu fiquei branquinha “já cometi uma gafe, agora que não vão mais ficar comigo”. Mas não perdi o rebolado, levantei meu salto, saí da sala, disse “me desculpem” e *fui*. Conversaram comigo, e levei um susto – a sala cheia, tinham mais de 20 e poucas pessoas e, adivinha, todo mundo que se apresentava dizia “ah, eu faço faculdade de Pedagogia”, “estou na UFRGS¹¹ fazendo...”, tinha muito pedagogo e assistente social, tudo para a vaga de educador. Fiquei bem na ponta, pensando comigo “é óbvio que essa gente... imagina! Todo mundo fazendo faculdade. Eu vou ter que dizer alguma coisa, sair pela tangente”. Mas o pessoal era muito legal. Quando chegou a minha vez, eu era a última, eles perguntavam, ficavam – o Fé e Alegria, a Prefeitura e o CAMP – olhando. Eu nem parava na cadeira. Quando chegou em mim, disse “olha, diferentemente de vocês...”, não sei de onde eu tirei aquilo, “a minha faculdade é a faculdade da vida. Meu aprendizado é o aprendizado popular, um aprendizado na comunidade, meu trabalho é esse...” – a mesma coisa que vocês estão fazendo comigo. A gente tinha que falar um pouco da trajetória e da

¹¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

experiência. Eu disse “Bom, meu trabalho foi na área da educação, na área do meio ambiente...”. Eles disseram “se nós ligarmos até as quatro da tarde, então vocês voltam, senão não.” Pensei “claro que não vão ligar para mim.” Quatro e meia me ligaram. Era para eu vir no outro dia pela manhã. Era outra prova de fogo, porque daí desses 20 e poucos eles tiraram onze, e desses onze eles tirariam os quatro. É um sofrimento, mas não era uma exigência do CAMP. Como o CAMP e o Fé e Alegria estavam nesse processo, este teria de ser o processo deste edital. Felicidade a minha foi quando fui escolhida entre os quatro. Vocês sabem o que me salvou? Eles foram bem claros. Quem mais puxou por mim, pelo que eu entendi, foi o CAMP, porque o CAMP precisava de alguém que trabalhasse essa questão mais comunitária, mais popular. As outras pessoas todas, tudo bem, tinham currículos maravilhosos, mas a maioria muito acadêmico e pouco chão. Eles disseram “olha, nós queremos falar contigo, porque, realmente, o teu currículo é interessante na área popular, comunitária... Essa interlocução que tem que ter, não ter medo das pessoas, de estar ali no meio”. Foi assim que consegui, com esse conhecimento. Por isso que eu valorizo muito isso.

Entrevistadora: Está faltando tu dizeres agora como tu viraste coordenadora, porque tu entraste nessa parte com o Fé e Alegria como educadora do Ação Rua, mas agora tu não és mais do Ação Rua.

Beatriz Gonçalves Pereira: Teve uma segunda parte. Essa foi a primeira parte da minha entrada no CAMP e, de repente, me vejo assim, com a proposta do CAMP – porque, na realidade, quando entrei, fiquei como funcionária do Fé e Alegria, então é parceria entre Fé e Alegria e CAMP. O CAMP com a parte didática, digamos assim, de funcionamento da equipe e a Fé e Alegria só pagando e tendo algumas formações enquanto equipe. Então, fui surpreendida este ano – fiquei três anos com Fé e Alegria e CAMP juntos, recebi a proposta do CAMP para atuar somente com o CAMP, no território, já direto assim. Não consigo me ver uma coordenadora, não me enxergo como tal, porque acho que faltam algumas coisas para mim e sou consciente disso – aquela parte mais pedagógica, enfim. Para mim, além de ter sido uma surpresa, foi algo gratificante, porque era sinal de que alguém estava olhando o meu trabalho, porque sempre tem alguém olhando o que a gente faz. Para mim foi interessante – não sair do Fé e Alegria, porque me identifiquei, tinha muito jogo de cintura dentro da equipe, mas ficar só com o CAMP, para mim, foi muito legal, porque relembro como conheci a Bia e o João Maurício. E, hoje, estar no CAMP, é uma responsabilidade muito grande, embora

tivessem dito para mim “o que tu vais fazer, tu já fazias antes”. E realmente eu continuei. Só que é mais pesado, a responsabilidade aumenta. Não sei explicar, é uma sensação diferente de tu estares lá na comunidade, porque tu não tens interesses, o teu interesse é comunitário, é a melhor qualidade de vida para aquele conjunto e, de repente, tu agrega isso ao interesse que o CAMP tem – o CAMP tem um interesse, tem projetos e a partir do momento que ele tem projetos, ele tem que dar conta disso. É um pouquinho diferente, mas fez com que eu ficasse um pouco mais livre para atuar e a responsabilidade de tomar algumas decisões, e como estou sendo uma “*equipe*” – teria que ter mais uma pessoa comigo – para mim, não está sendo difícil, mas também não está sendo fácil, porque eu trabalho muito o coletivo. Claro, eu tenho quem me ajude, a Helena¹²... mas a Helena é “cabeça CAMP”, então é meio complicado. Eu preciso de uma pessoa, até para me amparar mais na questão pedagógica, mas eu estou indo, estou aprendendo muito, estou buscando. Como eu me vejo? Eu me vejo como uma articuladora. Esse é meu papel, é estar fazendo as articulações e isso eu consigo fazer, mas tem que ter alguém com aquele algo a mais para me complementar. Mas eu consigo andar, estou conseguindo ir. Já sei que provavelmente terei alguém somente no próximo ano, talvez, tudo vai depender. Mas é algo bom, o CAMP te propicia isso.

Entrevistadora: Em quais atividades tu estás inserida, sem contar o CAMP?

Beatriz Gonçalves Pereira: Atualmente sou presidente da Associação Escola de Samba Afro-cultural Unidos do Pôr-do-Sol – ela é devidamente registrada, tudo em dia, tudo bonitinho; sou delegada atual do Orçamento Participativo; sou coordenadora da Rede Integrada de proteção à Criança e ao Adolescente do Arquipélago; e sou conselheira do Conselho Gestor da APA¹³, isso tudo atualmente. Tem um que não considero movimento, considero tradição de matriz africana. Na realidade, vocês sabem que sou dirigente espiritual, então tem mais o Centro de Umbanda Reino de Iemanjá e Oxóssi, que é coordenado por mim, minha mãe e minha irmã, mas elas sempre acabam me deixando na frente. Hoje, é isso.

Entrevistadora: Então agora, voltando para o trabalho no CAMP, qual é a tua rotina? O que tu fazes no CAMP?

¹² Helena Bins Ely

¹³ Área de Proteção Ambiental

Beatriz Gonçalves Pereira: A minha rotina é bem complicada. A minha rotina é estar no campo, estar participando das reuniões, de todos os fóruns possíveis, é estar articulando, conversando, construindo com eles, porque a gente conversa com as entidades para nós podermos trabalhar. E a construção com eles tem que ser muito valorizada, porque como a gente trabalha o desenvolvimento local, então isso tudo já está lá no território. Tem que sentar e construir com eles. Eu tenho uma rotina pesada. Além da comunidade, eu faço essa ligação entre ONGs. Agora, por exemplo, nós conseguimos reconquistar, que estavam um pouco afastadas. A ONG Cidade a gente conseguiu reaproximar. Estamos com reuniões marcadas com a governança local, isto é, uma proximidade do CAMP com o Poder Municipal, que envolve a Prefeitura de Porto Alegre. Também aproximamos o CAMP do Governo Estadual, através da SEMA¹⁴, que tem uma parceria e espero que continue e, com certeza, vai continuar. Este é o meu papel, a minha agenda. Ela é bem complicada. Além dessas articulações com entidades, enfim, eu tenho que estar fazendo meio de campo, marcando reuniões, construindo tudo isso. Tem a questão do DL Jovem¹⁵, que é um projeto que o CAMP começou. Quem trabalha dentro desse projeto... Há o professor Pedro, que nos ajuda, mas que tenho que estar articulando com a comunidade, nos reunindo, nós saímos do público adulto e acabamos indo para a criança e o adolescente. Tem o [projeto]¹⁶ Lente Jovem também, nós temos encontros aos sábados. O Pedro vem e fica com eles, ficam fazendo uma nova edição, e também um novo grupo dentro do Lente Jovem. Então tudo isso são articulações, que tem que estar sendo feitas, ora com a escola, ora com os jovens, ora com os professores, ora com as famílias. Então é algo bem espalhado. Tem a questão do Levante da Juventude, que tem um trabalho muito interessante, e a gente se comunica. A gente fez uma ação lá na Ilha das Flores, envolvendo todos esses projetos. Depois há o grupo do Levante, que trabalha a questão da mobilização, do artesanato. Mas se trabalha muito mais a questão da mobilização comunitária. Então acabo me envolvendo com tudo isso e sempre fazendo esta ponte, esse diálogo, entre CAMP e comunidade, entidade e demais sujeitos que lá estão. Têm dias que eu estou aqui, mas preenchendo relatórios, porque as coisas se cruzam muito, acabo não ficando só com a função, girando em torno desses projetos, porque, por exemplo, por eu estar em vários fóruns acaba a gente também resolvendo coisas problemáticas que aparecem no cotidiano da própria comunidade, como, por exemplo, daqui a pouco sou obrigada a ligar

¹⁴ Secretaria de Meio Ambiente

¹⁵ Desenvolvimento Local Jovem

¹⁶ Acréscimo feito pelo entrevistador, não consta na gravação

para o PSF¹⁷, antes que ele feche, porque eu preciso fechar com a Solange, que ela passe a ocupar a cadeira, na questão do Conselho Gestor da APA, que é da Saúde, que foi proposta pela comunidade. Além de todo esse trabalho que é ora interno e ora externo, sem contar algumas reuniões, os seminários que o CAMP tem que estar. Tudo isso é combinado e, às vezes, não é combinado, porque alguém tem que ir. Acabo eu indo lá e fazendo isso. Então é uma rotina bem puxada. Esqueci-me de falar e não devo esquecer: tem mais o Ação Rua. Eu faço essa interlocução com eles lá no território, que tem toda uma questão de estar trabalhando com assistente social, com os próprios educadores, que fazem um trabalho em todas as ilhas, mas têm um trabalho mais fixo na Ilha do Pavão, que é a oficina de capoeira. Toda e qualquer ação, elas ficam entrelaçadas, então não tem como, tenho que me relacionar com todos esses projetos que estão lá – que acabam ficando dentro desse programa: Arquipélago, Território de Direitos. Não tem como não se relacionar, até para saber o que está acontecendo e saber como que a gente vai fazer esse movimento, tenho que me relacionar com o todo. Há pouco tempo – sexta-feira passada –, a Aninha¹⁸ foi embora, a Ana que coordenava o Lente Jovem e parece que, até que se consiga alguém, eu vou ter que estar respondendo por isso, ou dando o melhor de mim para que ele não pare, não pode parar. Nem comecei a fazer a leitura, ainda, de tudo o que ela fez, como ela fez, para a gente seguir tocando. De uma certa forma eu já estou tocando isso, meio que paralelo, com essas meninas que participaram dessas atividades na Ilha Grande dos Marinheiros, junto com o professor Pedro e o Beto, que me ajudam muito. Elas estão fazendo essa nova edição, mas nós precisamos de mais adolescentes para estarem ingressando no projeto, só estamos esperando o ok. Aí é mais trabalho de campo.

Entrevistadora: Vocês têm reuniões aqui no CAMP?

Beatriz Gonçalves Pereira: Nós temos reuniões internas, tudo o que se faz, mesmo sendo uma “*equipe*”, a gente tem reuniões internas, isso ajuda. A reunião dos coordenadores me ajuda muito e tenho algumas reuniões diretas com a Helena para fazer algumas tratativas, porque a gente não pode perder o norte, não dá para fazer nada sozinha, tem que estar combinando, tem que articular internamente para poder articular externamente.

¹⁷ Programa de Saúde da Família

¹⁸ Ana Paula Canedo Arigoni Bentlin

Entrevistadora: Além do fato de tu seres uma “*equipe*”, tu sentes mais alguma dificuldade nesse trabalho?

Beatriz Gonçalves Pereira: Acho que a dificuldade maior, para poder desenrolar nesse momento, é ter alguém do meu lado, mais próximo, mais junto, porque o CAMP trabalha muito, são muitos projetos, então as coisas aqui andam muito rápido, a gente até tem discutido sobre isso. A dificuldade mesmo é ter alguém do meu lado, para que, de certa forma, eu consiga ficar um pouco mais livre, preciso um pouco mais de liberdade, para poder dar o melhor de mim, acho que ainda falta um pouco. Essa seria a dificuldade, alguém mais nesse âmbito mais técnico, talvez para estar elaborando esses relatórios e dando conta de muita coisa que eu ainda não consigo dar. *Dou* conta, mas com dificuldade. Entendo que tem que fluir, quero ficar um pouco mais solta, poder participar mais de alguns fóruns que agora não estou conseguindo ir. Isso é cansativo. Para tu trabalhares um projeto, ou vários projetos – como eu –, tem que estar muito ligada, porque do contrário não fica legal, não fica redondinho. Quando tu fazes muita coisa, alguma delas não dá certo e, como a gente tem que fazer que tudo dê certo, tu tens que estar livre. É isso que me falta, essa é a dificuldade.

Entrevistadora: Quais as instituições parceiras que estão envolvidas nesses projetos do teu trabalho, tanto governo, quanto universidades, movimentos? Como tu vê o papel dessas instituições? Qual a diferença entre elas?

Entrevistadora: Qual a diferença entre ONGs e o governo, por exemplo? Tem diferença?

Beatriz Gonçalves Pereira: Tem diferença, porque o governo já está lá, na minha visão. As ONGs estão enfrentando uma dificuldade muito grande, porque elas têm a sua autonomia, mas ao mesmo tempo elas passam a manter as suas sobrevivências regadas por esse governo. Há a dificuldade de como trabalhar esta questão. Ao mesmo tempo, as entidades – eu vejo as ONGs, o poder público municipal, esfera estadual, ou federal e as entidades da comunidade – algumas com dificuldades de se manterem, por não terem ainda o conhecimento de como buscar, ou alguém que possa auxiliá-las na questão de projetos. O CAMP faz isso, mas não consegue atingir a todos, como eu disse, para dar conta disso teríamos que ter um setor exclusivo para isso, porque chão tem, entendeu? As entidades ficam meio perdidas, porque quando começou todo esse movimento na questão das entidades estarem se formando, bom,

elas se formaram de pessoas como eu, com dificuldade escolar, que foram batalhando. As comunidades estão constituídas, mas alguns de seus presidentes têm a dificuldade de estarem dialogando... ele não tem dificuldade de dialogar, tem dificuldade de gestar nos moldes de hoje, porque não é mais como era antigamente, mudou muito. As associações, hoje, têm que ter alguém que faça o projeto. O CAMP proporciona isso, tem proporcionado isso, tem colaborado, mas também tem as suas dificuldades, porque tem que se manter. Então eles também passam a ter, não digo enfrentamento, mas o que vejo no CAMP é que ele tem jogo de cintura suficiente para enxergar adiante e já estar fazendo essa costura, que aí entra o meu papel: estar costurando para abrir caminhos, ou a gente se aproxima – aí depende do governo que está, quem está – e costura por onde dá e é isso mesmo.

Entrevistadora: Voltando para as instituições parceiras, quem são? E qual o papel delas?

Beatriz Gonçalves Pereira: Bom, parceiras: tem as universidades, a UFRGS, que tem um papel muito importante, porque para mim, enquanto CAMP, parece que as universidades agora que estão abrindo os olhos, que não é aquele bichinho, tem que estar naquele contexto, junto. Ajuda muito, é uma facilitadora, é uma forma de se enxergar e uma forma, também, de eles contribuírem. Outras ONGs como a Cidade, tem a questão da ABONG¹⁹ - não saberia falar muito, porque o Mauri²⁰ que fica mais enfiado nisso –, mas nós temos muitos parceiros. Essas parcerias só enriquecem, porque elas vão abrindo caminhos para a própria sobrevivência e desenvolvimento, porque acaba se aprendendo com elas, a buscar novos caminhos, que tudo vai mudando, muda-se quase de um mês para outro, tudo é muito inconstante, é igual à vida. Entendo esse ciclo como a vida, ela nunca é a mesma coisa todos os dias, cada dia tem uma coisa diferente. As ONGs, para mim, é isso: ONG é vida, ela está sempre em movimento, um movimento constante de busca, de troca, vejo dessa forma. Há também o Fé e Alegria – que é um parceiro – e tantas outras que eu ainda desconheço, sei que tem muitas.

Entrevistadoras: Agora falando mais especificamente do Arquipélago, na tua visão, quais são os objetivos do CAMP na ação no território?

¹⁹ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

²⁰ Mauri Cruz

Beatriz Gonçalves Pereira: É fazer aquele povo buscar conhecimento e lutar por esses direitos, mas com mais qualificação, porque lutar eles lutam, mas precisam se qualificar, esse é um dos papéis do CAMP. Além dessa qualificação, também fomentar a questão do desenvolvimento, porque tem muita riqueza no Arquipélago, mas temos que encontrar um caminho para que se desenvolva, gerando renda.

Entrevistadora: Quais dos objetivos tu achas que já estão sendo atingidos? Por quê?

Beatriz Gonçalves Pereira: A questão da discussão da regularização fundiária está sendo muito interessante, tu consegues ver que as pessoas estão compreendendo melhor, estão tendo um pouco mais de calma. Entendo que nessa parte tem um avanço. E principalmente porque as pessoas, as comunidades entendem que tem um parceiro. Outro avanço é na questão da criança e do adolescente, porque o CAMP tem investido muito nisso, principalmente, no jovem, com esses projetos que ele tem lá no território. Isso faz com que haja um crescimento – e a gente tem tido esse olhar não por nós mesmos, a gente conversou com alguns professores que nos dizem a diferença daqueles que estão participando na formação, nesses cursos, eles sentem, dizem isso para nós, faz diferença. Então, penso que o CAMP, para o futuro, terá que se preparar para ampliar mais esse campo de cursos, com o jeito do CAMP, não é? Nada forçado, as pessoas vão participando, isso que acho legal. Não adianta pegar mil, botar numa sala, não é por aí, não pode ser, isso tem que acontecer de dentro para fora e esse de dentro para fora demora, tem que saber entender esse tempo também. Às vezes a gente até pensa “ah, não está acontecendo nada”, mas muito pelo contrário, já há um retorno visível.

Entrevistadora: O que ainda não foi atingido? Por quê?

Beatriz Gonçalves Pereira: Acho que falta, mesmo com tudo isso que se avançou, a gente incidir mais no território. É aquela coisa que tem que não consigo ficar mais lá, meio que se confunde. E conseguir, até mesmo, mais recursos, porque tem se pensado em muitas coisas, mas falta recurso. O CAMP tem seus limites, e são grandes nesse momento.

Entrevistadora: Uma pergunta que é bem ampla, mas tu podes falar com calma: quais são as maiores necessidades da população alvo da ação de cada projeto?

Beatriz Gonçalves Pereira: Vou te dizer: trabalho, eles buscam muito isso, porque é aquela coisa, tu ofereces curso, coisa e tal, mas nos faltam pernas para andar, mas eles seguem pedindo trabalho e isso angustia o CAMP. O que nós conseguimos é até ali, é o limite. A questão, principalmente, do trabalho e para o jovem. O jovem quer trabalhar, quer ser autônomo, precisa disso.

Entrevistadora: E tu enxergas que eles querem uma formação melhor?

Beatriz Gonçalves Pereira: Alguns sim. Querem mais, querem ser artistas, advogados, biólogos, eles sonham. A gente até conversa no CAMP como seria bom se tivesse como fazer um curso e encaminhá-los, mas não depende só do CAMP, depende de todo um universo que está aí, que não dá conta, a demanda é maior que a capacidade. Mesmo com tudo o que se tem, o próprio governo Lula, o Projeto Pescar, mas não chega. Esbarramos nisso, nos sentimos, às vezes, um pouco impotentes nessa questão.

Entrevistadora: O que mais?

Beatriz Gonçalves Pereira: Às vezes eu fico pensando, que nós vamos fazer essas reuniões, estamos fazendo – começamos já no ano passado –, às vezes preciso muito de alguém do Direito, é necessário, as pessoas sentem muita falta. A pessoa do Direito, hoje em dia, não pode ser um privilégio, tem que ser algo colado ao assistente social, tem que ser colado, não tem como descolar, porque tudo o que surge – e a gente ouve isso deles – são questões que o CAMP não tem como ajudar. O Direito é algo que tem que estar mais junto, tem que ter algum movimento quanto a isso, falo enquanto CAMP, falo enquanto sociedade mesmo. Assim como se conquistou o SUAS²¹, há que se fazer essa conquista também. O Direito é algo gritante nas comunidades.

Entrevistadora: Mais alguma coisa? A questão da habitação?

Beatriz Gonçalves Pereira: A questão da habitação é algo que eles pensam que eles querem muito isso. A gente está lá tentando explicar para eles como pode ser, mas é algo que trás muita desconfiança. Aquelas comunidades, principalmente a do Pavão, são muito violentadas,

²¹ Sistema Único de Assistência Social

sofreram várias violentações e isso angustia a gente, porque eles acabam pensando que a gente pode enganá-los, na realidade não, a gente está tentando levar para eles como é, como funciona, porque funciona assim, porque não funciona, mas, às vezes, é um pouco difícil, porque fica na questão momentânea do “quebraram a minha casa, quebraram o meu vidro”, tu tens que lidar com essas coisas também e no meio de uma grande reunião, mas tu não podes deixar essas pessoas sem resposta. Então eles sempre esperam mais e a gente sempre diz “olha, o CAMP está aqui, mas não é o CAMP quem vai trazer a casa, mas é outro”, “ah, isso nós entendemos, mas como fica o fulano lá?”, então essa questão da habitação é muito forte, eles desejam, querem isso.

Entrevistadora: O que tu enxergas que o pessoal da comunidade tem como potencialidade, no público em geral?

Beatriz Gonçalves Pereira: É um povo que tem uma capacidade enorme de se articular, eles se articulam, eles fazem coisas maravilhosas. Só são desorganizados internamente, ainda bem que agora tem o meu colega Juramar²² que está trabalhando a questão do Brasil Local, que dá uma organizada nisso, bem mais que o desenvolvimento, porque daí puxa tudo isso. Eles têm uma capacidade imensa de criar, de se mobilizar, de fazerem coisas, eles são artistas natos na questão dos jovens, eles têm coisas maravilhosas, vocês não têm noção que linda é a capacidade deles, eles são muito unidos. É o que eu dizia lá naquela palestra, no seminário²³, são muito unidos, se acontece algo com uma ilha é como se acontece com todas. Eles têm capacidade enorme de buscar, de sonhar, de projetarem isso em algum trabalho. Participei desse trabalho de projetar a Ilha para dez anos à frente; projetaram coisas lindíssimas. Essa projeção, tudo com coisas ali da Ilha, artesanato da Ilha, com tudo. Indo da Ilha do Pavão até a Ilha Mauá, com paradas, com flores pelo caminho.

Entrevistadora: Tu tinhas falado sobre eles serem desconfiados. Como tu achas que a população percebe a atuação do CAMP?

²² Juramar Vargas, morador da Ilha das Flores

²³ Colóquio sobre sociedade e meio ambiente promovido pelo grupo do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ocorrido em novembro de 2010.

Beatriz Gonçalves Pereira: A atuação do CAMP? Posso te dizer, com certeza, eles têm o CAMP como um parceiro mesmo. A desconfiança que eu trago foi em virtude das violentações sofridas.

Entrevistadora: E com razão.

Beatriz Gonçalves Pereira: Enquanto CAMP eles sentem, conseguem sentir que o CAMP é parceiro e que está ali para ajudar e não vai tirar nada deles, porque o CAMP não está pedindo nada em troca, diferente de uma campanha, que vão lá. Não, nós estamos lá sempre, a campanha vai, o CAMP está lá; a campanha volta, o CAMP está lá; a campanha vai embora, a gente continua lá. Nós estarmos no território faz com que eles percebam isso. Isso aproxima e traz confiança. A desconfiança é aquela normal “será que vai acontecer? Será que não vai?”, mas não que o CAMP passe isso para eles, conseguem fazer essa leitura: o CAMP é parceiro, ninguém vai lá para tirar nada deles, ou construir um píer, é diferente.

Entrevistadora: Quais são os desafios do CAMP para os próximos anos com o projeto Arquipélago: Território de Direitos?

Beatriz Gonçalves Pereira: O desafio é realmente cumprir essa etapa, conosco mesmo, que é a organização comunitária, fazer com que eles sintam-se sujeitos, que isso brote de dentro para fora, que se consiga tornar todas as vozes numa só voz, no sentido de “bom, estamos aqui, conseguimos” e o CAMP vai continuar, entendeu? Talvez não mais naquela comunidade, ou ainda ali naquela comunidade, mas que se consiga fazer com que realmente eles se dêem conta de que nós passamos por lá, mas que foi a título de construção, mesmo que conseguimos plantar uma sementinha, por menor que seja. Este é um desafio, porque o Arquipélago é muito grande e esse trabalho tem que ser em grupos pequenos. Este é um desafio mesmo, cumprir essas etapas, fazer com que as coisas aconteçam e que faça valer o que a gente diz que é enquanto CAMP, que é a solidariedade, a igualdade, que é isso que a gente busca, que a gente consiga tocá-los, que eles consigam sentir, que eles consigam deslancar. É o desafio maior que se tem, porque quando se trata de seres humanos tem que se ter muita paciência e tempo, os projetos têm que ser limitados, então esse é um desafio.

Entrevistadora: Para finalizar, como tu avalia a tua atuação na comunidade?

Beatriz Gonçalves Pereira: O meu papel, na maioria das vezes, se confunde – e eu já falei isso para a direção do CAMP –, é a Bia da Ilha – porque já existia a Bia da Ilha – e o CAMP, ao mesmo tempo. Fico num jogo de cintura muito grande, porque “Bia, vem cá, o fulano assim e assim, como que eu posso fazer?”, então eu digo “tá, enquanto CAMP vou tentar fazer isso e isso”. Sempre eu tenho que estar trazendo o CAMP, porque o que tem muito forte é a Bia, sabe? Por essa trajetória. Isso o CAMP enxerga não como ruim, porque estou no território e já estava, não é? O CAMP já sabia disso, mas para mim às vezes dá um nó. Estou fazendo uma atividade do CAMP, daqui a pouco estou fazendo uma atividade comunitária, que é junto e se mistura e eu tenho que separar, por horas é o meu trabalho, por horas são os meus projetos e acaba se entrelaçando, estou lá, direto e reto não tem como as pessoas não confundirem, isso acontece muito.

Entrevistadora: Então muito obrigada.

Beatriz Gonçalves Pereira: Já acabou?

Entrevistadora: Foi rapidinho.

Beatriz Gonçalves Pereira: Pensei que era mais tempo, é que eu sou autêntica...

**Entrevista com Helena Bins Ely
Porto Alegre, 20 de outubro, 2010.**

Essa entrevista foi concedida por Helena Bins Ely, quando exercia a função de coordenadora pedagógica da ONG Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), ao Programa de Educação Tutorial das Ciências Sociais, dentro do projeto de extensão de avaliação do Programa Arquipélago: Território de Direitos, executado pela ONG, sendo os responsáveis pela entrevista as bolsistas **Aliziane Bandeira Kersting, Carolina Dorneles dos Passos e Cecília Weschenfelder Zarth.**

Entrevistadoras: Nós temos algumas linhas, um pouco sobre a tua trajetória, sobre a atuação no CAMP, sobre as instituições que fazem parceria com o CAMP e sobre o Arquipélago mais especificamente. Então a gente vai pedir que tu narres um pouco da tua trajetória profissional e política antes do CAMP.

Helena: Mãe do céu!

Entrevistadoras: Até o começo do CAMP.

Helena: É uma história longa, não sei nem por onde começar... A minha trajetória começa na adolescência. Quando a gente teve um curso de jovens aqui em Porto Alegre – sou portoalegrense, coisa rara hoje em dia – e tinha um grupo... Isso na década de 70¹, 74, por aí, em plena ditadura militar, plena não, mas durante a ditadura. Tinha um grupo de padres, freiras, irmãos que puxaram um programa de formação para a juventude dos colégios católicos aqui de Porto Alegre e esse curso acabou se transformando num movimento, onde a gente fazia discussões, muito próximo do que depois veio a ser a esquerda da igreja, a teologia da libertação. Nesse projeto, era um curso de um mês, a gente ficava quinze, vinte dias internados e eram três etapas, cada etapa tinha um intervalo de um ano. Então na verdade durava praticamente dois anos e entre uma etapa e outra, tu tinhas que desenvolver ações sociais, tinha toda uma perspectiva de leitura do mundo que era mesmo da teologia da libertação. Nesse curso, começamos a ler Paulo Freire, começamos a fazer discussões de o que é revolução, qual é a transformação, como é que transforma a sociedade. A partir disso, eu e muitas pessoas saímos de casa, maioria da classe média, eram alunos de igrejas católicas

¹ Ano de 1970. Todos os anos citados na entrevista, neste formato, correspondem ao século XX.

e particulares, fomos morar na periferia. Decidimos, eu, uma irmã, uma amiga e um amigo, morar os quatro em Cachoeirinha. Primeiro fomos a Canoas, depois Vila Cruzeiro e aí fomos a Cachoeirinha, onde já havia um trabalho e a gente decidiu, então, se juntar. Tinha comunidades eclesiais de base, tinha um trabalho de base bem avançado – isso já no final do anos 70. Esse foi o início da minha trajetória, depois eu passei pelo sindicato dos bancários, fui bancária durante muitos anos e como bancária, dirigi muito minhas reflexões sobre o mundo do trabalho. Quando fazia Sociologia, pensava muito... E uma coisa que me marcou nas discussões quando li Marx, era aquela coisa que Marx diz que o trabalho repetitivo libera a cabeça do operário para ele pensar na revolução, uma coisa desse tipo. Eu dizia “não, pelo contrário, o trabalho alienado aliena, é muito bitolante, emburrece”. A sensação que eu tinha com o trabalho que fazia é que existia um processo de emburrecimento. Comecei a militar nos bancários, morando ainda em Cachoeirinha, militando lá e nos bancários. Lembro uma vez que um dos dirigentes me chamou para fazer parte da chapa da diretoria, estava em processo eleitoral, eu disse “não”, porque tinha que militar na vila, achava que a revolução se fazia na vila, na periferia. Ele morreu agora, não faz muito tempo, mas até morrer tirava sarro de mim, desse episódio. Comecei a trabalhar muito com o sindicato, quando terminei a graduação entrei logo em seguida no mestrado, inclusive fiquei em dúvida se entrava no mestrado de Pedagogia ou de Sociologia, porque eu já trabalhava com educação sindical nessa época, com os bancários, fui contratada para trabalhar aqui. Mas acabei ficando na Sociologia e entrei para a área do mundo do trabalho, da Sociologia do trabalho. Fiz meu mestrado sobre os bancários. Quando estava no meio do mestrado, surgiu a oportunidade de eu fazer uma especialização lá em São Paulo, do CEBRAP². Conheci ali o Fernando Henrique Cardoso, Giannotti³, Paul Singer, Chico de Oliveira⁴, fiquei dois anos lá e quando estava terminando – eu tinha dois anos de bolsa – decidi que ia tentar trabalhar. Voltei, fiz contato com os bancários lá, através do sindicato dos bancários de São Paulo – que eu conhecia através da minha militância em Porto Alegre – fiz contato com o pessoal que era do Instituto Cajamar, que também hoje já deixou de existir. Era uma escola de formação, um dos sócios fundadores foi o Paulo Freire, que reunia formação para movimento sindical, lideranças nas periferias, nas comunidades e para lideranças, no caso, do PT⁵, o partido, mas tinha alguma coisa de PCdoB⁶, PCB⁷, os partidos menores, mas a formação, então, que a gente chamava de

² Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

³ José Arthur Giannotti

⁴ Francisco de Oliveira

⁵ Partido dos Trabalhadores

⁶ Partido Comunista do Brasil

formação sindical, formação popular e a formação cidadã, era essa do partido. Acho que trabalhei uns quatro, cinco anos no Cajamar. Quando o Cajamar fechou, fui trabalhar numa escola sindical da CUT⁸, onde ajudei a coordenar a formação do programa de formação *Integrar*, dei assessoria para a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, depois coordenei uma equipe que dava aula para os dirigentes sindicais, era uma equipe pequeninha, cinco educadores, na Escola São Paulo. Então, eu conheci o meu marido, a gente teve um filho e decidimos que o Lucas ia nascer lá, porque nós dois estávamos trabalhando e tínhamos emprego lá, mas eu tinha muita vontade de voltar para Porto Alegre. Quando o Lucas estava para fazer três anos, a gente decidiu voltar para Porto Alegre, vim conversar com as pessoas que eu conhecia, meu amigos, vim dizer “olha, nós estamos os dois querendo vir para Porto Alegre, quais são as opções de trabalho?”, aí o Silvino Heck, um amigo meu que também fazia o CETA⁹ disse “olha, o CAMP está precisando de alguém”, foi quando eu disse “ah, então vou para o CAMP, né?” - participei na própria fundação do CAMP, que foi em 83. Fizemos um processo de seleção, então vim para o CAMP, isso foi março de 2001, que comecei a trabalhar aqui. Desliguei-me de São Paulo em dezembro – eles até queriam que eu comesse em dezembro, mas disse que era impossível, porque daí tinha todo o processo de me desligar de São Paulo. Vendemos nosso apartamento lá, compramos nossa casa aqui, nos mudamos para cá, enfim, todo um processo de reorganização da própria vida. Na época, no CAMP, a gente trabalhava em duplas, por região, tinha a região dos Altos da Serra, a região Sul – que era Pelotas e Rio Grande, a do Vale dos Sinos e a metropolitana. Vim para o CAMP para trabalhar na região Metropolitana fazendo dupla com o Pedro Figueiredo – não sei se vocês conheceram, acho que não –, naquela perspectiva de trabalhar com projeto de desenvolvimento regional alternativo. O CAMP tinha uma experiência nos Altos da Serra e a idéia era construir uma experiência semelhante aqui na região Metropolitana. Trabalhei acho que uns dois, três anos nessa perspectiva, sempre com muita dúvida no sentido de que para fazer um projeto de desenvolvimento da região Metropolitana, é óbvio, precisa fazer uma articulação com os prefeitos da região, com todas as políticas daqui, os políticos, os órgãos governamentais, não governamentais da região e a gente não tinha muita perna para isso, duas pessoas... Isso não aconteceu só aqui na região Metropolitana, também na região do Vale e na região de Pelotas, a gente fez muita coisa, mas realmente, construir um projeto de desenvolvimento alternativo, a gente conseguiu em parte lá na região dos Altos da Serra,

⁷ Partido Comunista Brasileiro

⁸ Central Única de Trabalhadores

⁹ Centro de Treinamento para a Ação

porque as próprias pessoas e dirigentes, com quem o CAMP já trabalhava anteriormente, se tornaram prefeitos em pequenos municípios da região. Tem outra característica: a região com mais cooperativas, mais pequenos produtores com participação política, no campo da política.

Entrevistadoras: Tu atuas militantemente ou profissionalmente em alguma outra instituição ou movimento sem ser o CAMP?

Helena: Hoje não.

Entrevistadoras: A gente vai pedir que tu narres um pouco da tua rotina de trabalho hoje aqui, funções burocráticas, tuas funções gerais.

Helena: Isso é um complexo.

Entrevistadoras: Mas acho que dá para trazer um pouco da trajetória do CAMP mesmo. Como foi se construindo até chegar aqui, como chegou até onde tu estás agora.

Helena: Internamente, como é que acontece? A gente começa a fazer um debate, eu fui uma que tencionei muito no início, achava que uma ONG¹⁰ como o CAMP não tinha condições de puxar quatro projetos de desenvolvimento em quatro regiões distintas do Estado. A gente não tinha pernas para isso, talvez nem *staff* para isso. Outra coisa que comecei a puxar, também internamente no CAMP, era que eu vinha de uma trajetória de entidades que estavam já reduzindo o financiamento internacional. Tanto no Cajamar quanto na Escola São Paulo e outras escolas da CUT que eu acompanhava de longe, tinham uma trajetória de redução das formas de financiamento de agências internacionais. Então quando cheguei aqui no CAMP realmente fiquei espantada como a gente tinha facilidade com dinheiro, ganhava muito e, no meu entendimento, fazia pouco – tinha pouca inserção, poucos resultados, não conseguia visualizar muito os resultados do nosso trabalho e pouca articulação com as outras políticas. Nesse período, quando entrei estava em andamento o governo do Olívio¹¹, a gente começou a trabalhar com perspectivas de alguns convênios com o governo. Nós estávamos fechando um convênio sobre economia solidária, que deu um monte de problemas, porque a gente começou a trabalhar antes de entrar o dinheiro e depois o dinheiro não entrou e aí foi um desastre.

¹⁰ Organização Não Governamental

¹¹ Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul

Depois desenvolvemos um projeto com a Fundação Gaúcha do Trabalho, FGTAS, de formação para trabalhadores desempregados. Começa, pelo menos na minha trajetória aqui dentro do CAMP, a discutir a possibilidade de estar construindo convênios, parcerias, desenvolvendo projetos junto com órgãos públicos, governo do Estado, primeiramente, depois com o governo Federal. Acho que tem um marco, em 2005, se faz uma discussão de rumos da entidade, de “bom, para que a gente quer?”, “para onde a gente vai?” e é onde a gente faz uma inflexão de foco, em vez de fazer desenvolvimento numa região tão grande quanto à região Metropolitana, foi aí que a gente fez essa mudança de estar mais localizado em alguns territórios e simultaneamente desenvolvendo o programa de formação com liderança de diversos territórios. Durante um período a gente trabalhou com essa perspectiva de formação de lideranças de várias comunidades, focando o trabalho em duas comunidades, dialogando essas duas coisas. A gente, gradativamente, foi reduzindo o nosso financiamento internacional e isso foi reduzindo a nossa capacidade de decidir o que fazer, então acabou parando de fazer o nosso Programa de Formação de Agente, que a gente está querendo retomar, mas não retomou ainda. Acho uma pena que a gente deixou de fazer esse curso, é um curso legal e tem muita demanda para ele. Acho que faz uns quatro anos, o Mauri¹² me chamou para estar fazendo a coordenação junto. Quando entrei estava o Mauri, o Guaracy e o Zé Inácio¹³ e entrei para coordenar junto. Depois o Guaracy¹⁴ saiu, depois o Zé Inácio e acabamos ficando eu e o Mauri como coordenação do CAMP. Agora o Mauri saiu, mais recentemente, entrou o João Marcelo¹⁵ e estamos nós dois na coordenação. Como é minha rotina de trabalho? Isso é complicado, porque na verdade ela está em transição, não só por causa da mudança, é um ano de mudança, o João Marcelo está chegando, o Mauri está saindo e para mim tem uma quebra: a coisa da morte do Walter¹⁶, que me tirou um pouco da rotina normal do trabalho, é um ano um pouco mais diluído, não sei a palavra exata, mas em termos de trabalho, menos focado. Como nós vínhamos fazendo, eu e o Mauri? E agora como está? Porque está mudando e eu acho que não vai ficar assim o ano que vem. É difícil de falar num período de transição. Eu e o Mauri vínhamos nos dividindo, daí o ano passado entrou a Talita¹⁷ na coordenação e acabou ficando pouco tempo também e a gente não conseguiu encaixar ela direito no lugar de coordenação. Eu e o Mauri vínhamos nos dividindo sempre, a gente fez uma divisão, no início, bem assim, as questões institucionais e questões financeiras eram responsabilidade dele

¹² Mauri Cruz

¹³ José Inácio Konzen

¹⁴ Guaracy Cunha

¹⁵ João Marcelo Pereira dos Santos

¹⁶ Walter Takashi Tsunaki, marido da entrevistada

¹⁷ Talita Costa

– isso que a gente chama de secretário executivo – e eu ficava mais responsável pela parte pedagógica – não só pedagógica, mas interna, de equipe, funcionamento, como está a integração da equipe – e num determinado momento a gente também se organizou por projetos. O projeto de reciclagem o Mauri ficou mais responsável, eu fiquei mais responsável pelo projeto do Arquipélago – porque ano passado a gente trouxe para dentro do Arquipélago o Programa de Formação de Agentes, que não funcionou do jeito que a gente tinha montado originalmente –, então teve uma divisão assim. Eu e o João Marcelo, acho até por causa da minha menor presença no CAMP – não física, mas de energia mesmo – e pelo perfil do João talvez, ele está assumindo, continua assumindo as responsabilidades que o Mauri assumia, as questões mais financeiras, administrativas, ele faz essa ponte com o Jorge¹⁸ sempre, como o Mauri já fazia. Tenho dividido, até é uma coisa que o João Marcelo entra mais do que o Mauri entrava, na parte mais de organização das equipes, como trabalha, com quem, a gente dividia mais, eu e o Mauri, e tipo “quem vai contratar? Vamos pensar juntos”, “vou mexer em tal pessoa, como vamos fazer?”. E, esse ano, acho que o João tem feito mais sozinho – fez isso no início do ano, foi um ano que deu umas mexidas. Estou acompanhando, hoje, o trabalho do Arquipélago com a Bia, com o Programa de Desenvolvimento Local e deveria estar acompanhando o Ação Rua, mas esse ano, realmente, deixei o Mateus¹⁹ tocando o projeto. Estive muito envolvida na elaboração de projetos, é um negócio muito cansativo isso, gasta um tempo imenso construir, elaborar, fuçar, ir atrás, negociar – negociar não é a palavra, mas ver como é – acho que elaborei uns quatro projetos esse ano, estou ainda elaborando um. Então tem uma rotina de trabalho que é a rotina de burocracia mesmo, essa parte interna, a mais chata que tem. No CEAL, é uma coisa que a gente às vezes não dá muita importância, mas ele também – é o Centro Latino Americano de Educação Popular – acaba tomando bastante da minha rotina, vamos dizer assim, que é a coisa de: recebe e-mail, tem que responder, tem que encaminhar, tem que decidir quem vai representar o CEAL em tal reunião, tem toda uma parte que tu tens que estar lendo, tens que estar atualizado sobre o que está acontecendo para poder estar opinando. O CEAL é também um dos integrantes da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, então tens que estar olhando, vendo o que estão opinando. É um tema que eu acabo, em alguns momentos, envolvida. E a Rede de Educação Cidadã, que já faz uns quatro, cinco anos, que tenho acompanhado mais de perto. Com o pessoal da RECID, participo em atividades de formação deles, encontro com os educadores; participei no processo de seleção dos educadores, quando tem reunião só dos

¹⁸ Jorge Leon

¹⁹ Mateus Daitx

educadores eu sento junto com eles, avalio, então tem essa proximidade com eles e estou acompanhando a Dani²⁰ na parte da escola, onde nós estamos montando uma proposta de Escola de Cidadania. É tudo pingadinho, esse ano está tudo meio assim, essa sensação – acho que o João Marcelo tem essa sensação também –, que é muita coisa e a gente passa meio batido por tudo. Fora as reuniões de direção, a gente acompanha as reuniões de coordenação interna, que é uma responsabilidade – o ano passado era mais minha, esse ano o João Marcelo puxou para ele e agora estou puxando para mim também, eu digo “não, pelo menos isso eu vou fazer direitinho”: a equipe de coordenadores e o funcionamento dos Cafés com Debates. Esses dias, eu estava pensando “me dêem um projeto”, a gente contratou o Docimar²¹ – que é um cara que cruzou nessa trajetória de vida, cruzou comigo nesses cursos lá na Escola Sindical São Paulo, eu estava lá, ele estava aqui, a gente trabalhava junto, ele coordenava a equipe aqui, eu coordenava lá – só para desenvolver a pesquisa do Arroio Kruse, dá uma vontade de dizer “vamos trocar de lugar, eu fico só aí”. Mas, claro, nós estamos num momento de mudança no CAMP, nós estamos com a possibilidade de estar assinando um projeto nacional da Rede de Educação Cidadã. Não sei se o João falou isso para vocês, a RECID – essa que o Paulo Becker participa, que é ligado ao gabinete do presidente, em Brasília e é ligada à Secretaria de Direitos Humanos – atualmente, é quem contrata essas entidades, quem contrata o CAMP para executar e quem contrata os educadores para executarem esse projeto é uma entidade de São Paulo, o IPF²². No ano que vem, quem vai executar esse projeto é o CAMP, nacionalmente. Então, a gente tem toda a responsabilidade. Atualmente, estamos num momento de estar negociando esse projeto com o governo, com a Secretaria, fazendo a redação do projeto, inserindo ele no SICONV²³, mas no ano que vem vai ter todo um trabalho de estar negociando, conversando com as entidades que vão ser âncora do projeto em cada um dos estados do Brasil, acompanhar essa equipe nacional que coordena o projeto, que é diretamente ligada à Secretaria de Direitos Humanos. O CAMP está num momento de mudança que, com esse projeto, muda bastante a cara do que vai ser o CAMP. Estamos numa discussão interna de “bom, então como é que a gente faz?”. A gente era uma equipe de dez pessoas, todo mundo conhecia todos os trabalhos, tudo o que fazia e hoje a gente já tem 60 pessoas e no ano que vem, provavelmente, a gente tenha mais que 100 pessoas. Então muda muito jeito de funcionamento da equipe, da própria entidade, do jeito, da identidade das pessoas com o que está fazendo.

²⁰ Daniela Zilio

²¹ Docimar Querubim

²² Instituto Paulo Freire

²³ Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

Entrevistadoras: E as dificuldades que se encontram nesse trabalho?

Helena: Quanto tempo a gente tem? Meu deus do céu, dá uma tese. Difícil de definir, claro, tem coisas que são do próprio trabalho, mas à medida que as coisas vão mudando, a gente tem capacidade de enxergar que tem que mudar internamente também. Como tu mudas as formas de execução dos projetos, tu tens que mudar também internamente as formas de relação das pessoas, de como se relaciona com o CAMP. Acho que isso não é exatamente uma dificuldade, mas é uma coisa que a gente tem que olhar e cuidar, porque de repente a gente está querendo manter o mesmo jeito de funcionar internamente, mas externamente o CAMP já é outra coisa. Acho que uma das atenções que a gente tem que ter, não sei se isso é uma dificuldade, mas uma atenção necessária, é conseguir observar as mudanças que acontecem, se adaptar não é a palavra correta, mas se transformar conforme as mudanças externas sem perder a essência do que a gente é, mas sem ficar numa relação existencial. Como a instituição, entidade muda, mudando características essenciais, mas sem perder a essência? Talvez isso seja uma dificuldade, de a gente conseguir identificar qual é a essência do CAMP. Acho que a essência do CAMP para mim é uma coisa, talvez para um dos diretores possa ser outra, para a pessoa que é oficineira – que entrou há um mês na equipe – a essência do CAMP é outra e para aquele que é sócio do CAMP, que ajudou a fundar, a essência pode ser que seja outra coisa também. Um pouco essa coisa de construir uma entidade de forma coletiva e participativa com olhares tão diversos, ao mesmo tempo em que é a riqueza do CAMP, também é um nó, no sentido de que, em termos existencialistas, "Quem é o CAMP?" Às vezes fica um pouco confuso talvez. Por exemplo, eu, Helena, estou aqui afirmando "o CAMP é isso", outra pessoa pode estar afirmando "o CAMP é aquilo" e nós estamos juntos, defendendo, construindo a mesma coisa. Acho que essa construção, quanto mais amplo o CAMP é, mais complexo se torna. Quando tu eras um grupo de dez pessoas, que todos se conheciam, todos dialogavam, todos compreendiam com profundidade tudo o que os outros faziam, tu constróis uma identidade de um jeito, talvez uma identidade mais fechada, mais ortodoxa nesse sentido, não ortodoxa a palavra, mas mais fechada mesmo, menos sujeita a dialogar com possibilidades novas, com coisas novas, com ser diferente, então, acho que isso é uma dificuldade, boa, mas é uma dificuldade. Às vezes, por exemplo, a gente faz uma discussão na direção com as pessoas que não são remuneradas, não estão no cotidiano do CAMP e eles têm uma leitura de CAMP que às vezes eu paro e penso "bah, eu acho que a gente não está conseguindo expressar direito o que a gente tem feito", isso eu acho que é uma

difículdade: Conseguir, de fato, ajudar as pessoas que não estão no cotidiano do trabalho a compreenderem a dimensão do que é o nosso trabalho. Isso acontece conosco em relação a quem está fora, mas isso começou a acontecer também internamente, porque tem equipes que têm uma dinâmica de trabalho muito própria. Eu mesma não tenho certeza se eu entendo com profundidade, acho que sim, mas talvez alguém de alguma outra equipe não entenda o que é a essência do trabalho do Kruse, ou o que é a essência do trabalho do Ação Rua, do pessoal que está fazendo trabalho na [Vila]²⁴ Choclatão. Fica um pouco mais difícil de construir isso, mas por outro lado é a riqueza dessa capacidade de, a partir de uma proposta metodológica, tu construíres coisas em diferentes lugares. Acho que isso a gente consegue manter, a proposta metodológica. Nós até estamos nos desafiando a escrever essa proposta, que é o que dá liga no trabalho que o CAMP desenvolve. Que outra dificuldade? Esse ano para mim é um ano difícil, então estou numa postura meio de gastar mais energia em mim do que nas questões internas. Outra dificuldade é conseguir, por exemplo, manter um diálogo com a Universidade, junto com manter o trabalho na base. Então, se eu vou numa reunião nas Ilhas, ou se deixo de ir numa reunião nas Ilhas, as pessoas de lá ficam “pô, tu não veio”, “pô, não apareceu mais”, por outro lado, se tu deixas de ler, de acompanhar coisas na Universidade, tu deixas de dar conta de conciliar essa diversidade e essa complexidade garantindo um mínimo de reflexão e um mínimo de inserção, sobretudo, para mim e o João Marcelo, que estamos na coordenação do conjunto dos projetos. A gente acaba ficando muito mais como intermediários, a gente não está ali com a liderança, olho no olho, pegando junto, isso às vezes é um negócio desconfortável, porque dá a impressão – pode dar, não sei se dá, para quem é o educador lá na ponta – que a gente não valoriza isso por não ir até lá. Sei lá, agora eu estou imaginando isso, nunca ninguém me disse. Outra dificuldade é a gente conseguir, de fato, escrever. Ontem à noite eu tinha que escrever uma bobagem, uma coisa ridícula, um relato de uma reunião, aí comecei a escrever e digo “meu deus, eu não sei direito o que é isso, porque já me dei conta que não domino esse assunto”, “tá, o que vou fazer? Vou atrás né? Como vou fazer o relato de uma reunião se não domino o assunto?”. Fucei para lá, fucei para cá, “ah, agora entendi”, escrevi, mas gastei um tempão. Me dei conta que eu tinha que ter feito isso antes da reunião, fiquei pensando “claro, tem que ter alguém que faça isso, que não seja eu esse alguém”, não dou conta, é muita informação. Esses dias o João Marcelo disse que teve que ir para a TV fazer um debate sobre reciclagem, ele disse “pô, quem tem que ir é o cara que é coordenador da equipe de reciclagem”, a gente não dá conta de entrar com profundidade em nenhum tema.

²⁴ Acréscimo feito pelo entrevistador, não consta na gravação

Não sei se a palavra é dificuldade, mas é um negócio estranho para quem está nesse meio de campo. A gente tem que dar conta de tudo, mas a gente não dá conta com profundidade de nada.

Entrevistadoras: Quais são as instituições que apóiam ou participam desses projetos; o papel delas; e as diferenças de lidar com uma ou com outra?

Helena: Tenho relação mais com algumas, o João Marcelo com outras, a gente se divide. As que eu tenho mais proximidade, são duas, que é a Fundação Fé e Alegria, a parceira na execução do Programa Ação Rua nas Ilhas. Inclusive nós que procuramos a Fundação para executar junto esse projeto, eu fui uma das pessoas que foi lá atrás, conversei com eles. Mudou o pessoal que estava na coordenação. A Fundação Fé e Alegria é um projeto bem de parceria mesmo, eles têm conhecimento na educação de crianças e adolescentes e o CAMP nunca tinha tido experiência nessa área. De fato, é uma parceria. No início, nós tínhamos uma parceira muito grande na execução, a coordenadora da equipe era uma pessoa que também era da Fundação Fé e Alegria, a Irmã Lurdes, tínhamos um diálogo muito próximo, depois, com o tempo, a equipe foi se definindo, tendo clareza de qual o papel a desempenhar, por onde caminhar, nos tornando mais independente. Assim, conseguindo ter clareza de qual é o trabalho, o que é o desenvolvimento local, o que é o trabalho com criança e adolescente e conseguem tocar o trabalho. Depois a Irmã Lurdes saiu, por decisão da congregação dela, foi para a direção de uma creche. Nós fazemos reuniões com essa equipe uma vez por mês, para avaliar essa parceria, mas acaba que a equipe do Ação Rua do Arquipélago está muito mais com o CAMP, embora a equipe toda seja contratada pela Fundação Fé e Alegria e quem contrata com a prefeitura é a Fundação Fé e Alegria. Há um triângulo, é uma relação tranqüila, não tem tensão, são duas instituições diferentes, mas são dois perfis que se complementam legal. Nós estamos agora construindo outra parceria, com a ONG Cidade, estamos com um trabalho ali nas Ilhas e eles estão entrando com o tema da regularização fundiária, sobre o qual o CAMP não tem acúmulo. Se resolvesse me dedicar só a isso, teria que me dedicar, ler, estudar, entender, mas a gente avaliou, analisou que a gente não tem condições de fazer isso agora. Já que eles têm acúmulo nessa área, podem nos ajudar, para a ONG Cidade e o CAMP estarem juntos, desenvolvendo, dando assessoria para a comunidade, para intervir de uma forma mais qualificada nesse tema. Às vezes a Bia²⁵ vem com uns

²⁵ Beatriz Gonçalves Pereira

assuntos, eu digo “ai, pelo amor de Deus, deixa eu”, não consigo entender direito o que ela está dizendo, por onde está passando, o que está pegando, porque não é uma área que eu conheça, domine. É uma coisa que está em construção, nós vamos nos reunir agora, sexta-feira, para fechar, é isso mesmo, mas já começou. Outra parceria é com vocês. É uma parceria que demorou para a gente se achar, afinal, o que a gente pode fazer junto, por onde caminhar? Vocês têm um baita potencial, acho que é uma coisa de dinâmica do CAMP, de “bom, onde pode ajudar?”, até que a gente achou um lugar, que é legal de vocês estarem atuando, também é uma parceria tranqüila, não tem muito estresse, nem muita cobrança, a gente não precisa estar toda a hora sentando, acertando o que faz e não faz, tem uma combinação. Têm outras parcerias que conheço menos o cotidiano. A gente tem a parceria com a Fundação Vonpar, que já tem uns três anos. Fui em uma, duas reuniões só com a Fundação e percebo que eles têm uma vontade de puxar o CAMP para alguns debates, para algumas iniciativas, eles que puxaram o CAMP para estar nesse projeto com o Chocolatão, a gente vê que tem uma iniciativa, sobretudo, do Léo Voigt de estar puxando o CAMP para alguns projetos. É uma parceria que tem funcionado, acho que a Fundação Vonpar ganha com a experiência do CAMP, o CAMP ganha com as relações que a Vonpar tem. Não faz muito tempo, um dos diretores do CAMP – não sei se foi através dessa parceria – viajou, com a Fundação Vonpar, para os Estados Unidos, para estabelecer relação com agências de cooperação internacional, foi uma coisa interessante, é um espaço que abre alguns diálogos. De parceria temos a prefeitura de São Leopoldo, mas nunca fui em alguma reunião com a própria prefeitura, mas sei que tiveram alguns momentos de reuniões mais difíceis, de relações mais difíceis, quando teve mudanças na prefeitura, mas também houveram mudanças na equipe, o coordenador da equipe mudou – mudou umas três, ou quatro vezes a coordenação –, agora que se estabilizou, faz mais de um ano que está o João Werlang. Essa relação, pelo que vejo hoje, está bem tranqüila, embora o João fale que às vezes tem algumas tensões. Uma coisa que o João Werlang fala: “Na comunidade às vezes o CAMP é visto como representante da prefeitura e na prefeitura o CAMP é visto como o defensor da comunidade”. É um lugar meio desconfortável. Com a FASC²⁶ a gente tem parceria, é uma parceria indireta, porque quem faz, quem assina o projeto é a Fundação Fé e Alegria, através do Ação Rua, mas a gente tem uma relação boa de cumplicidade, de conseguir propor coisas, de pensar algumas coisas juntos, que também é boa. Através do Ação Rua, a gente participa no Fórum do Ação Rua, que reúne todas as entidades que executam o Ação Rua, que também é um espaço de diálogo

²⁶ Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre

entre parceiros, mais do que de execução propriamente. Quanto à RECID, a nossa parceria com o Instituto Paulo Freire é muito formal, pois contrata 23 ONGs no Brasil inteiro para executarem o projeto da RECID, logo sendo uma relação muito distante, é aquilo, eles contratam, a gente executa e não tem nem estresse. É isso, não tem nem problema, mas também nem grandes vantagens.

Entrevistadoras: Mas relações com movimentos sociais, partidos políticos?

Helena: Através da RECID a gente mantém a relação com o MTD²⁷, com o Levante da Juventude²⁸ e com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. O que mais se aproxima são os dois primeiros, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia entrou recentemente na RECID, mas que a gente mantém diálogo maior, já desenvolvemos inclusive projetos juntos é o próprio MTD. Alguma relação através do Fórum Sul da ABONG²⁹ a gente tem, com o MST³⁰, através do CEAL também, a gente mantém relação com os movimentos e com outras entidades. Relação institucional é o que não falta aqui no CAMP, têm muitas. Com partido a gente não tem nenhum vínculo formal e nem informal, as pessoas são militantes. Quando o PT ganha, por exemplo, em Canoas a gente estabelece uma relação com a prefeitura de Canoas. Fica mais fácil o diálogo com as prefeituras que são de esquerda, do campo democrático popular. A instituição enquanto entidade, enquanto coletivo, não tem nenhuma relação. Dialoga bem com os partidos muito em função das políticas, dos programas, dos projetos. Esqueci de uma entidade bem parceira do CAMP, que a gente está desenvolvendo coisas juntos, que é a Fundação Luterana de Diaconia, eles estão com um projeto nacional para trabalhar com os recicladores. O Roque³¹, que é o coordenador da equipe de recicladores daqui do CAMP, já participou de duas, ou três reuniões recentemente com eles para estar vendo como articular nosso projeto com o projeto deles. Assim como o centro de formação de Economia Solidária, que hoje está sendo coordenado pela UNISINOS, também tem reunido várias entidades, vários movimentos sociais e aí a gente cruza muito com outras entidades que apóiam a Economia Solidária. Durante muito tempo, o CAMP trabalhou com a Economia Solidária diretamente. Até esse ano, o CAMP estava coordenando o trabalho de organização da Feira Estadual de Economia Solidária. Então tem uma parceria com entidades, a Cáritas, a

²⁷ Movimento dos Trabalhadores Desempregados

²⁸ Levante Popular da Juventude

²⁹ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

³⁰ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

³¹ Roque Spies

UNISOL³², AVESOL³³, entidades que trabalham bem nesse campo de apoio a grupos de Economia Solidária. Eu e a Dani, esse ano, participamos de três, ou quatro atividades de formação desse Centro de Formação de Economia Solidária, semana que vem vou estar numa atividade de formação deles. Tem uma relação de estar trabalhando junto, estar pensando junto algumas coisas.

Entrevistadoras: Quais os objetivos do CAMP no território do Arquipélago? O que já foi alcançado; o que não foi; por que foi; por que não foi? Um histórico.

Helena: A nossa decisão de atuar mais especificamente num determinado território – no início até eram dois, era Arquipélago e Morro da Cruz –, era com o objetivo de a gente conseguir desenvolver uma experiência de desenvolvimento local. Depois entrou a discussão “O que é desenvolvimento local?”. Fizemos um trabalho e no [Curso de]³⁴ Formação de Agentes a gente discutiu bastante sobre isso, “o que a gente está dizendo com isso?”. A gente chegou à conclusão de que a gente poderia dar outros nomes para a coisa. Mas uma coisa que a gente trazia como essencial era fazer com que a comunidade se posicionasse na forma de sujeito frente ao conjunto de ações que se desenvolvem no território, sejam elas políticas públicas, sejam elas ações não governamentais, ou mesmo de atores privados. Que a comunidade seja capaz de participar num processo de articulação dessas políticas que acontecem no território, no sentido de valorizar, qualificar, melhorar as condições de vida nesse território. No Arquipélago, genericamente, isso a gente foi construindo ao longo do tempo. No início a gente fazia discussões “Então desenvolvimento é fazer a economia ficar bem, todo mundo ter mais dinheiro?”, sim, todo mundo melhorar vida sim, mas não é a partir de um único território que tu mudas a vida de uma pessoa. A questão que a gente discutia, inclusive nos nossos cursos de Formação de Agentes é que essa capacidade de articular diferentes políticas públicas – saúde, educação, habitação, saneamento básico – só vai acontecer se houver um tensionamento a partir dos territórios onde as políticas são executadas. Quem articula, na vida real, essa diversidade política são as pessoas, os sujeitos individuais. Em termos de Arquipélago, o que isso significa? Por que se escolheu o Arquipélago? Lembro-me de quando decidimos ir para dois territórios experimentar isso que a gente está, entre aspas, ensinando no curso de Formação de Agentes. A gente estimula que

³² Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

³³ Associação do Voluntariado e da Solidariedade

³⁴ Acréscimo feito pelo entrevistador, não consta na gravação

as lideranças façam esse exercício de articular a diversidade de ações que existem no território, ver nexo entre elas e potencializar essas ações. Então a gente decidiu atuar em dois territórios para experimentar, se nós estamos dizendo para as lideranças que é por aí que tem que caminhar, vamos nós mesmos experimentar num determinado território. No curso, também, a gente provocava muito que eles construíssem diagnósticos com a comunidade, num processo de leitura do território, de leitura coletiva e de definição coletiva de priorização das ações. Fizemos primeiro um levantamento em 17 comunidades da região Metropolitana, visitamos, conversamos com lideranças, com gente ligada a políticas públicas e com atores privados, fizemos uma análise disso, um levantamento de quais os critérios estávamos considerando relevantes na escolha das comunidades e trouxemos para o conjunto dos sócios do CAMP decidirem. Do ponto de vista da equipe que fez o levantamento, o Arquipélago era o menos indicado para ser o escolhido. Uma das coisas que a gente observou, já desde esse período, é que o Arquipélago tem – vou usar uma palavra chata, mas não é Bourdieu que eu estou falando – um capital social muito frágil, uma capacidade de *articulação* de ações, tem uma mobilidade pequena em termos políticos. Com o tempo, a gente foi descobrindo que o Arquipélago *tem* a capacidade de mobilizar a população quando tem alguma coisa muito *grave* acontecendo: eles mobilizam, eles param, fecham a ponte, eles têm uma mobilização, mas não é uma mobilização de forma permanente, que nem tu tens, por exemplo, no Morro da Cruz, que tem várias associações. Eles têm um associativismo muito forte no Morro da Cruz, na Restinga a gente vê muito isso e nas Ilhas a gente não vê esse hábito do associativismo. Então, do ponto de vista da equipe, isso era um ponto importante, “vamos para uma comunidade que já tenha uma capacidade associativa para a gente potencializar essa atividade”, mas a questão da maior fragilidade do local pesou e eu disse “Que presente de grego, mas tá bom”, para de fato fazer diferença para o trabalho que a gente realiza. O elemento decisivo foi a questão ambiental, que desde o início já aparece como um tema chave para o Arquipélago, que é um território de preservação ambiental e que tem uma contradição: há muitos anos as prefeituras trataram esse território como depósito de lixo, em função da proximidade do centro de Porto Alegre, é um espaço de moradores, de pessoas que fazem separação de lixo. Lixo seco, ninguém pega lixo orgânico para levar para lá, mas sempre com o seco acaba indo lixo como o de McDonald’s, que é seco, mas é um lixo sujo, leva junto algumas impurezas, sujeiras. Quando a gente foi para as ilhas e começou e contratou a Bia e o Maurício para trabalharem no Arquipélago, eles foram os dois para o território conversaram com pessoas, fizeram um levantamento de informações, levantaram o que tinha de instituições que já tem trabalho lá. Fizeram um mapeamento de coisas que tem na região, de problemas,

depois fizeram com os próprios moradores uma seqüência de oficinas falando sobre quais são os problemas centrais das ilhas. Uma *questão* que apareceu forte nas ilhas foi a da juventude, em função desse *olhar*, sobretudo do Maurício, de observar que têm nas ilhas muitas crianças e jovens, a gente entrou com o projeto Ação Rua. Qual é o objetivo do CAMP nas ilhas? Continua sendo esse objetivo genérico, potencializar um trabalho comunitário, articulando políticas e ações que acontecem na comunidade. A nossa *porta* de entrada foi através do trabalho com crianças e adolescentes, contraditoriamente à trajetória do CAMP, que nunca havia trabalhado nesse campo, nesse universo. Há uns três anos participamos da Rede Integrada da Criança e do Adolescente, lá a gente tenciona a capacidade das diversas políticas resolverem juntas os problemas que aparecem na comunidade, traz para dentro da Rede questões que, por exemplo, a FASC nos tencionava muito no início, dizendo “não, isso não é problema de criança e adolescente, isso é problema de infraestrutura, de habitação, de educação”. A gente tencionou muito na Rede a questão de que os problemas da comunidade atingem diretamente as crianças e adolescentes que moram nessa comunidade. Então, toda uma reflexão que se fez ao longo desses três anos, tem se feito na rede, de enxergar os problemas da comunidade como um todo. A solução dos problemas das crianças e dos adolescentes passa pela solução de problemas maiores e estruturais da própria comunidade. Isso é uma das coisas que já se atingiu, muitas dessas lideranças que estão nas redes se deram conta disso, dessa imbricação na solução dos problemas. A outra coisa, é que a própria execução do Ação Rua tem uma postura de como resolver os problemas, que tem a ver com o estimular uma capacidade associativa dentro da própria comunidade, uma capacidade de se tornar sujeito das ações que realiza, não só entre as lideranças, mas com os próprios moradores da comunidade que não, necessariamente, se enxergam como lideranças da comunidade. Mais recentemente, no ano passado, quando eu fui apresentar a proposta de fazer o Formação de Agentes para a comunidade, na própria Rede teve uma liderança que me disse “Helena, eu acho bem legal” – ele já havia feito o curso – “mas eu acho mesmo que vocês tinha que nos ajudar a implementar a APA³⁵ aqui nas ilhas”. Demorei a entender por onde passava tudo isso, mas que é a questão da regularização fundiária. Eles fizeram ao longo dos últimos anos um trabalho mais sistemático nas ilhas, participaram do processo de transformar a região onde eles moram em APA, porque era Parque e ninguém pode morar em parque. Então, eles conseguiram transformar isso em APA, só que ainda não conseguiram regularizar a situação de moradia deles. Teoricamente dois anos depois que se implantou a APA,

³⁵ Área de Proteção Ambiental

novembro de 2005, a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente – teria que ter implantado, até dois anos de implantação da APA, o que chamam de Plano de Manejo, que é através dele que vai se fazer todo um processo de regularização dos que estão em área habitável e de remanejamento daqueles que estão em áreas não habitáveis. Por exemplo, as pessoas que moram em baixo da ponte na Ilha do Pavão têm consciência que estão em um lugar que não pode ser habitado, mas elas lutam, estão lutando e reafirmando que elas querem ser remanejadas para outro lugar dentro da própria Ilha. Teve essa reunião, sexta-feira, um dos moradores disse “não, peraí, a gente tem que olhar as cinco ilhas como uma região, então, se de repente ela não pode mais morar na Ilha do Pavão, poderia morar, por exemplo, na Ilha Grande dos Marinheiros, numa parte da Ilha”. Esse processo do meio ambiente, na verdade, hoje, do ponto de vista dos moradores, é muito mais uma questão habitacional, de saneamento, de infraestrutura. Um caso é a Ilha do Pavão, que conseguiu conquistar com a prefeitura a criação de uma creche, mas não se consegue um terreno e não consegue autorização para a construção do prédio, onde seria a sede da creche. Eles têm contradições e esbarram em problemas, não sei se burocráticos, mas que dizem respeito a essa questão da regularização da moradia deles. Por outro lado, tem a questão de disputa de classes mesmo, ao mesmo tempo em que tem uma dificuldade de regularizar os terrenos e as moradias populares, aumenta o número de casas de grandes proporções na beira do rio, com piscinas, com vistas maravilhosas. Hoje, temos discutido, inclusive, na direção do CAMP, que essa é uma questão central para a mobilização da comunidade. Não que a gente não tenha tentado isso antes, mas não tínhamos pernas para isso, a gente não vinha conseguindo. Ano retrasado fizemos um projeto de turismo ecológico, mas não conseguimos financiamento, e também fizemos ano passado um projeto – junto com o PET³⁶ que nos ajudou – de educação ambiental, mas não conseguimos aprovação. Este ano estamos tocando, com a parceria da ONG Cidade, essa discussão. Se vocês me perguntassem, hoje, qual é objetivo, eu diria que é ser capaz de pensar a ilha na sua complexidade a partir dessa questão ambiental, entre aspas, porque o que está pegando na questão ambiental é o habitacional, da regularização da moradia. Só para encerrar, a gente fez agora uma discussão na direção do CAMP, aí eu volto a uma coisa que falei no início, que é uma das dificuldades de como tu estabelece o diálogo entre quem está na rotina do trabalho e de quem está na direção do CAMP, que às vezes não conseguem enxergar a dificuldade que é executar uma coisa dessas e não conseguem, de fato, enxergar... por exemplo, a Bia faz assim [estalar de dedos] e vem vinte pessoas na reunião, é uma capacidade

³⁶ Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais

de mobilização que a gente não enxergou no início. De qualquer maneira, na direção, decidimos que é preciso não ficar só no trabalho dentro do território para conseguir fazer articulações mais amplas para fora do território. Esse debate da APA está sendo discutido na Assembléia Legislativa, na CONCEPA³⁷, a prefeitura e o governo do Estado estão envolvidos nisso. Daí a gente volta lá naquela proposta inicial, quando eu entrei no CAMP em 2001, só que agora é muito mais fácil articular esse conjunto de atores públicos, mas com um objetivo mais específico: melhorar as condições de vida e de moradia da comunidade das ilhas. Por exemplo, amanhã a gente vai sentar com a Governança Local de Porto Alegre, para ver como a gente pode, de fato, efetivar um projeto que garanta o processo legal de reassentamento e de regularização nesse território. Na semana que vem, a gente quer sentar com o Fórum de Planejamento Urbano da região que trata do Arquipélago, para conversar com eles sobre a construção da ponte do Guaíba, “bom, como é que vocês vão passar a ponte do Guaíba por aqui?”. Vamos, então, estabelecer conversas com o conselho que está discutindo a gestão da APA aqui no território, não que o CAMP seja o agente que vai fazer essa articulação, porque essa articulação se dá mesmo sem a existência do CAMP, mas o CAMP entra num lugar de articulação, não só da população lá do território, mas também das políticas que acontecem lá no território a partir dos agentes indutores dessas políticas. São políticas que se dão nos três âmbitos de governo federal, estadual e governos municipais, porque não é só Porto Alegre, são vários municípios. Como tu articulas esses diversos atores? Não o CAMP em si, mas o CAMP participa dessa articulação dos diversos atores, no sentido de garantir que os moradores das ilhas participem ativamente nesse processo, que não seja só um processo entre articulação dos agentes, dos gestores públicos sem esse diálogo com a comunidade, que às vezes é o que acontece.

Entrevistadoras: Só para sistematizar: quais as outras potencialidades da população alvo?

Helena: Acho que é essa capacidade de autonomia, de se tornar sujeito, é uma potencialidade que a gente não se deu muita conta no início. Talvez, tenha alguma coisa a ver com o CAMP essa capacidade de mobilização que a gente enxerga hoje, não que se deva, exclusivamente, ao CAMP, mas que tem um lado do CAMP nisso, de ter mantido viva, por exemplo, a Rede Integrada da Criança e do Adolescente. Essa capacidade associativa, o CAMP alimentou nesses últimos três anos que esteve lá. Essa potencialidade que se fortalece com o trabalho e

³⁷ Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre

tende a se fortalecer. Há uma das lideranças que toda vez que nos reunimos diz “o que adianta reunir se a gente não está indo lá resolver o problema?”. Eu digo “mas é aos poucos que a gente resolve, não é assim!”. São soluções muito demoradas, mas não sei se tem outro caminho, porque é a própria coisa de fazer as pessoas se envolverem e se convencerem de que se elas participarem ou não as coisas irão acontecer, só que se elas não participarem as coisas irão acontecer de um jeito diferente. Vai ser de um jeito que não, necessariamente, é um jeito legal para elas e quem irá dizer o que é o legal para elas são só elas. Até o CAMP, se tiver muita boa vontade, vai ficar dando idéias e o cara vai chegar e dizer na tua cara “não é isso que a gente tá querendo!”, eles dizem isso para a gente, tem gente que até se ofende. Acho que é isso, essa capacidade de se tornar sujeito.

Entrevistadoras: Como a população percebe a atuação do CAMP lá e com base no que tu podes fazer essa avaliação?

Helena: Ela é, talvez, um pouco confusa para eles. Um pouco não, completamente confusa, para população em geral, talvez, invisível inclusive. Por exemplo, para as pessoas que são atendidas pelo Ação Rua tem, talvez, uma certa confusão porque o Ação Rua é, simultaneamente, CAMP, Fé e Alegria e FASC. Então, é um pouco confuso para a população enxergar o CAMP. Quando nós tínhamos um projeto para os pescadores, aí era mais claro, era o CAMP executando e inclusive era um negócio lá do Ministério, lá no Governo Federal, que eles não enxergam. A FASC é uma coisa muito mais próxima deles e eles sabem quem são as pessoas da FASC, tem nome, tem cara, o Ministério da Pesca não, para eles é uma coisa abstrata. Então, quando a gente chega com uma equipe financiada pelo Ministério da Pesca é uma equipe CAMP, não tem nenhuma dificuldade de eles identificarem. A população de pescadores que foi atendida pelo projeto dos pescadores consegue identificar o trabalho do CAMP com clareza. A mim eles enxergam, claramente, como CAMP porque nunca me apresentei como outra coisa, porque sou CAMP, é diferente do pessoal que se apresenta como Ação Rua. E tem, talvez, um pouco de confusão com a Bia, também porque é uma liderança da comunidade, independente de ser CAMP ou não ser CAMP. Às vezes ela mesma diz “não, mas aqui agora eu estou como CAMP, agora eu estou não sei o que...”. E ela já foi, também, educadora do Ação Rua. As pessoas não têm muita clareza e como a gente, também, não faz muita questão que eles venham aqui, na sede do CAMP, como nunca fizemos muito trabalho de ficar divulgando, levando panfleto, dizendo o que é o CAMP, não é muito o objetivo. Há algumas lideranças que tem muita clareza de quem é o CAMP, o que é o CAMP, qual o

sentido do CAMP, sobretudo aquelas lideranças que participaram do Formação de Agentes e as lideranças que estão mais próximas do CAMP, que participam de reuniões, que já vieram em outros debates e coisas além do trabalho específico das ilhas. A maioria conhece o CAMP só dentro das ilhas, não conhece o CAMP para além das ilhas, o que é um olhar, um tipo de olhar.

Entrevistadoras: Quais os desafios que o CAMP terá nos próximos anos no que diz respeito ao Programa Arquipélago: Território de Direitos?

Helena: Acho que o desafio é esse, basicamente, de estimular que o processo de articulação de políticas aconteça, a partir de um processo de empoderamento da comunidade e que garanta de fato uma melhoria das condições de vida na comunidade. Não só condições de moradia, mas de visibilidade das ilhas para Porto Alegre, que elas sejam um lugar olhado e cuidado pela cidade, não só em termos de espaço físico, mas dessa população de fato ser uma população que possa viver bem na relação com a cidade. Será que esse é um desafio? Eu acho que é.

Entrevistadoras: Como avalia a tua atuação na comunidade?

Helena: Puxa vida, não sei direito. A maior parte da minha atuação ali nas ilhas é indireta. Por exemplo, durante muito tempo acompanhei a equipe do Ação Rua internamente tencionando uma reflexão metodológica com eles, de como trabalhar com a comunidade, tem um jeito meu nesse processo, que não está diretamente relacionado com a comunidade, mas indiretamente. Outra coisa é estar produzindo esse mundaréu de processos, numa perspectiva de garantir que aconteçam coisas legais no Arquipélago. Eu olho para o [projeto]³⁸ Lente Jovem e digo, “bah, dez!”, quem *bolou* foi o Maurício e tocou para frente, mas quando foi o negócio de “bom, vamos continuar, vamos apresentar para a Petrobrás”, eu que fiz, junto com a Bia Hellwig, de estar buscando coisas possíveis para serem executadas no território e agora estamos com um projeto, também do DL Jovem³⁹, com os jovens lá nas ilhas, então tem uma atuação que é bastante indireta. Embora no DL Jovem, por exemplo, eu sente com as pessoas que estão executando para ajudar a refletir, pensar sobre o que é melhor nesse momento, por onde caminhar, o que fazer. A minha atuação mais direta na comunidade é em alguns

³⁸ Acréscimo feito pelo entrevistador, não consta na gravação

³⁹ Desenvolvimento Local Jovem

momentos, algumas vezes eu fui às reuniões, é muito mais de puxar reflexões sobre a relação do CAMP com aquele espaço, de chamar para o CAMP. É um papel diferente de um educador, que está lá, construindo, que cria vínculos, não que eu não crie vínculos, mas são vínculos mais esporádicos, é uma atuação que tem um papel mais institucional, é diferente. É um papel, também, importante, de estar lá construindo junto. As reuniões de rede eu tenho ido, de vez em quando; nas reuniões, agora, da APA algumas eu fui e vou, o DL Jovem algumas quero ir, acho que eles devem pensar “aquela é a mulher que, de vez em quando, vem aqui”. Não sei como eu avalio isso, mas alguém tem que fazer.

Entrevistadoras: Então encerramos por aqui, agradecemos a sua disponibilidade.